

**MÁRCIA CAMPOS**

**AS MULHERES INDÍGENAS NO IMAGINÁRIO DOS  
VIAJANTES: MATO GROSSO - SÉCULO XIX**

DOURADOS – 2012

**MÁRCIA CAMPOS**

**AS MULHERES INDÍGENAS NO IMAGINÁRIO DOS  
VIAJANTES: MATO GROSSO - SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História Indígena*.

Orientador: Profa. Dra **Cándida Graciela Chamorro Arguello**

**Ficha catográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD**

301.4598171 Campos, Márcia.  
C198m

As Mulheres Indígenas no Imaginário dos Viajantes: Mato Grosso  
- século XIX./ Márcia Campos – Dourados, MS: UFGD, 2012.

154p.

Orientadora: Profa. Dra. Cândida Graciela Chamorro Arguello  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da  
Grande Dourados.

1. Indígenas. 2. Viajantes. 3. Representação Social. 4. Mulher  
Indígena. 5. Estereótipo Étnico. I. Título.

**MÁRCIA CAMPOS**

**AS MULHERES INDÍGENAS NO IMAGINÁRIO DOS  
VIAJANTES: MATO GROSSO - SÉCULO XIX**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Cândida Graciela Chamorro Arguello (Dra. UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Maria de Fátima Costa (Dra. UFMT) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Protasio Paulo Langer (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

À memória de meu pai, Enio Campos, por tudo de bom que ele representa na minha vida.

As minhas filhas Giovanna e Maria Eduarda e ao meu esposo Wilson pelo amor que nos une.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela dádiva da existência.

À minha mãe pela cumplicidade, pelo apoio e amor incondicional.

Ao meu pai já não mais entre nós, mas sempre presente nos meus pensamentos e no meu coração.

Às minhas filhas Giovanna e Maria Eduarda pela compreensão nos momentos de ausência, muitas vezes necessária durante a escrita deste trabalho. Mas acima de tudo pelo amor incondicional que nos une.

Aos queridos colegas e companheiros de mestrado, pela amizade de todas as horas.

As amigas de mestrado, Fernanda Martins pelo acolhimento em Dourados, Nathalia amiga e companheira de viagem e Ana Paula pela presença em todos os momentos.

Em especial agradeço a minha amiga Cintia Nardo Marques por compartilhar as lágrimas e os sorrisos e o que era uma amiga tornou-se uma irmã querida.

À minha querida professora Marinete Rodrigues, pela adoção desde a graduação me ajudando na minha caminhada acadêmica e principalmente pela amizade sincera.

A professora Cândida Graciela Chamorro Arguello pela orientação constante e sincera, mas acima de tudo, pelo respeito as minhas convicções, pela dedicação, pelo exemplo como profissional e como ser humano.

Aos professores Cláudio Alves de Vasconcelos e Protásio Paulo Langer pelas preciosas contribuições por ocasião da banca de qualificação.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História que contribuíram na minha aquisição de conhecimentos ao longo de minha estadia no curso

Ao meu chefe Cícero Ávila de Lima por oportunizar minha Licença de Estudos junto a Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul/FUNTRAB/MS.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, pela oportunidade da realização do Curso.

Ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/ICHS da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT em especial, ao Prof. Dr. Otávio Canavarros pela atenção e disponibilidade.

Ao Arquivo Público de Mato Grosso pela pesquisa em seus arquivos, na pessoa de Claudio Silva Oliveira.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul/FUNDECT pela concessão da bolsa de estudo e financiamento desta pesquisa.

E obrigada a todos que de alguma forma contribuíram na realização deste trabalho.

*“Toda dor pode ser suportada se sobre  
ela puder ser contada uma história”.*

*(Hannah Arendt)*



## RESUMO

No século XIX, inúmeros viajantes palmilharam o território de Mato Grosso. Eles pertenciam a profissões, culturas e classes sociais diversas. Seus testemunhos ficaram para a posteridade através de crônicas, relatos de viagem, correspondências, memórias, diários e iconografia sobre a região e seus habitantes. Entre esses viajantes, Francis Castelnau, Joaquim Ferreira Moutinho, Bartolomé Bossi e Alfredo d'Escagnolle Taunay registraram interessantes dados sobre as mulheres indígenas e seus povos. Este estudo se propõe a apresentar e compreender a forma como esses viajantes representaram as Mulheres Indígenas em seus relatos, lendo seus registros à luz dos documentos oficiais do século XIX. Primeiramente contextualizamos o leitor e a leitora no espaço e tempo focados na pesquisa e os aproximamos dos discursos acerca das mulheres indígenas na política imperial, que regulava e disciplinava as populações indígenas através da política de aldeamento e catequese. A seguir apresentamos a biografia e as obras dos viajantes escolhidos nesta pesquisa, assim como seus condicionantes culturais que incidiram na sua forma de aproximação do outro. Finalmente apresentamos os dados recolhidos pelos viajantes sobre as mulheres indígenas, sua aparência física, seu lugar no mundo do trabalho, no casamento, o aborto, a maternidade e a amamentação. A análise permite afirmar que a descrição das mulheres é feita a partir de um olhar masculino, europeu ou europeizado, elitista, dominante e colonizador, que caracterizava os viajantes e a política brasileira da época. Permitiu também constatar mudanças e ressignificações na cultura dos povos indígenas, em especial das mulheres diante das políticas assimilacionistas do governo imperial e do contato com a sociedade nacional. Demonstrou que as representações do feminino indígena ao longo do tempo foram sendo reafirmadas nos relatos e nos documentos oficiais no século XIX. Diante disso, procuramos mostrar o lugar social das mulheres indígenas nos seus respectivos povos.

**Palavras-chave:** Mulheres Indígenas. Viajantes. Representação.

## ABSTRACT

In the nineteenth century, innumerable travelers tramped the territory of Mato Grosso. They belonged to different professions, cultures and social classes. Their testimonies were preserved for posterity through chronicles, travel accounts, letters, memoirs, diaries and iconography of the region and its inhabitants. Among those travelers, Francis Castelnau, Joaquim Ferreira Moutinho, Bartolomé Bossi and Alfredo d'Escagnolle Taunay recorded interesting data about indigenous women and their people. This study aims to present and understand how these travelers represented the Indigenous Women in their reports, reading their records in the light of the official documents of the nineteenth century. First of all, we contextualize the reader in space and time focused on the research and approach the discourses on indigenous women in the imperial policy, which regulated and disciplined the indigenous population through the policy of settlement and catechesis. Second, we introduce both the biography and selected works of the travelers previously mentioned in this research, as well as their cultural conditioning that reflected in their way of approaching other cultures. Finally, we present the data collected by the travelers on indigenous women, their physical appearance, their position in the world of work, marriage, abortion, motherhood and breast-feeding. The analysis permits us to affirm that the description of those women is made from a male view, which is European or Europeanized, elitist, dominant and colonizing, that characterized both travelers and Brazilian policy of that time. It also permitted the discovery of changes and new meanings in the culture of indigenous people, especially women in the face of assimilationist policies of the imperial government and contact with national society. It demonstrated that the representations of indigenous women over time had been reaffirmed in the reports and official documents in the nineteenth century. Thus, we intend to show the social position of indigenous women inside their respective people.

**Keywords:** Indigenous Women. Travelers. Representation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Francis Castelnau.....	72
<b>Figura 2</b> – Alfredo d'Escragnoille Taunay.....	79
<b>Figura 3</b> – Joaquim Ferreira Moutinho.....	84
<b>Figura 4</b> – Bartolomé Bossi.....	87

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	– Populações indígenas da Província de Mato Grosso em 1849.....	35
<b>Mapa 2</b>	– Região que abrange o Pantanal Mato-Grossense.....	56
<b>Mapa 3</b>	– Rios que compõem a bacia Hidrográfica do Pantanal.....	58
<b>Mapa 4</b>	– Território percorrido por Bartolomé Bossi em sua expedição.....	90

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

**UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá)

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**ICHS** – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

**FUNTRAB** – Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul

**FUNDECT** – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

## SUMÁRIO

Lista de Figuras .....	11
Lista de Mapas.....	12
Lista de abreviaturas e siglas .....	13
<b>Introdução</b> .....	16
<b>Capítulo 1</b>	
<b>O MATO GROSSO INDÍGENA</b>	
1.1. O Mato Grosso no século XIX.....	28
1.2. As Mulheres Indígenas e a ocupação dos territórios brasileiros no século XIX.....	38
1.3. Os povos indígenas de Mato Grosso oitocentista.....	44
1.3.1. Os Guaicurú.....	46
1.3.2. Os Guaná.....	52
1.4. O Pantanal como território em comum: uma breve consideração.....	55
<b>Capítulo 2</b>	
<b>APROXIMAÇÃO DOS VIAJANTES E DE SEUS RELATOS DE VIAGENS</b>	
2.1. Gênero da fonte: relatos de viajantes.....	60
2.2. Viagens em Mato Grosso e suas publicações.....	68
2.3. Os Viajantes em foco (biografia e obras).....	71
2.3.1. Francis Castelnau: um naturalista em terras Mato-Grossenses.....	71
2.3.2. Alfredo Taunay: o nacionalista.....	78
2.3.3. Joaquim Ferreira Moutinho.....	84
2.3.4. Bartolomé Bossi: dos mares ao sertão.....	87

## **Capítulo 3**

### **AS MULHERES INDIGENAS NO PONTO DE VISTA DOS VIAJANTES**

3.1. Face a Face com a exuberância do feminino indígena: as múltiplas fisionomias.....	93
3.1.1. As tatuagens e adornos femininos.....	100
3.2. O trabalho Feminino.....	105
3.3. O casamento.....	110
3.4. O corpo e a reprodução: de infanticidas a mães extremosas .....	119
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>127</b>
<b>Bibliografia e Fontes .....</b>	<b>132</b>
<b>Anexo I –.....</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

O meu interesse pelas questões que envolvem a mulher indígena surgiu a partir do trabalho que desenvolvo no Estado de Mato Grosso do Sul enquanto servidora pública. Meu trabalho consiste em acompanhar a qualificação de trabalhadores com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre os quais estão presentes homens e mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul. Assim, viajava pelo interior do Estado verificando a efetividade da aplicação desse recurso e sua gestão. Tanto nas comunidades indígenas como em áreas urbanas, pude observar que algumas mulheres buscavam sua inserção no mercado de trabalho. Observei ainda que, frequentemente, e dentre as que viviam nas cidades, já não falavam sua língua materna ou diziam não ter conhecimento de seu passado étnico e cultural.

Dada minha formação em História, logo me inquietei e desejei fazer um estudo específico que envolvesse as mulheres indígenas, sua história e sua cultura. Como já vinha trabalhando como docente colaboradora no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, recorri à orientação de minha antiga professora de curso, Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, que desenvolve pesquisa na área de História das Mulheres, na Universidade de São Paulo - USP. Decidi estudar os relatos de viajantes do séc. XIX, visto que essas fontes poderiam me revelar como as mulheres indígenas foram descritas naquela época. Outro fator que motivou a escolha dos relatos dos viajantes foi, dentre outros, por possuírem a qualidade de abordar de maneira incisiva e com riqueza de detalhes aspectos cotidianos, elementos estes que, muitas vezes, se fazem ausentes em outros tipos de fontes: o que eu buscava naquele momento eram detalhes mais profícuos sobre a cultura e o cotidiano dessas mulheres.

Para tanto passei a selecionar bibliografias e outras fontes para a elaboração de um projeto de pesquisa e para o ingresso em um mestrado que me traria as ferramentas para o aprofundamento teórico e metodológico do tema. Fui aprovada em duas seleções para ingresso em 2010, sendo, pois, na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. A escolha da UFGD se deu pelo fato de ter uma linha de pesquisa específica em História Indígena, o que possibilitou a ampliação da bibliografia e das fontes documentais e ofereceu um aprofundamento sobre os povos indígenas e sua história em geral. Porém, minha escolha pela UFGD me possibilitou também ir outras vezes à UFMT e visitar acervos em Cuiabá, como o Arquivo Público de Mato Grosso



e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, onde tive acesso a muitos documentos que contribuíram para a elaboração de meu trabalho.

As principais fontes da pesquisa são os relatos dos viajantes que estiveram na Região de Mato Grosso no século XIX e discorreram sobre as várias etnias indígenas que habitavam a região. Nosso olhar prioriza as mulheres indígenas nestas narrativas. As obras dos viajantes e fontes principais de minha pesquisa são as seguintes: *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (1845) de Francis de Castelnau, *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda* (1868) de Alfred d’Escragnolle Taunay, *Viagem Pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá: y el arino tributário Del grande Amazonas* (1865) do italiano Bartolomé Bossi e “*Noticia sobre a Província de Matto Grosso seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a S.Paulo*” do cronista/viajante português Joaquim Ferreira Moutinho, publicada em 1869. Esses viajantes percorreram o interior de Mato Grosso e estiveram em contato com diversas etnias que habitavam essa região

Junto aos relatos dos viajantes apresentados, trabalhei também outras fontes históricas relativas aos povos indígenas e ao indigenismo da época, tais como a *Legislação Indigenista no século XIX*, os *Relatórios da Província de Mato Grosso* escritas pelos presidentes em exercício no período de 1845 a 1865, e as publicações do *Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*,

Dessa forma, meu estudo se propõe a analisar e compreender a forma como as mulheres indígenas foram representadas/retratadas nos relatos dos viajantes e nos documentos oficiais do século XIX. Na busca pela história da representação das Mulheres Indígenas do Mato Grosso do século XIX é necessário uma melhor compreensão dos registros dos viajantes que percorreram essa região. Para tanto, consideramos importante apresentar a noção de representação que fundamenta este trabalho.

Para a historiografia, os depoimentos dos viajantes devem ser submetidos à crítica como qualquer outro documento histórico, o que é um requisito para sua adequada utilização na produção de conhecimento histórico. Os relatos dos viajantes são experiências vividas por seus autores e também são discursos onde a construção de representações do mundo social devem, portanto, ser apreendidas como apropriações “inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1984, p. 26). A noção de representação vincula-se às práticas sociais de homens e mulheres no tempo e no espaço e revelam situações de interdependência reguladas por relações de poder. De acordo com Roger Chartier (1984) o principal objeto da História Cultural e Social é identificar as possíveis construções representativas de um

indivíduo, grupo ou sociedade em seus modos de agir e pensar provenientes das interações sociais, o que deve, por conseguinte, fazer com que o investigador possa seguir caminhos variados, mas, em especial, aquele caminho que “diz respeito às classificações, divisões e delimitações fundamentais de percepção e de apreciação do real.” (CHARTIER, 1984, p. 17)

O objeto da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1984, p. 16). Nesse sentido, a representação é uma forma de objetivar um fato, um conteúdo, uma história contada ou escrita por meio de sua representação, trazendo para a realidade o acontecimento e como este, agora no imaginário do autor, é expresso. O resultado desse processo pode ser manifestado por meio de uma crônica ou relato no qual o autor apresenta o contexto de sua narrativa. Ao mesmo tempo, esse procedimento será repassado para o público como verossímil, ou seja, como fato real. Assim, a representação designa o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler por diferentes grupos sociais.

Para Chartier (1984) as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tentam impor ao “outro” ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social. A História Cultural, segundo Chartier, ao voltar-se para a vida social pode tomar por objeto as formas e os motivos das representações, daí pensá-las como análise do trabalho de representação das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais de um tempo ou de um espaço. Contudo, a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1984, p.17).

Desse modo, os processos instituídos a partir da História Cultural envolvem a relação que se estabelece entre a história dos textos, dos livros e da leitura, o que permite uma reflexão a respeito da natureza da História como discurso acerca da realidade e ainda, de como o historiador exerce o seu ofício para compreender tal realidade. Sobre as produções dos viajantes no século XIX a historiadora Ana Luisa Fayet Sallas em *Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação* esclarece que, na perspectiva da produção cultural, os livros de viagem – com seus atlas e álbuns pitorescos e os textos aí inseridos em forma de relatos – foram consumidos avidamente pelo público leitor do início do século XIX como bens culturais. Dessa forma, aquilo que era uma experiência particular e privada deixa

imediatamente de sê-lo ao ingressar no mercado simbólico de bens culturais. Assim, a relação entre autor e leitor reafirma o caráter público da cultura que, longe de fornecer “a verdade da representação, oferece as ideias compartilhadas por determinado grupo acerca da natureza, do homem e da civilização do Novo Mundo”. (SALLAS, 2010, p. 416)

Nesse sentido, a autora pontua que toda representação “contém uma verdade em si, seja ao se destinar a determinados grupos, seja ao expressar crenças e valores de outros” (Ibid., p. 417), isto porque a representação emerge como expressão da verdade daquele que a produziu em forma de experiência comunicável, inserida no horizonte da época a qual está vinculada. Dessa forma, a autora revela que ao analisar as imagens ou textos, não pretendeu buscar o verdadeiro Brasil no início do século XIX, mas a maneira como, então, os viajantes europeus o percebiam. (Ibid., p. 417). Portanto, é necessário problematizar o tipo de apreensão que a história pode fazer dos materiais de representação, imagens ou textos,

como documentos que possuem uma realidade intrínseca, longe de uma referência imediata a uma verdade. Esses materiais são documentos históricos portadores de uma determinada verdade pelo fato de nos dizer algo a respeito de um determinado momento histórico, existindo no tempo e no espaço a partir da experiência de homens concretos. (SALLAS, 2010, p. 417).

Fundamentada em Sallas, também eu no estudo ora apresentado não priorizei a busca de fatos históricos vividos por mulheres indígenas no século XIX, mas sim como os viajantes representaram essas mulheres a partir do contato que com os povos indígenas tiveram e conforme seus “pré-conceitos”; ou seja, a partir do olhar do “outro”, do seu ponto de vista étnico, cultural e de gênero. A verdade factual permanece como horizonte da busca, pois, como afirma a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2005) o historiador,

a rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas. (PESAVENTO, 2005, p. 51).

Acerca do imaginário, Pesavento em sua obra intitulada *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário* (1995) esclarece que, no domínio da representação, as

coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto pois, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. Para a historiadora “o imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente” (PESAVENTO, 1995, p. 15). Pesavento parte da premissa de que só é possível decifrar a representação por meio da articulação de texto e contexto, por meio da busca de indícios, de dados aparentemente irrelevantes mas que, dentro de um sentido mais amplo, adquirem sentido.<sup>1</sup> Conforme as palavras da autora,

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. Não será este o verdadeiro caminho da História? Desvendar um enredo, desmontar uma intriga, revelar o oculto, buscar a intenção? (PESAVENTO, 1995, p. 24).

Assim, é possível ressaltar que toda pesquisa implica em analisar criticamente as fontes, sobretudo se considerarmos que a produção de um determinado discurso não pode ser separada das condições históricas nas quais esse discurso foi produzido, torna-se necessário, então, não só analisar “o que” está sendo representado, mas também “quem” é o autor da representação. Nessa perspectiva, ao se recorrer a este gênero de fonte o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica do autor do registro histórico, assim como o modo pelo qual o autor a expressa. Isto é, “o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.”<sup>2</sup>

Cabe ressaltar que na produção historiográfica e nas pesquisas sobre o Mato Grosso realizados no século XIX não se encontram trabalhos específicos sobre as mulheres indígenas nos quais elas se situavam em primeiro plano, como é também o caso das fontes desse período. Tais fontes, ao apresentar vestígios do que certamente protagonizaram as mulheres indígenas, o fazem sempre dentro de um emaranhado de descrições casuais. Este foi o motivo

---

<sup>1</sup> Aqui Pesavento recorre ao método indiciário proposto por Carlo Ginzburg. Ver: GINZBURG, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário história*. 1989.

<sup>2</sup> GOMES, A. C. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*, p. 15.

principal pelo qual escolhi trabalhar com as obras de quatro viajantes. Os dados sobre as mulheres indígenas são escassos, espalhados e fragmentados, apresentados no meio de dados gerais sobre o grupo indígena como um todo, sem muito destaque para sua posição social dentro desses grupos. Diante das dificuldades de obtenção de informações sobre as mulheres indígenas nas fontes e na historiografia, tentei escavar nas fontes esse tema considerando a via de aproximação proposta pela História das Mulheres. Essa abordagem me permitiu entender que o olhar daqueles que registraram as mulheres indígenas era masculino, europeu ou europeizado, elitista, dominante e colonizador, de modo que procurei, na medida do possível, destacar as mulheres no meio das normas e valores morais desde onde os diversos sujeitos – viajantes, políticos, letrados, religiosos, oficiais – as descreveram.

Nesse contexto, é preciso dizer que o tema representação das Mulheres Indígenas é uma categoria social específica dentro da historiografia brasileira que trata da história das mulheres. Enquanto categoria social, essas mulheres possuem sua própria historicidade, que nem sempre é possível rastrear, a não ser que por meio de um método seguro utilizado na análise das fontes e na interpretação dos dados. Vista como categoria social e também histórica, ela faz parte de uma sociedade complexa e heterogênea. Assim, é preciso considerar que, “uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica, mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos.”<sup>3</sup>

As mudanças no campo da história e na produção historiográfica, ocorridas nas primeiras décadas do século XX, apontavam para a necessidade de se ampliar os estudos sobre novos objetos e novas metodologias no campo das pesquisas históricas. Foi também a partir do impulso dado pela revista criada pelo grupo dos *Annales* que o debate em torno da objetividade e subjetividade para o estudo da História tornou-se mais contundente. Nesse sentido, a historiadora Rachel Soihet (1997) pontua que com a reviravolta da história, esta possibilitou o debruçar do historiador sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, o que contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. As mulheres, ainda conforme Soihet, diversas em sua condição social, etnia, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória, também tiveram participações significativas na organização das sociedades e nas mudanças que nelas ocorriam.

---

<sup>3</sup>LE GOFF, J. *História e Memória*, p.12.

Dentre a multiplicidade de objetos abordados nas pesquisas, a mulher, ou melhor, as mulheres, donas de casa, operárias, revolucionárias, trabalhadoras, brancas, negras, indígenas, eram também categorias sociais e categorias históricas importantes para se compreender as relações sociais entre indivíduos, grupos e Estado. Na condição de sujeitos históricos ativos, essas mulheres aparecem em documentos oficiais, relatos de viajantes, imagens, memórias de família e fotografias como parte essencial na formação das sociedades modernas. Fundamentalmente, as iniciativas propostas por historiadores, antropólogos, sociólogos entre outros, levaram à ampliação do campo de abordagem, e as mulheres passaram a ser percebidas como significativos “objetos e sujeitos da história”.<sup>4</sup> Dotadas de identidade própria, elas deveriam ser vistas dissociadas da figura masculina do pai, do marido, irmão, padrinhos, tios e avós, embora em perfeita consonância com o ambiente sócio-histórico em que viviam.

A impulsão dos estudos pela história das mulheres, verificada nas décadas de 1960 e 1970, vinculava-se ao movimento feminista que ganhava força com as conquistas e luta das mulheres por mais espaço de atuação no mercado de trabalho e nas tomadas de decisões, tanto no âmbito privado quanto público.<sup>5</sup> Assim, as lutas feministas contribuíram para ampliar o debate acadêmico e mostrar que a história das mulheres não era marginal; antes se tratava de concebê-las como parte indispensável na organização da sociedade brasileira e como categorias sociais constitutivas da História.

Com a reviravolta nas interpretações historiográficas que se apresenta nos anos subsequentes, a história das mulheres trazia à tona problemáticas não mais restritas à velha dicotomia assente na divisão de poder entre os sexos. As novas abordagens chamavam a atenção para a questão dos relacionamentos entre os grupos sociais, enfatizando a liderança das mulheres na manutenção dos laços de solidariedade na família e na comunidade, assim como apontavam para a construção de representações dos papéis femininos, em especial nas narrativas do século XIX. Além disso, desvelavam as relações das mulheres com o poder e as lutas pela igualdade entre os sexos nas esferas pública e privada, bem como apontavam as diferenças entre as normas estabelecidas e práticas cotidianas vividas por elas. Todos esses fatores revelavam as peculiaridades das formas de convivência e a relação das mulheres com

---

<sup>4</sup> SOIHET, R. *História das mulheres*. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias*, p. 275.

<sup>5</sup> SCOTT, J. *Historia das mulheres*. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*, p. 63-96.

o poder patriarcal<sup>6</sup>, religioso e do Estado. Especialmente no século XIX, as representações do feminino no Brasil foram fundamentais para “a exclusão das mulheres e a reprodução do sistema patriarcal e da patronagem, cujo legado ainda pesa sobre a sociedade brasileira”.<sup>7</sup>

Pouco a pouco, a renovação teórica no campo da investigação sobre os papéis informais, vividos no cotidiano pelas mulheres, transpôs os silêncios e rompeu com o quadro de invisibilidade presente na produção historiográfica. Parte das estratégias de pesquisa contou com a criatividade e enormes esforços dos pesquisadores para trazerem à tona mulheres pobres, sós, de marido ausente, “sem eira nem beira”, como o demonstrou Maria Odila Leite da Silva Dias em seu estudo *Quotidiano e poder em São Paulo*, sobre a sociedade paulistana no século XIX.<sup>8</sup>

Nosso estudo se situa no âmbito da pesquisa sobre as mulheres na História, sendo necessário dialogar com a Antropologia, pois é nesta disciplina que as mulheres indígenas serão mais bem visualizadas.

No Brasil, vários estudos têm focalizado as mulheres inseridas em grupos étnicos diferenciados, reconhecendo sua participação e sua trajetória, muitas vezes imprescindíveis dentro de um determinado contexto, rompendo com a invisibilidade feminina na História. Ressalto que as novas abordagens históricas possibilitaram a abertura para os estudos sobre a mulher por meio da ampliação das áreas de investigação e de novas perspectivas metodológicas, apontando o caráter dinâmico das relações sociais e seu diálogo com outros campos do saber. Para Rachel Soihet (2007, p. 285)

O desenvolvimento de novos campos tais como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia –, com o intuito de desvendar as diversas

---

<sup>6</sup> Eni de Mesquita Sâmara analisou a participação da família e das mulheres no processo de colonização do Brasil, mais especificamente em São Paulo, a partir de um “viés do poder para entender a importância da família na sociedade”. Observou a autora que, até os anos 1960, os autores recorreram ao conceito de família patriarcal de Gilberto Freire para explicar a organização da família brasileira como sendo “uma vasta parentela com fins comuns. Solidariedade, deveres, obrigações mutuas e parentescos fictícios integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência”. Ver: SAMARA, E. de M. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*, p. 20.

<sup>7</sup> COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república momentos decisivos*, p. 493.

<sup>8</sup> Combinando em sua análise as múltiplas situações particulares vivenciadas no cotidiano pelas mulheres oprimidas, escravas, forras e livres na cidade de São Paulo, entre fins do século XVIII e vésperas da abolição, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias demonstrou que os papéis femininos informais se inscrevem numa dimensão mais ampla do que simplesmente no terreno das rotinas “obscuras”. Ver: DIAS, M. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, 1984.

dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres.

Nesse sentido, o diálogo entre a História e a Antropologia tem contribuído significativamente para a busca do feminino, muitas vezes encoberto por imagens ideais, mitos e estereótipos, ao desenvolver ferramentas teóricas para analisar estas imagens criadas e recriadas ao longo dos tempos. Para tanto, assinala Burke (1996, p. 11):

O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma 'construção cultural', sujeita a variações, tanto no tempo como no espaço [...]. A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa idéia, ou sua suposição, por muitos historiadores sociais e antropólogos sociais ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas’.

Para Burke (1997, p. 94) o diálogo com a Antropologia e a História "pode ser descrito, com mais exatidão como uma mudança em direção à Antropologia cultural ou “simbólica”. Nos anos 70 e 80 os historiadores estabelecem um diálogo mais intenso e profícuo com a Antropologia. A inserção de novas temáticas na pesquisa histórica, assim como uma apreensão do simbólico por parte do historiador, foram determinantes nesse novo saber e fazer histórico. Temáticas como o corpo, a morte, a loucura, o clima, e o feminino, assim como todos os aspectos da vida humana, passam a ter uma nova dimensão histórica. É preciso pontuar que os viajantes ao observarem as mulheres indígenas tinham como referencial as mulheres ocidentais que faziam parte de seu universo cultural, dessa forma esse referencial influenciou no seu olhar sobre o feminino indígena.

As datas-limites são parte da metodologia de pesquisa, é a fronteira temporal que o historiador utiliza para não se perder no mito das origens dos acontecimentos, sobretudo se analisamos o acontecimento como um processo histórico, cuja lógica permite ir além dos recortes impostos pelo procedimento analítico metodológico, ou, como afirmou Edward Palmer Thompson: “nosso objetivo é o conhecimento histórico; nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular no passado, tal seqüência particular de causação.”<sup>9</sup> Nesse sentido, o que nos orientou para o recorte temporal que privilegia o século XIX foram as fontes de pesquisa, visto que alguns documentos que consideramos

---

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*, p. 57.



como relevantes para este estudo datam tanto do início do século XIX como de seu final. O recorte nos possibilitou uma visualização das mudanças e permanências de questões vivenciadas pelas mulheres indígenas e seus grupos ao longo do século XIX.

Outra questão importante para os historiadores, além do recorte temporal, é a contextualização do espaço estabelecido em seu estudo. Ao interpretar a história da região de Mato Grosso destacamos as diversas táticas e processos elaborados para a subjugação dos indígenas, principalmente em momentos muito particulares do desenvolvimento das forças produtivas, das ideologias de grupos, da consolidação do sentimento de nacionalismo, das políticas empregadas pelo Estado moderno em construção e da afirmação da soberania nacional. Estas questões, vivenciadas no Brasil do século XIX, se vincularam na elaboração de representações do feminino como forma de estratégias de dominação sobre as sociedades indígenas. Para uma compreensão desses processos exigiu-se a confrontação das fontes de pesquisa, o que possibilitou a observância de como a dinâmica da política imperial se estabeleceu nos aldeamentos e suas consequências para as mulheres indígenas e seus povos. Ainda nesse sentido, mesmo promovendo as relações e os contatos entre índios e não índios, a política assimilacionista imperial provocou mudanças e reelaborações em torno da identidade indígena, ocasionando a ressignificação de sua cultura, mas não sua total ruptura, como esperado pela política imperial.

Reuni-los em aldeamentos, sedentarizá-los ou simplesmente exterminar grupos étnicos<sup>10</sup> foram ações impostas pelos povoadores durante todo o período colonial e que continuaram sendo praticadas no séc. XIX, sobretudo nas regiões ainda pouco povoadas, como era a Província de Mato Grosso.

Ressaltamos que devido à grande diversidade étnica indígena em Mato Grosso, adotamos por critério manter os etnônimos<sup>11</sup> presentes nos relatos dos viajantes que percorreram Mato Grosso, bem como nos documentos oficiais pesquisados até o final do século XIX. Dentre os grupos contatados e registrados que mais se destacam nos relatos dos viajantes que percorreram esta região estão os Guaná, Guató e Guaicurú. Os dados sobre os grupos visitados são de caráter introdutório, não tendo aqui a pretensão de discorrer em

---

<sup>10</sup> Segundo Manuela Carneiro da Cunha, após a Segunda Guerra Mundial o critério racial de identificação dos grupos humanos foi substituído pelo cultural, definindo-se grupo étnico como o portador de “valores, formas e expressões culturais”; quando não, “de uma língua ao mesmo tempo exclusiva e usada por todo o grupo”. Ver: CUNHA, M. C. da. *Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia*, p. 250

<sup>11</sup> Etnônimo refere-se ao nome de povos, de tribos, de castas, e, p. ext., de comunidades políticas ou religiosas, quando a designação destas últimas possa ser tomada em seu sentido étnico. FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 1999.

profundidade sobre os contextos culturais de cada grupo, visto que nosso trabalho parte da cosmovisão de cada viajante e de como ele representou os grupos e, em especial, as mulheres indígenas.

Para a redação deste estudo optei por manter a grafia original encontrada nas fontes, tanto para a língua espanhola quanto para a língua portuguesa. O trabalho foi dividido em três capítulos. No final do trabalho segue no anexo uma tabela com as principais citações que trazem as mulheres indígenas em evidência nas obras dos viajantes Francis Castelnau, Joaquim Ferreira Moutinho, Bartolomé Bossi e Alfredo d'Escagnolle Taunay. Esta tabela está vinculada diretamente ao terceiro capítulo do trabalho e tem a finalidade de inspirar futuros trabalhos ou nortear aqueles que se interessar pelos temas dos viajantes, das Mulheres Indígenas e seus povos no Mato Grosso do século XIX.

Por fim, quanto à divisão dos capítulos, a dissertação apresenta a seguinte configuração: o primeiro capítulo, de caráter introdutório, visa situar os discursos sobre as mulheres indígenas no contexto da política imperial que imputava uma regulação social e disciplinar aos indígenas por meio da política de aldeamento e catequese. Os documentos estudados indicam que as Mulheres Indígenas do Mato Grosso tiveram durante o século XIX um papel relevante na tentativa de promover a integração dos índios à sociedade nacional por meio da miscigenação. Também apresentamos o contexto sócio-histórico do Brasil e de Mato Grosso no século XIX por meio de sua estruturação política e legislativa acerca dos indígenas que tinha como propósito a assimilação e a civilização dos indígenas, tornando-os cidadãos úteis ao Estado. Outro tema apresentado se refere aos grupos Guaicuru e Guaná que avultam grande parte das narrativas dos viajantes. Por fim, apresentamos a configuração do espaço geográfico intitulado Pantanal, que foi um dos territórios percorrido pelos viajantes e onde habitavam os grupos indígenas descritos por eles.

No segundo capítulo trabalhamos os relatos de viajantes que percorreram as terras mato-grossenses no século XIX como importantes fontes para o entendimento das representações construídas sobre as mulheres indígenas e seus povos. Mas, para compreensão da construção dessas representações realizadas por esses viajantes, é preciso entender as subjetividades que carregavam esses intérpretes a partir do seu “lugar de enunciação” e do seu contexto. Para esse entendimento, apresentamos neste capítulo a biografia e as obras dos viajantes escolhidos nesta pesquisa. Nesse sentido, buscamos identificar os possíveis fatores que condicionaram as interpretações dos viajantes do e no Brasil no século XIX, bem como quais eram as intenções das viagens, visto que os viajantes em foco nesta dissertação possuíam diferentes intenções quando se lançaram em território mato-grossense. Ressaltamos

que a partir deste processo pudemos entender que os viajantes carregam consigo ambiguidades, experiências que no contato com o “outro” produziram códigos culturais diversos, mas que devem ser entendidos, decifrados e compreendidos com o cuidado de se contextualizar sua produção no tempo e no espaço.

Por último, no terceiro capítulo apresentamos dados relativos às mulheres indígenas, tais como a fisionomia, o trabalho, questões relacionadas ao casamento, ao aborto – que, por sua vez, era frequente entre as mulheres dos grupos Guaicurú e Guaná –, a maternidade e a amamentação. Características que envolviam o feminino indígena e foram registradas pelos viajantes, religiosos e militares. Esses registros compõem as fontes utilizadas e analisadas no referente capítulo. Se, por um lado esses registros mostram aspectos importantes da vida dessas mulheres e de seus povos, por outro, eles também escondem outras características, outras significações. Nesse sentido, nosso trabalho buscou mostrar o que foi registrado pelos viajantes sobre as indígenas e indicar parte do que ficou encoberto nesses escritos devido à cosmovisão dos viajantes, partilhada em parte pelo Império brasileiro no século XIX. Para indicar o encoberto, usamos algumas obras antropológicas relativas aos povos indígenas e à História das Mulheres e de Mato Grosso.

## CAPÍTULO 1 - O MATO GROSSO INDÍGENA

Este capítulo visa situar os discursos sobre as mulheres indígenas no contexto da política imperial que imputava uma regulação social e disciplinar aos indígenas por meio da política de aldeamento e catequese. Os documentos indicam que, no pensamento do IHGB e dos viajantes, as mulheres seriam promotoras da diluição dos grupos indígenas na sociedade nacional. Elas foram idealizadas como as promotoras da miscigenação. Também apresentamos o contexto sócio-histórico do Brasil e de Mato Grosso no século XIX por meio de sua estruturação política e legislativa acerca dos indígenas que tinha como propósito a assimilação e a civilização dos indígenas, tornando-os cidadãos úteis ao Estado. Outro tema apresentado se refere aos grupos Guaicuru e Guaná que avultam grande parte das narrativas dos viajantes. Por fim, apresentamos a configuração do espaço geográfico intitulado Pantanal, que foi um dos territórios percorrido pelos viajantes e onde habitavam os grupos indígenas descritos por eles.

### 1.1.O Mato Grosso no século XIX

Mato Grosso localiza-se no centro da América Latina. Devido à sua localização a área que se tornou mais tarde a província do Mato Grosso esteve mais acessível aos espanhóis, via rio Paraguai, do que aos luso-brasileiros nos primeiros séculos da colonização. De acordo com o historiador Fernando Tadeu de Miranda Borges: “As primeiras tentativas de penetração e ocupação de Mato Grosso ocorreram no século XVI, com os espanhóis, inclusive com formação de povoados próximo ao rio Paraguai.”<sup>12</sup> Contudo, foi com o empreendimento dos bandeirantes paulistas na caça ao índio e em busca das minas de ouro que o sertão mato-grossense passou paulatinamente a ser povoado e colonizado. Partindo de São Paulo, navegando o rio Tietê, parte do rio Paraná e adentrando os rios Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e por último o rio Cuiabá, os paulistas traçaram uma nova rota de acesso ao interior do Brasil.

---

<sup>12</sup> BORGES, F. T. M., *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870-1930)*, p. 34.

Por várias décadas as Coroas Portuguesa e Espanhola disputaram a posse do território que comportava as terras mato-grossenses. Após o Tratado de Madri entre Portugal e a Espanha, em 1750, definiram-se os limites geográficos pertencentes às duas Coroas, utilizando os rios como marco delimitador, afinal nesta época “a água é o elemento norteador das relações ali desenvolvidas.”<sup>13</sup> A partir daí a Coroa Portuguesa adotou medidas políticas de povoamento e proteção de suas fronteiras.

Os conflitos com os indígenas fazem parte do processo de formação da sociedade mato-grossense desde que os primeiros luso-brasileiros penetraram na região para suprir a falta de mão-de-obra nos engenhos e para a busca de metais preciosos, o que levou os bandeirantes paulistas e aventureiros a adentrarem os sertões para apresar os indígenas e vendê-los aos senhores de engenho como mão-de-obra cativa.

Em Mato Grosso a partir da metade do século XIX com o declínio da mineração e a aprovação da Lei de Terras (1850), o “objetivo principal, que tanto afetou as comunidades indígenas, foi o de criar um mercado de trabalho de não proprietários.”<sup>14</sup> Apesar da resistência indígena, os criadores de gado, muares e caprinos expandiram as fronteiras avançando e tomando posse das terras ocupadas por indígenas, ao mesmo tempo em que, segundo o autor, tentava-se domesticar esses indígenas “através das missões jesuíticas e salesianas, as quais financiadas pelo poder público ensinavam aos índios a língua e a cultura do homem civilizado, difundindo o processo de miscigenação”.<sup>15</sup>

O objetivo primordial dos colonizadores foi o de avançar as fronteiras abertas sobre o território ocupado pelos índios<sup>16</sup>, utilizando como tática o apaziguamento, propósito adequado à política assimilacionista adotada pela política imperial. Esse processo trouxe resultados negativos, em especial às populações indígenas que tiveram que adaptar/modificar em muitos casos compulsoriamente seus antigos hábitos e costumes, além de perder parte de suas terras e de sua mobilidade.

A dinâmica da política imperial para os índios oscilava desde as alianças comerciais, o aldeamento, a catequese e a civilização até a repressão pela violência. O antropólogo Andrey

---

<sup>13</sup> COSTA, M. de F., *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, p. 21.

<sup>14</sup> RICUPERO, B., *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*, p. 147.

<sup>15</sup> RODRIGUES, M. A. Z., *Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)*, p. 67.

<sup>16</sup> Sobre aldeamento indígena ver: ALMEIDA, M. R. C., *Os índios aldeados: história e identidades em construção*, p. 51-71. PERRONE-MOISÉS, B., *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. IN: CUNHA, M. C., *História dos índios no Brasil*, p.115-172.

Cordeiro Ferreira (2007) nos aponta em sua tese *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro* que o léxico político denominava as ações violentas dos índios de “correrias” e as expedições punitivas de “bandeiras”<sup>17</sup>. Assim, a política do Império para os índios se movia entre as “*correrias, bandeiras e catequese e civilização*”.

De um lado, existiam as ações guerreiras retratadas no léxico imperial regional como “Correrias” – indicando as ações violentas dos índios contra as agências coloniais (fazendas, unidades militares e os próprios colonos); de outro lado existiam as “Bandeiras” – assumiam o caráter de expedições punitivas contra os índios, movidas tanto pelo Estado quanto pela sociedade - colonos pobres e fazendeiros, as vezes com o apoio do Estado, as vezes sem este apoio, e as vezes com o apoio de certos grupos indígenas (FERREIRA, 2009, p. 130)

As ações acima estavam em consonância também com as políticas assimilacionistas que visavam à integração do índio à sociedade nacional. Nesse contexto, as ações promulgadas pelo Império brasileiro em relação aos indígenas se destacavam em duas ações: primeiramente os dividiam em “índios bravos e mansos”; e logo após dividiam as ações que iriam aplicar em relação à índole dos indígenas. Para os considerados índios bravos, ou viviam como índios aldeados, supostamente livres e aliados dos colonizadores ou eram considerados como “nações inimigas”. A antropóloga Manuela Carneiro aponta que para os indígenas “mansos” seu destino eram os aldeamentos considerados como sendo “senhores de suas terras nas aldeias, passíveis de serem requisitados para trabalharem para os moradores mediante pagamento de salário e devem ser muito bem tratados” (CARNEIRO, 1998, p. 117).

O geógrafo Pasquale Petrone analisou em profundidade a questão dos Aldeamentos Paulistas desde a chegada dos primeiros colonizadores no litoral paulista até as três primeiras décadas do século XIX. Demonstrou a organização dos espaços geográficos, políticos e administrativos e a evolução dos aldeamentos na Baixada Paulista e nos Campos de Piratininga. Pasquale Petrone estabeleceu uma distinção necessária entre os termos aldeias e aldeamentos:

---

<sup>17</sup> O Relatório da Província de Mato Grosso de 1838, de José Antonio Pimenta Bueno, 01/03/1838, menciona as “correrias” e as sistemáticas bandeiras enviadas contra os “índios bravos” Cabaças, (Relatório, p. 11). Consultar: <http://www.crl.edu/brazil>

Os espontâneos são os núcleos propriamente indígenas, as tabas, as aldeias indígenas. Aldeamento por outro lado, implica a própria noção de processo de criação de núcleos ou aglomerados, portanto, inclusive, a idéia de núcleo criado conscientemente, fruto de uma intenção objetiva. Nesse sentido, expressa o fenômeno dentro do processo de colonização com mais fidelidade do que poderia fazê-lo o termo aldeia. (PETRONE, 1995, p. 105)

Assim, o termo aldeamento utilizado pelo autor é entendido como um aglomerado criado conscientemente com intenções objetivas para se manter o índio sob o controle do colonizador, dos administradores e dos jesuítas. Portanto, o aldeamento pensado dessa forma é diferente daqueles núcleos indígenas propriamente espontâneos. Este processo implicou nas interações étnicas e possibilitou as trocas culturais com a sociedade envolvente.

Em consonância com a política de aldeamentos impetrada pelo Governo imperial no século XIX, há que ressaltar que o ano de 1834 foi marcado pelo Ato Adicional que legitimava a Constituição de 1824 e dava às Assembleias Provinciais o poder de legislar sobre a organização civil, jurídica e administrativa da sociedade local.<sup>18</sup> Por um lado, a descentralização do poder a partir de 1834 deu a oportunidade às Assembleias locais de tomarem iniciativas anti-indigenistas, colocando em prática expedições ofensivas de expulsão dos índios de seus territórios.

(...) O Ato Adicional de 1834 (Art. 11 &5, de 12/08/1834) incumbe as Assembléias Legislativas Provinciais de legislar, cumulativamente com a Assembléia Geral e o Governo Regencial, sobre a catequese e sobre a civilização de indígenas. Até então, as províncias, através de seus Conselhos Gerais, propunham leis e decretos que teriam de ser sancionados pela assembléia Geral Legislativa e pelo Imperador. Com a descentralização [do poder estabelecida pelo Ato Adicional] de 1834, várias províncias passam a imediatamente a tomar iniciativas anti-indígenas. (CUNHA, 1992, p. 13)

Por outro lado, o Ato Adicional de 1834 acabou diminuindo o poder do Imperador e fortalecendo o poder local, o que não era compatível com o projeto de nação idealizado pelos grupos dominantes próximos e na condução do Governo Imperial. Como já dito, nesse período de descentralização do processo legislativo, diversas províncias passaram a tomar atitudes anti-indígenas, como extermínio ou expulsão dos índios de suas terras e vilas.

---

<sup>18</sup> WOLKMER, A. C., *História do Direito no Brasil*, p. 85-86.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1998) de 1834 a 1845 há um vácuo legal sobre a questão indígena no território brasileiro que foi parcialmente sanado, em 1845, com a promulgação do *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*,<sup>19</sup> o “único documento indigenista geral do Império” (CUNHA, 1992, p. 11). Detalhado ao extremo, o Regulamento é mais um documento administrativo do que um plano político. “Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios” (CUNHA, 1998, p. 139).

Maria Eunice Jardim Schuch (1998) em *Missões capuchinhas entre os Guaná sul-mato-grossenses* chama a atenção para a questão da civilização dos índios no século XIX. Schuch esclarece que desde os primeiros trabalhos missionários na América Latina a questão da catequização e civilização dos indígenas, já haviam sido estabelecidas. A autora aponta como marco da legislação indigenista no período colonial, o Diretório Pombalino de 1755 que estabeleceu uma administração civil sobre os índios. Ainda segundo a autora, esse processo não teve um resultado esperado, pois ocasionou a desarticulação do processo que vinha sendo empregado pelos missionários anteriormente ao Diretório. Com efeito, os índios voltaram aos costumes tradicionais de sua cultura, e os que ficaram à margem desse processo, ou seja, “índios já destribalizados acabaram incorporando-se a uma situação de semi-servidão entre os brancos” (SCHUCH, 1998, p. 98). Nesse sentido, a autora pontua que no período colonial a necessidade de catequização e civilização dos indígenas tinha como mote a preparação da mão de obra indígena. Já no século XIX conforme Schuch (1998, p. 99), “a ideia de ‘civilização’ dos indígenas, de certa forma se colocava acima da ideia de catequese”. Nesse contexto, a autora esclarece que os religiosos não viam na “civilização” dos indígenas formas de catequizá-los, aproximá-los dos princípios do cristianismo, mas visavam aproximá-los da sociedade colonial local. Dessa forma, Schuch aponta que mesmo havendo um trabalho catequético, esse “não era a principal atividade dos religiosos, mas ao atendimento aos interesses do Império” (SCHUCH, 1998, p. 99). Diante do exposto, a autora aponta que a criação do Regulamento das Missões de 1845, a preocupação do Governo Imperial em civilizar os indígenas e torná-los aptos a servir como mão de obra, tornou-se explícita.

É preciso ressaltar que o Regulamento das Missões foi visto com expectativas promissoras pela maioria dos governantes das províncias, porém, logo após sua aprovação o

---

<sup>19</sup> O *Regulamento acerca das Missões de catequese civilização dos Índios* foi aprovado, sem alterações, por maioria de votos e publicado por meio do Decreto Imperial n.º 426, de 24 de julho de 1845. Ver: SAMPAIO, P. M., *Política indigenista no Brasil imperial*. In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Org.). *O Brasil Imperial - 1808-1831*, p.175-206.



Regulamento apresentou alguns problemas que foram surgindo, como a falta de verbas, pessoas aptas e disponíveis para as funções administrativas previstas, o que ocasionou grandes discussões principalmente sobre o papel dos religiosos. Neste sentido, em 1857 foi publicado o *Regulamento das Colônias indígenas- Províncias do Paraná e Mato Grosso*, sancionado pelo governo imperial. Para o historiador Claudio Vasconcelos (1999) este novo regulamento não apresentou mudanças significativas quanto ao método empregado para a catequese dos indígenas, mas veio a legalizar as práticas dos missionários que passaram a ser autoridade considerada em cada uma das colônias, encarregando-se das questões religiosas e administrativas.

Ainda no século XIX as avaliações sobre a eficácia do Regulamento constituiu-se em críticas, como pontuou o jurista Agostinho Marques Perdigão Malheiro em sua obra *A escravidão no Brasil: ensaio histórico – jurídico - social* publicada em 1866,

o Regimento das Missões de 1845, em sua execução, mostrou-se defeituoso. Por outro lado, os abusos contra os desgraçados índios praticavam-se quasi como em todos os tempos anteriores, partindo mesmo dos Directores, que, em vez de protectores, se tem quasi no geral mostrado ou indifferentes, ou perseguidores. E até, por falta de pessoal habilitado, as aldeas não tem sido regidas convenientemente, nem tem sido possível, desenvolver o systema de taes colonias e do citado Regimento. (MALHEIRO, 1866, p. 150).

Patrícia Melo Sampaio (2009) pontua que para o jurista, o Regulamento constituiu-se em um verdadeiro desastre para os povos indígenas e, mais que isso, consolidou o processo de expropriação de suas terras nos mais variados e distantes lugares do Império. Em Mato Grosso, para viabilizar a aplicação das diretrizes apresentadas no Regulamento das Missões de 1845, a Província criou em 12 de maio de 1846 a Diretoria Geral dos Índios, com sede em Cuiabá. Em consonância com a Diretoria Geral dos Índios, havia outras instâncias como a Tesouraria da Fazenda a Chefatura de Polícia, e a Presidência da Província que em conjunto trabalhavam para assegurar a “civilização” e impor a “ordem” aos índios.

Os aldeamentos instalados após 1845 foram oficialmente designados de “Aldeia Regular” pelos Presidentes da Província e pela Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso, esclarece Verone Cristina da Silva (2001). Segundo a autora, Mato Grosso contava, desde o período colonial, com diversos aldeamentos de índios, geralmente, em destacamentos e colônias militares que reuniam índios com a finalidade de proteger as fronteiras nacionais e

submetê-los às normas da sociedade não indígena. Após pesquisar os relatórios oficiais de 1840, ela pontua que as falas presidenciais só reconheciam em Mato Grosso cinquenta e três povos indígenas, tendo sido muitos deles removidos de suas terras para os aldeamentos através do Regulamento de 1845. Um exemplo desse procedimento é a Freguesia de Albuquerque, onde os dezesseis grupos existentes foram reduzidos a nove ou dez. A autora ainda aponta que

os grupos que habitavam o Salto Augusto –região amazônica- também foram reunidos; os Kaiapó, que estavam em Santa Ana do Paranaíba, foram transferidos para o Piquiri; os Bororo Cabaçais foram reunidos nas proximidades do rio Jauru; nas margens do Juruena e Arinos criaram-se três novas aldeias, sendo uma dos Apiacá, distante do Salto Augusto; no arraial de São Vicente Ferreira foram aldeados os Kabixi; os Bororo Coroados foram reunidos nas proximidades do rio São Lourenço e no Pão Cerne foi criado um aldeamento para os Guarayos. (SILVA, 2001, p. 56)

Para um melhor entendimento das distribuições das populações indígenas em Mato Grosso apresentamos um quadro contido no Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849.

N. 12. — MAPPA da população indígena da província de Mato-Grosso

NAÇÕES.	TRIBUS.	NOMES.	LUGARES QUE HABITÃO.	INDIV. DUOS.	OBSERVAÇÕES.
1	1	Cayua's (2).....	Immediações do rio Ivinhelma.....		Adoptando para as tribus, cuja população não se menciona, o numero de 5,023 individuos, proporcional ao numero de individuos das tribus, cuja população vai estmada, ter-se-ha para a população total o numero de 21,725 individuos. Neste mappa não se incluem muitas tribus pouco conhecidas, como as que habitam para nordeste da provincia entre os rios Araguaya e Chingú. A famosa nação dos Payaguás acha-se muito reduzida, e existe aldeada no territorio da republica do Paraguay. Secretaria do governo da provincia de Mato Grosso, 3 de maio de 1849 — Joaquim Felicitissimo de Almeida Louçada.
1	1	Chamocócos (2).....	Immediações do rio Paraguay e Bahia-Negra.....	200	
1	2	Guaycurús divididos em Cadiucós (2), Beaqueós (1), Atogucócos (1) e Guaticócos (1).....	Immediações do rio Paraguay e Mondego.....	4,500	
1	2	Guanás, divididos em Guanás (4), Klinikinas (1), Terénas (1) e Layanas (1).....	Immediações dos rios Paraguay, Mondego e Cuyaba.....	3,500	
1	1	Guaxys (1).....	Immediações do rio Mondego.....	50	
1	1	Guatós (2).....	Rios Paraguay e S. Lourenço, e lagoas Gahyba e Uberaba..	500	
1	1	Bororós da Campanha (1).....	Immediações do rio Paraguay.....	200	
1	1	Bororós Cabaças (1).....	Immediações dos rios Jaurú e Cabaçal....	100	
1	1	Cayapós (1).....	Cabeceiras dos rios S. Lourenço, Taquary, Paraná e Paranahyba.....	200	
1	1	Coroados (3).....	Cabeceiras do rio S. Lourenço.....	—	
1	1	Bacairys (2).....	Cabeceiras do rio Paranatinga.....	200	
1	1	Cajabys (3).....	».....	—	
1	1	Barbados (3).....	Cabeceiras do rio Vermelho.....	400	
1	1	Parecys (2).....	Serra e campo dos Parecys.....	250	
1	1	Mambarés (2).....	».....	400	
1	1	Cabixys (3).....	».....	500	
1	1	Nambiquáras (3).....	Immediações dos rios Arinos e do Peixe.....	600	
1	1	Tapanhunas (3).....	Immediações dos rios Arinos e Tapanhunas.....	800	
1	2	Apiacás (2).....	Immediações dos rios Arinos e Juruena..	2,700	
1	1	Mequens (3).....	Immediações do rio Guaporé.....	2,700	
1	1	Guarâyos (2).....	».....	—	
1	1	Gautarios (3).....	».....	—	
1	1	Pacas (3).....	Immediações do rio Mamoré.....	—	
1	1	Senabós (3).....	».....	—	
1	1	Jacarés (2).....	».....	—	
1	1	Caripunas (2).....	Immediações das cabeceiras dos rios Amoré e Madeira....	4,000	
1	1	Araras (3).....	Immediações dos rios Madeira e Jamary..	—	
27	33		Somma.....	45,800	

1. Aldeados perto das nossas povoações. (2) No primitivo estado de independência, mas tem algumas relações commerciaes. (3) Hostilizações, e não se mostram dispostos a querer a nossa amizade.

Fonte: Relatório do presidente da província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850. 403. p. 32

O quadro acima mostra as populações aldeadas que foram divididas em: 1- Aldeados perto das populações da província; 2- No primitivo estado de independência, mas com

algumas relações com o Império; 3- Hostis, e não demonstravam dispostos a querer amizade com o Império. Percebe-se que os Guaná e seus subgrupos estavam em sua maioria aldeados. Os Guaicurú e alguns subgrupos aldeavam-se nas imediações das unidades militares e vilas, a maior parte das etnias são consideradas hostis e outra parte, primitivas com algumas relações com o Império.

Silva (2001) ressalta que as falas presidenciais nos relatórios encaminhados ao Império registraram a ocorrência de “resistência” dos indígenas no contexto da implantação dos aldeamentos. Essas ações foram identificadas como motivo da “selvageria”, o que justificava o envio de bandeiras e praças de primeira linha para atemorizar os índios. Nesse sentido, os indígenas reagiam, e sua resistência se caracterizava também como “teimosia”, que foi observada principalmente entre,

os Bororo Coroado que, descontentes com a passagem da nova estrada para o Piquiri, nas proximidades da sua aldeia, matavam os moradores, camaradas e escravos do local. Os Paresi são descritos amedrontando os moradores da cidade de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) e os Kabixi abandonaram o cultivo no aldeamento - considerado de primeira qualidade - para explorar minérios. Os Kadiwéu também abandonaram o aldeamento, retirando-se para o outro lado do rio Paraguai e os Kayoá foram considerados malfeitores. (SILVA, 2001, p. 57)

Silva (2001) esclarece ainda, que para o aldeamento desses grupos indígenas foi utilizada a força militar, com ações diretas do chefe de polícia, solicitada pelo Presidente da Província. Em relação a Mato Grosso, a autora pontua que os gastos dessa província foram aumentados, devido às despesas financeiras que eram destinadas à catequese nos aldeamentos e que custearem as edificações, os instrumentos de trabalho dos indígenas, a confecção dos tecidos de algodão, aguardente, medicamentos, sal, materiais escolares e pagamento dos empregados que trabalhavam nos aldeamentos. Nesse contexto, devido à necessidade de elevar suas receitas foi preciso criar uma *rubrica* específica na tesouraria da Província, identificada por “catequese”. Segundo Silva (2001) o diretor-geral da Província, no ano de 1846, relatou extensivamente sobre o comportamento dos habitantes indígenas em Mato Grosso e a situação das aldeias regulares declarando que os índios não abandonavam os costumes “primitivos”, embora, “os tivessem modificado, e que, mesmo submissos às autoridades, estas não tinham ingerência sobre seu regime ou direção”. (SILVA 2001, p. 58).

Ainda segundo Verone Silva (2001) ao analisar o *Relatório do estado da catequese e civilização dos Índios de Mato Grosso* de 1858, realizado pelo Diretor Geral dos Índios, o Coronel João Baptista de Oliveira, apontou que os aldeamentos que mais se aproximaram ao disposto no Regulamento das Missões, segundo o Coronel João Baptista, foram os dos Guaná, na Freguesia de Albuquerque; os dos Kinikináo, na localidade denominada Mato-Grande; dos Terena e os dos Laiana, aldeados na Vila de Miranda; os dos Guarayos, denominada de Santa Ignez, na cidade de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), e os dos Paresi, na vila de Diamantino.

De modo geral, os índios aldeados foram submetidos à aprendizagem da fé e da moral cristã, à devoção ao Estado Nacional, ao aprendizado de ofícios e, quando possível ou viável, ao ensino das primeiras letras. Para tanto, o propósito dessas ações se destinavam a modificar ou fazer com que os indígenas abandonassem seus hábitos culturais considerados “selvagens”. Nos termos do Regulamento, os agentes dos aldeamentos deviam:

§ 7.º Inquirir onde ha índios, que vivão em hordas errantes; seus costumes, e linguas; e mandar Missionarios, que solicitara do Presidente da Provincia , quando já não estejam á sua disposição, os quaeslbes vão pregar a Religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social. § 9.º Diligenciara edificação de Igrejas, e de casas para a habitação assim dos Empregados da Aldêa , como dos mesmos índios. § 10.º Distribuir pelos Directores das Aldêas, e pelos Missionarios, que andarem nos lugares remotos, os objectos, que pelo Governo Imperial forem destinados para os índios, assim para a agricultura, ou para ouso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem proprios para attrahir-lhes a attenção , excitar-lhes a curiosidade , e despertar-lhes o desejo do trato social; requisitando-os do Presidente da Provincia , segundo as Instrucções, que tiver do Governo Imperial. § 19.º Empregar todos os meios licitos, brandos, e suaves, para attrahir índios ás Aldeas ; e promover casamentos entre os mesmos, e entre elles, e pessoas de outra raça<sup>20</sup>

A intenção maior era de que os indígenas adotassem valores como a moral católica e os modos de produção do trabalho, aproximando-se, assim dos países ocidentais. É importante entender que a prática da legislação do período e os espaços que deixava para a sua utilização em casos específicos, nos possibilita perceber o jogo de interesses dos agentes sociais envolvidos nas disputas pelos territórios que ocupavam os indígenas. Pois muitas vezes, os

---

<sup>20</sup> Coleção das leis da Republica Federativa do Brasil, :Tomo 8.º parte 2.ª secção 25.ª. DECRETO n.º 426 de 24 de julho de 1845. Contém o regulamento acerca das missões de catechese, e civilisação dos índios. Por Brazil. Volume 1923.

colonizadores utilizavam-se das legislações promulgadas pelo Império brasileiro para ações repreensivas aos indígenas, isto porque os indígenas que eram resistentes ou não se adequavam as legislações foram considerados inimigos e “selvagens” Nesse sentido, as ações acerca desses índios poderiam justificar a violência contra os mesmos.

## **1.2.As Mulheres Indígenas e a ocupação dos territórios brasileiros no século XIX**

Buscando entender o real papel que a sociedade brasileira desejara para as mulheres indígenas na época, analisamos alguns documentos do século XIX, onde ficou registrada a discussão travada no contexto do projeto de colonização e apaziguamento dos indígenas que habitavam os sertões brasileiros.

Iniciamos com o Projeto de Lei *Apontamentos para a civilização dos Índios do Brasil* apresentado por José Bonifácio (1763-1838) à Assembleia Geral Constituinte, em 1823, que contém um programa de integração dos índios à sociedade nacional. Esse projeto apresenta-se dividido em duas partes. A primeira contém uma discussão sobre as questões que dificultam a prática de uma política indigenista e, a segunda, consiste na apresentação de quarenta e quatro propostas que sugeriam uma forma de viabilizar e facilitar a civilização dos índios. O projeto também apresentava um programa de integração dos índios à sociedade nacional. "Vou tratar do modo de catequizar, e aldear os índios bravos do Brasil: materia esta de suma importancia, mas ao mesmo tempo de grandes dificuldades na sua execução".<sup>21</sup>

Para a historiadora Vânia Maria Losada Moreira (2009), no contexto da emancipação política do Brasil, as ideias de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre a “civilização dos índios bravos” é uma referência quando o assunto é a construção do indigenismo propriamente nacional. Para a autora,

Sua posição na estrutura política do período e a abrangência de seus argumentos fizeram dele um marco de referência sobre a questão indígena e, apesar de suas proposições não estarem presentes na constituição outorgada de 1824, foi à sombra dos ‘Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil’ que se desenvolveu a política e o debate indigenista do Império e mesmo da República.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> SILVA, J. B. A., *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, In Jorge C.(org), *José Bonifácio de Andrada e Silva*, p. 183-200.

<sup>22</sup> MOREIRA, V. M. L., *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*, p. 2-3.

Apesar da simpatia de Bonifácio pelos índios, ele construiu um ponto de vista bastante etnocêntrico sobre eles. A população indígena era, na melhor das hipóteses, “uma espécie de página em branco, sem cultura, religião e vida social realmente apreciável, que poderia facilmente ser moldada segundo o padrão cultural e comportamental europeu”. (MOREIRA, 2009, p. 4). Nesse sentido a Igreja tinha um papel relevante no projeto de Bonifácio que buscava a assimilação dos indígenas,

Finalmente porque conhecem que, se entrarem no seio da Igreja, serão forçados a deixar suas continuas bebedices, a poligamia em que vivem e os divórcios voluntários; e daqui as raparigas casadas são as que melhor e mais facilmente abraçam a nossa religião. Porque assim seguram os maridos e se livram das rivais. (SILVA, 1823, p.183)

Uma das características importantes do projeto político de Bonifácio foi o de apontar de modo enfático a intenção de assimilar os índios na nova ordem social e política do Império. Diante dessa nova ordem social o processo de mestiçagem biológica “racial” da população do Império ganhou destaque em seus apontamentos,

Procurará com o andar do tempo, e nas aldeias já civilizadas, introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação, mais forte, instruída e empreendedora [...] (SILVA, 1823, p. 198)

Bonifácio acreditava que essa integração seria feita através da mestiçagem, que possibilitaria o surgimento de uma nova raça e a criação de uma cultura comum, na qual prevaleceria o elemento branco e civilizador. Para isso o Governo deveria "favorecer por todos os meios possíveis os casamentos entre índios, brancos, mulatos, que então se deverão estabelecer nas aldeias."<sup>23</sup>

São muitas as sugestões elencadas por Bonifácio acerca dos indígenas em *Apontamentos para a civilização dos Índios do Brasil*, Moreira (2009) aponta que as questões levantadas por Bonifácio e pelos constituintes sobre os indígenas não foram contempladas, no

entanto na carta outorgada de 1824, os indígenas não foram citados em nenhum parágrafo nominalmente, o que acarretou a ausência de um capítulo especial sobre a “civilização dos índios bravos”, como esperava Bonifácio e outros constituintes.

Outro documento que pregava a integração dos índios à sociedade nacional e no qual ficou registrado o papel que a mulher indígena cumpriria nesse intento foi o discurso proferido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa<sup>24</sup>, Secretário Perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no dia 25 de Janeiro de 1840<sup>25</sup>. O discurso foi publicado na revista da entidade e nele apontava-se qual seria o melhor sistema de colonizar os índios que habitavam os sertões brasileiros e se conviria seguir o sistema dos jesuítas, ancorado principalmente na propagação do cristianismo.

Neste contexto, o cônego Januário da Cunha Barbosa, apontou que depois da necessidade de se aprender a língua dos indígenas, havia outras necessidades para inseri-los na sociedade civilizada, pois ainda eram “fortemente habituados á vida errante e selvagem, se devem proporcionar idéas e trabalhos, que os vão tirando de seus erros, e de suas correrias” (BARBOSA, 1840, p.14). Ainda para o cônego, outro meio para civilizá-los seria despertar nos indígenas o interesse pelo trabalho com a criação de oficinas grosseiras, que serviriam também de escola aos indígenas aldeados, pois “[...] amando a propriedade, e formando estabelecimentos, e povoações debaixo de certas relações policiaes, que a Religião fará respeitáveis” (BARBOSA, 1840, p. 14).

Neste andamento, também aconselhava o comércio de produtos fabricados pelos indígenas,

necessarios á industria Européa, os seus tecidos grosseiros e vistozos, obras de cuteleria, missangas, guizos, etc [...] o primeiro seculo da descoberta do Brasil, nos faz crer que com esse mesmo commercio poderemos arrancar das brenhas muitos de seus habitantes; o commercio tem sido em todos os

---

<sup>23</sup> SILVA, J. B. A., *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, p. 183-200.

<sup>24</sup> O Cônego Januário da Cunha Barbosa, foi, orador, filósofo poeta e político. Em Dezembro de 1823 no Rio de Janeiro, o Imperador lhe confere o titulo de oficial da Ordem do Cruzeiro e de Conego da Capela Imperial. Foi criador do periódico *Auxiliador* voltado às questões rurais e a agricultura. Tinha os títulos de sócio correspondente de quatorze associações literárias estrangeiras, era secretario perpetuo do Instituto Histórico e da sociedade Auxiliadora da Indústria nacional; tinha o titulo de cônego e de Historiador do Brasil. Ver: GALVÃO, B. F. R.: *O Púlpito no Brasil*. In. Biblioteca do Instituto de Bacharéis em Lettras. Rio de Janeiro. 1867, p. 163-168

<sup>25</sup> Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal Instituto Histórico Geographico Brasileiro. Tomo II.- 1.º Trimestre de 1840.- N. 5. Programa Sorteado na Sessão de 24 de agosto de 1839. "Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os indios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos jezuitas, fundado principalmente na propagação do christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores rezultados do que os actuaes" Desenvolvido na Sessão de 25 de janeiro de 1840 pelo Conego J. Da C. Barbosa.



tempos um poderozíssimo instrumento da civilização dos povos. (BARBOSA, 1840, p. 15).

Porém, para Barbosa seria através das mulheres indígenas que se daria um processo efetivo de assimilação dos povos indígenas no processo civilizador.

que os nossos officiaes de officinas se cazem com Indias, e os Indios com as filhas desses officiaes, ou com mulheres das povoações mais proximas. Nem será novo vermos em nossos dias reproduzidas as scenas interessantes, das quaes nos faliam os primeiros escriptores do Brasil. O credito, que entre os indígenas gozara .na Bahia esse famoso Caramuru, foi mais devido aos vinculos do seu consorcio com uma India extremosa , do que aos effeitos prodigiosos do seu arcabuz; passado o primeiro espanto de seus primeiros tiros, os Indios se acostumarão a ouvir o seu estrondo sem tremer , e sem fugir. Se quizessemos multiplicar factos desta natureza, que se acham espalhados por milhares de memorias impressas e manuscriptas, verteis com toda a clareza que o casamento das Indias com homens da nossa associação tem produzido vantagens preciozissimas á civilização das indígenas : um de nossos mais incançaveis Missionarios refere que uma das Indias, cazada com um de sua lingua, lho servira muitas vezes de interprete em seus trabalhos Apostolicos, sendo para notar-se o empenho a que se dava nesta perigoza tarefa, em que Deos parece que a favorecia , por quo pelo fervor com que pregava as doutrinas do Padre, attraia mais fortemente as Indias ao gremio da Igreja , do que a lingua de seu marido; e as indígenas por ella convertidas tornavam-se como outras tantas Missionarias para com seus maridos e parentes.(1840, p. 15-16)

Percebemos que na argumentação do cônego Barbosa, converter as mulheres indígenas através do casamento, da formação da família e da reprodução favoreceria a domesticação e integração dos povos índios na igreja e na sociedade civil. Esse processo no Mato Grosso estava em consonância “com”, ou melhor, era uma expressão “de” um propósito maior, que era a formação do Estado Nacional Brasileiro. Ao que parece o corpo feminino indígena visto de um modo simbólico foi pensado como o “ventre da nação”, no processo de miscigenação.

Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro recorreram ao conceito de miscigenação para explicar a família brasileira e a formação da sociedade colonial, utilizando perspectivas diferenciadas. Para Freyre em *Casa Grande & Senzala* (2002) o compósito da sociedade brasileira se deu através da miscigenação, ou seja, a partir da mistura das três raças - do branco europeu, do indígena americano e do negro Africano - numa relação de sociabilidade quase pacífica e harmoniosa. Aqui considero pertinente a questão posta por Freyre sobre o papel miscigenador da mulher indígena. Porém, a forma como foi dada a relação da “gentia” com o homem

branco é precisada pelo antropólogo Darcy Ribeiro em “*O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*” (1995). A miscigenação se deu por meio da violência, da destruição do habitat natural do indígena, dos deslocamentos destas populações, conforme expõe o autor em sua obra.

Considerando que a condição da mulher na sociedade civilizada do século XIX era regida por relações de dominação e submissão perante o sistema patriarcal<sup>26</sup>, a igreja trabalhou igualmente a mentalidade androcêntrica e explorou as relações de dominação que presidiam o encontro de homem e mulher, estimulando a submissão, “Reproduzia-se, no lar, a relação de poder do escravismo, relegando a mulher exclusivamente às funções de organização da casa e satisfação do marido com o seu sexo: assegurar a descendência e servir como modelo para a sociedade familiar almejada pela Igreja”.<sup>27</sup> Assim, esta condição de dominação e submissão foi igualmente imposta à mulher indígena que se integrara ao projeto civilizador e ao processo de miscigenação, convertendo-se em solução para o problema da ocupação dos territórios brasileiros.

‘ O estudo de Del Priore (1993) sobre o corpo feminino descortina um mundo onde os poderes informais relativos à cultura e a religião caminham juntas, revelando as práticas culturais e representações simbólicas em torno da maternidade, do parto, do corpo feminino e do cuidado das crianças. Del Priore aponta que “adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização”. (DEL PRIORE, 1993, p. 27). Esta citação de Del Priore ajuda a explicar a intencionalidade do discurso de Barbosa.

Tendo em vista que para compreender a situação social dessas mulheres no Brasil e também no Mato Grosso no século XIX, é preciso também compreender quais eram os projetos que cerceavam a mulher indígena naquele momento, posto que foi diante desses processos de construção social que os discursos dos viajantes foram produzidos. A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) pontuou em sua obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, as dificuldades em desvendar os espaços femininos dentro de um processo propriamente histórico de suas vidas em sociedade. Revela que os papéis femininos podem ser captados nas tensões, mediações, nas relações propriamente sociais que

---

<sup>26</sup> KOSS (2000) sobre a ordem patriarcal ou patriarcado afirma que esta se estrutura em torno da autoridade masculina e se caracteriza pela ordenação do mundo em opostos hierárquicos, na raiz dos quais sempre encontramos a dualidade sexual básica entre macho e fêmea. KOSS, M., *Feminino + Masculino – Uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*, p.93.

integram as mulheres e que podem ser resgatados nas entrelinhas, nas fissuras e no implícito nos documentos escritos.<sup>28</sup> Encontrar vestígios das mulheres indígenas foi um desvendar difícil, as informações são omissas ou muito esparsas, encontramos sua presença em um emaranhado de descrições casuais, mas sempre escondidas das intencionalidades reais dos documentos.

O projeto e o discurso sobre a civilização apresentado por Bonifácio e Barbosa tinham claras intenções que se traduziam numa política de integração do índio ao projeto de construção da nação brasileira. Nesse sentido percebe-se uma intenção velada de converter os índios aos interesses da nação, onde os indígenas deveriam adotar aos poucos os costumes dos brasileiros.

Pensamentos como os de Januário da Cunha Barbosa e José Bonifácio foram partilhados por von Martius, de quem eram amigos e admiradores. Para o historiador Heitor de Assis Júnior (2004) o vínculo institucional de Martius com o Brasil firmou-se quando se tornou sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Mas muito antes de Spix e Martius<sup>29</sup> se tornarem conhecidos pela obra *Reise in Brasilien - Viagem pelo Brasil* o botânico projetou-se no meio da elite intelectual do Brasil ao encontrar espaço para a divulgação de sua obra acadêmica brasileira com a publicação da versão em língua portuguesa do tratado *Como se Deve Escrever a História do Brasil*. Esse breve incursão no campo da historiografia foi incentivado pelo Instituto, que, com o seu nascimento em 1838, estava preocupado em definir uma escrita da história nacional.

Em 1840, Januário da Cunha Barbosa, secretário do IHGB e amigo epistolar de Martius, propõe uma premiação a quem apresentasse o melhor plano que tratasse da "história

---

<sup>27</sup> ARRUDA, Â., *A Representações das mulheres no imaginário brasileiro da colonização ao surgimento da nação*, p. 49-73.

<sup>28</sup> DIAS, M. O. L. da S., *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, p. 29-30.

<sup>29</sup> Karl Friedrich Philipp von Martius nasceu na cidade Erlangen, no norte da Baviera, em 17 de abril de 1794. Estudou medicina e formou-se com 20 anos de idade, em 1814. Continuou estudando botânica, trabalhando, a partir de 1816, como adjunto no Jardim Botânico de Munique. Juntamente com o zoólogo Johann Baptist von Spix, foi nomeado pelo rei bávaro para acompanhar no séquito científico a jovem imperatriz do Brasil, a arquiduquesa austríaca D. Leopoldina. (Spix nasceu a 9 de fevereiro de 1781 em Hôchstadt e faleceu a 13 de março de 1826 na cidade de Munique). No período de 1817 a 1820, os dois pesquisadores alemães excursionaram pelo Brasil. Ao regressar à pátria, Martius escreveu muitas obras, produto dessas pesquisas, entre as quais se destacam a "Flora brasiliensis" (terminada só muito depois da sua morte, em 1906), a "Genera et species palmarum" e a presente "Reise in Brasilien". Nomeado membro da Real Academia de Ciências da Baviera e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, foi, de 1832 a 1854, conservador-chefe do jardim Botânico de Munique. Faleceu em Munique a 13 de dezembro de 1868, com 74 anos. Ver. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EDIÇÕES MELHORAMENTOS em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Spix & Martius, Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3.<sup>a</sup> Ed. Vol. I. 1981, p. 6.

antiga" e "moderna" do Brasil, considerando as questões política, civil, eclesiástica e literária. Concorrendo somente com outro candidato, Martius é laureado em 1847 pelo seu texto, escrito em 1843 e publicado na Revista do IHGB em 1845. Segundo Assis (2004, p. 165) a obra de Martius destacava a superioridade do homem civilizado e ainda.

Para Martius, deveria ser determinado o papel de cada uma das três etnias na cena histórica que se montava. Ao índio bastava restituir a dignidade de um passado heróico. Ao branco caberia conduzi-los todos a um estado de civilização. Ao negro restava a desconfortável posição de ser o elemento que alterara os destinos do país, muitas vezes foi evitado nas pinturas oficiais dissociando sua imagem, embora fosse o elemento mais numeroso.

Na obra *Viagem pelo Brasil*, Martius também realça a superioridade dos brancos sobre os negros e índios:

o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade da vida nervosa, e supera de modo todo específico, tanto somática como psiquicamente, as demais raças. Já foi observado por diversos autores talentosos que algumas raças, embora organizadas de modo idêntico, são, entretanto, qualificadas mais ou menos perfeitamente em diferentes sentidos, e que o europeu compensa as faculdades físicas inferiores com um desenvolvimento superior dos órgãos e forças intelectuais. Se, por exemplo, o homem da raça caucásica é de fato inferior ao negro em mobilidade e potência sexual, ao indígena americano em constituição robusta e vigorosa, em força muscular, resistência e longevidade, e a este, como ao mongólico, em agudeza dos sentidos; todavia, ele supera a todos em beleza do corpo, em precisão simétrica das proporções e atitude, e no desenvolvimento moral livre, independente e universal do espírito. (MARTIUS, 1981, p 144)

Nesse contexto, Spix e Martius acreditavam que os cruzamentos -índio e negro- com o branco seria importante, pois esse processo acabaria conduzindo ao branqueamento da população e o caminho para o surgimento de uma humanidade superior. Em linhas gerais a obra *Viagem pelo Brasil* admite a miscigenação sendo fator importante para a colonização do Brasil e conduzir a “civilização” aos trópicos.

### **1.3.Os povos indígenas de Mato Grosso oitocentista**

Jorge Eremites de Oliveira em seu estudo sobre os assentamentos e a subsistência do grupo étnico Guató apresenta as populações indígenas que se estabeleceram no Pantanal<sup>30</sup> mato grossense e áreas circunvizinhas. Eremites de Oliveira apoiado em outros pesquisadores destaca as famílias lingüísticas e seus respectivos grupos:

a) Arawak - cultivadores que se estabeleceram desde alguns pontos do rio Apa e áreas próximas, até partes da porção leste do alto curso do rio Paraguai. Estão representados pelos Layaná ou Laiana (Chané e Guaná), Echoaladi (Choarana, Chararana?), Tereno ou Terena (Terenoá, Etelena), Kinikinao (Equiniquinao, Quainacona) e talvez os próprios Orejone; b) Guaicurú - 1) Mbayá-Guaycurú ou Eyiguayeguí (Gente do Palmar), que também habitaram parte do Pantanal e seus limites com o Chaco, representados pelos Guetiadegodí ou Montarace (Os Habitantes das Montanhas), Cadiguregodí/Kadiwéo (Os Habitantes dos Lugares onde Cresce a Planta Cadi), Apacachodegodeguí (Os Habitantes dos Campos das Emas), Lichagotegodí (Os Habitantes da Terra Vermelha), Eyibegodeguí ou Enacagas (Os Escondidos), e Gotocogegodeguí (Os Habitantes do Bambuzal); 2) Payaguá ou Evueví (Gente do Rio ou Gente da Água), canoieiros que se locomoviam por grande parte do alto curso do rio Paraguai, também representados pelos Siracué ou Sarigué, Agaz (Agace) e provavelmente pelos Guaxarapo; c) Jê - populações Kaingang “guaranizadas” que no século XVI ocupavam terras ao norte do rio Apa até a zona dos Caiapó, representados pelos Guetri ou Ñu-guára; d) Tupi-Guarani - provavelmente os Guarambarenses, entre os rios Ypané e Apa, e, com certeza, os Itatim, entre os rios Apa e Miranda; e) Zamuco - Chamacoco ou Yshyr, representados pelos Xorshio, que talvez sejam os antigos Caitporade, habitantes das áreas próximas à Lagoa Negra, próxima ao atual limite Brasil-Paraguai, abaixo do paralelo 20°00' de latitude Sul (OLIVEIRA, 1995, p. 22)

Tendo como elemento de estudo a etnia Guató, Eremites de Oliveira (1995) pontua o Guató como língua filiada genética e diretamente no tronco Macro-Jê. Ainda segundo o autor havia outras línguas desconhecidas que “foram extintas, juntamente com seus falantes, ao longo do contato com as sociedades coloniais”. Ainda neste sentido, o autor ressalta que apesar de “vários grupos terem sido extintos, há ainda remanescentes, como o Guató, Kadiwéo e Terena, que possuem representantes falantes da sua língua original”. (OLIVEIRA, 1995, p.70)

---

<sup>30</sup> Para uma melhor compreensão geográfica da região, Eremites de Oliveira aponta que em função das diferentes fisionomias, regionalmente o termo pantanal também pode ser empregado para designar quaisquer das suas sub-regiões ou pantanais; como por exemplo, Pantanal da Nhecolândia, Pantanal do Nabileque, Pantanal do Abobral, etc. OLIVEIRA, J. E., *Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Mato grossense*, p. 22.

Diante da diversidade étnica indígena que tiveram o Pantanal como território em comum, os viajantes ao percorrerem essa vasta região no século XIX puderam estabelecer contatos com algumas etnias que ainda sobreviviam neste período. O pesquisador Pedro Ignácio Schmitz<sup>31</sup> revela que na região do Pantanal, em especial a bacia do Alto Paraguai a existências de 175 sítios arqueológicos que esboçam a primeira história do povoamento, onde as populações indígenas como Paiaguás, Guarajapos, Guaicurú, Guaná, etc, sobreviveram, segundo o pesquisador até o fim do século XIX, quando, por ocasião da guerra do Brasil com o Paraguai, elas se desestruturaram completamente.

Ressaltamos que nossa pesquisa se limita a apresentação das etnias que mais se destacam nas narrativas dos viajantes aqui analisados, visto que havia na região do Pantanal uma grande diversidade étnica e linguística. Dentre as diversas etnias que compõem o mosaico cultural da região do Pantanal mato-grossense no século XIX destacamos algumas que atualmente se consideram extintas como os Guaná e Guaicurú e que avultam grande parte das narrativas de nossos viajantes. A escolha pelos Guaná e Guaicurú se deve principalmente por serem dois grupos distintos e que cada um se divide em outros subgrupos, como veremos adiante.

### **1.3.1. Os Guaicurú.**

O antropólogo Andrey Cordeiro Ferreira (2009) em *Conquista Colonial, Resistência Indígena e Formação do Estado- Nação: os índios Guaicurú e Guaná no Mato Grosso do Século XIX* aponta que os Guaicurú constituíam uma família linguística que incluía inúmeros grupos étnicos. Nesse sentido o autor apoiado em dados da pesquisadora e antropóloga Branislava Susnik caracteriza assim os Guaicurú:

Eyiguayegis-Mbayás; Tobas; Abipones; Moscovies, Pilagás, Paiguás e Guasarapos, caracterizados por um ethos cultural guerreiro. Os Guasarapos, Abipones e Paiaguás, que eram grupos canoieiros/pescadores, os demais grupos adotaram o cavalo, tornando-se então caçadores/eqüestres, o que permitiu um grande expansionismo migratório. O etnônimo Guaicurú era utilizado pelos Guaranis como forma pejorativa de designação dos habitantes da orla Chaquenha do Rio Paraguai, entre os Rios Pilcomayo e Verde. Assim, existia uma distinção entre os grupos Guaicurú do Sul do Chaco, que

---

<sup>31</sup> SCHMITZ, P. I., *Pescadores-caçadores-coletores do Pantanal do Mato Grosso do Sul – região de Corumbá*. IN: TENÓRIO, M. C. (org). *Pré-história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro, p.149-156.

viviam em relações diretas e indiretas com Assunção, e os do norte do Chaco, sendo os do norte os Eyiguayegis (ou Mbayá-Guaicurú) e os do sul, os Taquiyaquis. (CORDEIRO, 2009, p. 6)

Cordeiro ainda esclarece que em fins do século XIX, o território habitado pelo grupo concentrava-se em áreas abrangidas pelo atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul e tem como remanescentes os atuais Kadiwéu. Como se pode ver, os Guasarapos, Abipones e Paiaguás, consistiam em grupos canoieiros/pescadores, os demais grupos, adotaram o cavalo, tornando-se então caçadores/eqüestres, o que permitiu seu expansionismo migratório. Com isso o cavalo tornou-se a símbolo do *ethos* guerreiro e agressivo dos Guaicurú, além de se tornar o instrumento principal de seus deslocamentos.<sup>32</sup>

Os Guaicurú estabeleceram relações com outros grupos étnicos e habitavam a mesma região dos Guaná-Chané, mantiveram relações em comum com este grupo que perduraram “enquanto mantiveram a autonomia em seu território”<sup>33</sup> As mulheres indígenas tiveram um papel relevante diante das relações tecidas por estas duas etnias, já que as alianças se consistiam principalmente em trocas matrimoniais. Já as relações entre os Guaicurú e os exploradores foram caracterizadas por curtos períodos de “paz” e por uma prolongada oposição. O antagonismo entre espanhóis e os Guaicurú marca o transcorrer da história do grupo a partir do primeiro contato o que ocasionou um histórico de oposição ao jugo espanhol. Moutinho (1869, p.194) mencionou a relação conflituosa entre os Guaicurú e paraguaios,

indios cavalleiros, que os hospanhóes denominavão —Mbayas—forão por muito tempo o terror das caravanas que subião as minas de Matto-Grosso, da guarnição de Coimbra e das guardas paraguayas. Hoje estão completamente dedicados ao Brasil, conservando ódio e rancor aos paraguayos, que mais se deve ser exacerbado depois da invasão. A historia d'estes indios e sanguinolenta.

---

<sup>32</sup> Herberts (1998) aponta que a adoção do cavalo pelos Guaicurú ocorreu a partir de fins do século XVI e início do século XVII, provocando mudanças culturais na sociedade e fazendo com que estes se reorganizassem a partir da grande mobilidade e a exploração mais adequada dos recursos ambientais proporcionada pelo animal. Para a autora, o cavalo representou um elemento de integração às tribos semi-nômades caçadoras, pois adaptava-se às táticas de guerra empregadas, que se caracterizavam por incursões rápidas e periódicas em territórios habitados por grupos sedentários, especialmente as vizinhas sociedades agricultoras. Ver: HERBERTS, A. L., *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*, p. 25-28.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, E. J., e PEREIRA, L. M, *Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti*. Justiça Federal – Campo Grande, MS, p. 243.

Francis Castelnau em sua viagem ao Mato Grosso encontrou-se com os Guaicurú que havia segundo o viajante, massacrado a população de uma aldeia no lado paraguaio “Alguns destes índios não tinham visto senão muito poucos homens brancos; nunca haviam saído do Grão-Chaco e tinham chegado ao povoado poucos dias antes”, assim, sentindo-se perseguidos buscaram a proteção da guarnição brasileira. “Pertenciam esses índios à raça dos Guaicurú, nação cavaleira, que leva vida errante nas vastas planícies da região”. (CASTELNAU, 2000, p. 242).

Castelnau (2000, p. 243), revela que ao visitar o aldeamento próximo a Albuquerque a tribo Mbayá dos Uaitiadeu conhecida também como Guetiadegodis, estariam na sua maioria convertidos ao catolicismo. O Relatório da Província de 1837, em discurso proferido por José Antonio Pimenta Boeno, descreve a Nação dos Guaicurú ainda como não “domesticadas”,

Muitas dinferentes Nações de indígenas vagão os incultos e extensivos sertões da Provinda, em grandes porções ainda não trilhados por nossa parte: de algumas temos noticias, e de outras que seguramente existem bem fundadas conjecturas: entretanto 53 diversas Nações estão reconhecidas, e d'ellas somente 10 domesticadas: algumas outras apenas chego á falla. No numero das domesticadas, não incluo a soberba e entrepida nação dos cavalleiros Aicurus sempre, errante reprehendedora.<sup>34</sup>

Castelnau (2000, p. 245) descreve em outro trecho de sua narrativa os “índios cavaleiros” como saqueadores e violentos,

Os Guaicurú são ótimos cavaleiros, acostumados à vida errante no Grão-Chaco, refratários à fixação em qualquer morada permanente. Na vastidão do deserto estão em contínua movimentação, um minuto bastando para montarem nos cavalos as mulheres e crianças, juntamente com as esteiras, os couros e os próprios cães, e partir logo todo o bando a galope. Não vivem senão do saque e assaltos que praticam, cometendo não raro espantosos morticínios.”.

Os Guaicurú, no século XIX estavam divididos em três núcleos, que segundo Ana Lucia Herberts (1998) em sua pesquisa *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento,*

---

<sup>34</sup> Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da terceira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.o de março de 1837. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845, p. 18.



*subsistência e cultura material* se localizavam próximo ao Forte Bourbon – chaquenho e oriental- outro na povoação portuguesa de Miranda e o último na Villa Real. Foi na região de Miranda que Taunay encontrou-se com os Guaicurú “Os guaycurus habitavão no Lalima e perto de Nioac e os indômitos e falsos cadiuéos em Amagalobida e Nabilek, para os lados do rio Paraguay” (TAUNAY, 1868, p. 116). Ainda segundo Taunay (1868, p. 111) “Em dous importantes grupos se divide a raça india, habitante de Miranda: os guaycurús e os chanés. Os primeiros comprehendem tres tribus: a guaycurú, propriamente dita, que vai desaparecendo pelo contacto immediato com a gente branca”. Para o viajante os Guaicurú eram,

homens em extremo vigorosos, tem às feições brutas e grosseiras; estatura maior que meia, avantajada, às vezes, por modo estranhavel. O capitão Lapagates, chefe de uma aldeia de cadiuéos, o qual vimos no Tabôco, era um varão imponente, com rosto expressivo e olhar intelligente; tinha no trato uma amenidade bondosa que muito caracterisava aquelle heroe do forte — Olympo. E' geral a todos os indios aguçarem os dentes, formando pontas finas; é tambem geral usarem de urucúm e genipapo, para pintarem no rosto arabescos, figurando desenhos singulares ou para fingirem barbas e bigodes. (TAUNAY, 1868, p. 114)

O viajante Bartolomé Bossi observou o nomadismo dos índios Guaicurú, descrevendo suas habitações e nuançando sua localização às margens “del Chaco en una grande estension, y otra parte de ellas la margen oriental, asi es que puede conceptuarse que una vasta zona, por ambas costas, es de su domínio”. As primeiras malocas ou “rancherias” conforme Bossi:

Generalmente esta tribu vive á la orilla de los rios para procurarse pesca, y cuando esta falta muda de domicilio. — Sus malocas acampamentos los forman divididos en calles rectas; sus ranchos improvisados son muy bajos, y los techos cubiertos de fragiles esteras. (BOSSI, 1863, p. 33).

Diante dos relatos dos viajantes, observa-se que estes tiveram contatos com os índios Guaicurú aldeados e errantes, pois aqueles que estavam sob o *judice* brasileiro eram considerados os mais “civilizados”. Ao analisarmos as fontes oficiais que tratam destes indígenas, percebemos que havia uma divisão entre os Guaicurú aldeados e os Guaicurú errantes. Ao analisarmos o relatório sobre os Protocolos das Conferências que ocorreram na Corte do Rio de Janeiro entre os Plenipotenciários do Império do Brasil José Maria da Silva

Paranhos e da República do Paraguai Jose Berges ocorrida em sua terceira conferência realizada no dia 21 de março de 1856 verificamos a discussão sobre os Guaicurú entre dois diplomatas. Essa conferencia se destinava ao ajuste de questões territoriais pendentes entre os dois países, mas a discussão que tomou frente foram questionamentos sobre os ataques Guaicurú errantes ao Paraguai e que estes não eram súditos da Coroa Portuguesa. Nesse contexto a discussão revelava que parte dos territórios brasileiros ocupados pelos Guaicurú considerados errantes não poderiam ser considerados como posse desses índios por não serem aldeados. Assim se expressou o plenipotenciário paraguaio:

emquanto aos índios Cayuãs e Guaycurús, a que se refere o Sr plenipotenciário brasileiro, não pôde admittir como signaes do posse legitima a precária sujeição de tribus errantes, que, movendo-se de um para outro ponto, só cuidão em assaltar as povoações pacíficas aonde encontrem que roubar, como acontece no Paraguay com esses índios, em Buenos-Ayres com os Pampas, e em varias provincias da Confederação Argentina, e em todas as nações em que existem taes indígenas<sup>35</sup>

O diplomata paraguaio lembrou que anteriormente, a diplomacia brasileira havia se negado a enquadrar como seus súditos os índios errantes, se limitando a considera-los bárbaros como afirmou o Marques do Paraná Honório Hermeto Carneiro Leão em um trecho de seu relatório apresentado e discutido na reunião entre os dois países,

Que uma partida de Guaycurús entrou no territorio do Paraguay para roubar, e teve um conflicto com uma força paraguaya. 2. o Que os Guayeurús não tem habitação fixa, porque umas vezes residem em um ponto, e outras vezes em outros. 3. » (Interpellado pelo Sr. Ferraz se os Guaycurús tem povoações ou aldêas em redor dos differentes presidios Brasileiros), que esses não são Guaycurús, acrescentando em seguida que não habitão constantemente o territorio brasileiro, e que os Guaycurús que entrarão no territorio Paraguayo nunca fizeram parte da nação brasileira. 4.o Que hoje não ha Guaycurús, pois este nome se dá aos índios que andão a cavallo, que são, não semi-barbaros, mas barbaros, sobre quem é muito difficil exercer jurisdição, porque são bordas nomadas, vagão sobre as margens do Paraguay, habitando nosso territorio, disse o Sr. marquez, e nosso, dizem os Paraguayos, só em tempo de vasantes, sem que tenham habitações fixas ; e que convém não

---

<sup>35</sup> MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS Terceira Conferencia. Tratados celebrados com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay. Protocolos das conferencias havidas na Corte do Rio de Janeiro entre os Plenipotenciarios do Imperio do Brazil e da Republica do Paraguay, para o ajuste das questões pendentes entre os dous paizes, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp,1856, p. 30-38.

confundir estes índios com os que residem no forte de Miranda, em Alhuquerque, e com outros índios aldeados sobre os quaes exerce o Brazil jurisdicção como subditos do Imperio ; concluindo com recommendar que não se confundisse as hordas nomadas com os índios aldeados junto aos fortes de Miranda, Alhuquerque e outros de Mato-Grosso.<sup>36</sup>

Podemos destacar neste quadro apresentado, as questões indígenas que se postulava no Império no século XIX. De certa forma, os índios Guaicurú que se aldeavam próximos aos fortes brasileiros mantinham o território como parte do Império.

No entanto as hordas errantes não eram consideradas como súditos da Coroa Portuguesa, dessa forma como já dito anteriormente, os índios considerados hostis ou viviam como índios aldeados, supostamente livres e aliados dos colonizadores, ou eram considerados como “nações inimigas”. Conforme Herberts (1998) a definição do território nacional brasileiro após a Guerra contra o Paraguai foi estabelecido pelo Tratado de Limites de 1872 em que se definiram os limites territoriais entre os dois países. O Brasil devia aos Guaicurú a incorporação do sul do Mato Grosso, pois “estava terminada a missão desses indígenas. Haviam cumprido o seu papel histórico de guardas vigilantes das nossas fronteiras na bacia do médio-Paraguai”. (MELLO, apud. HEBERTS, 1998, p. 53).

É preciso compreender que ainda no século XIX no Brasil os índios Guaicurú despertava no imaginário social, uma posição de relevância, visto que sua representação percorreu além do Império brasileiro, as academias de Ciências e Arte na Europa. Representado pela iconografia da época, sobre seu cavalo em posição guerreira, causava temor aos que se aventuravam cruzar a região onde estes índios habitavam. Andrey Cordeiro Ferreira (2009) destaca que as representações iconográficas, assim como os diversos artigos - relatos de militares, expedições cartográficas e estatísticas - mostravam exatamente o lugar que os índios Guaicurú ocupavam no imaginário da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX, principalmente em razão da sua capacidade guerreira e de sua habilidade política.

### **1.3.2.Os Guaná/Chané**

---

<sup>36</sup> MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS Terceira Conferencia, 1856, p. 36-37

Segundo o antropólogo Gilberto Azanha (2005) em seu estudo sobre os contextos jurídico, fundiário, histórico e sociocultural e a caracterização das terras indígenas Terena revela que as designações que tratam dos Guaná/Chané trazem a denominação de Guaná como um grupo que se divide em subgrupos possuidores de características socioculturais que os englobam na tradição cultural Aruak. A principal característica dos Guaná reside no papel relevante desempenhado por suas técnicas de tecelagem, cerâmica e agricultura, onde no passado “a agricultura dos chamados Chané era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (warere-apêti), descrito pelos cronistas” (AZANHA, 2005, p. 14). Ainda para o autor, a principal característica desse grupo indígena seria a sua abertura para o exterior, o que possibilitou a incorporação ao seu patrimônio cultural, de pautas e equipamentos culturais de outros povos como os Guaicurú e depois com os Porutuyé (brancos) favorecendo sua adaptação em ambientes diversos.

O Cônego João Pedro Gay, vigário de São Borja nas missões brasileiras, em seus escritos faz um breve resumo dos índios que habitavam a província do Paraguai. Os Guaná nestes escritos eram assim chamados pelos habitantes do Paraguai, conhecidos por algumas tribos de índios pelo nome de Saleguá e de Chané. Dividiam-se em subgrupos que contavam com outras nações e eram submissos aos Guaicurú, ainda para João Pedro Gay,

“Os Guaná cujo nome em sua lingua significa macho, na época da descoberta e conquista, habitavam o Chaco, e iam como ainda agora vão em companhias a unir-se aos mbayas para servil-os e cultivar suas terras sem salario. Por isso estes chamavam escravos seus aos primeiros; doce escravidão a que os Guaná se submettiam de sua livre vontade e que abandonavam a seu bel prazer. Além d'isso os proprios patrões ou senhores não mandavam com imperio a seus escravos e repartiam tudo com elles, amavam-os extraordinariamente, recusando as vezes de receber elles mesmos presentes para os destinar a seus escravos que nunca vendiam, mesmo que os tivessem aprisionado na guerra, fiando-se na sua boa fé a ponto que nunca houve prisioneiros que quizessem deixar aos mbayas preferindo ficar com elles, mesmo as senhoras hespanhólas já adultas presas em guerra e talvez mães de familia.<sup>37</sup>

Para esse religioso havia um grande contraste entre o tratamento que os índios Mbayas Guaicurú davam aos seus escravos Guaná, daqueles com os quais, os indígenas do Brasil recebiam de nações civilizadas e cristãs. Ainda em seus apontamentos fez uma breve

---

<sup>37</sup> GAY, J. P., *Historia da Republica Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias 1861*, Revista do Instituto Geografico, e Ethnographico do Brasil. 1º. Trimestre de 1863, p.61.

referência ao Guaná e sua mobilidade no ano de 1673, onde uma horda desses índios passou a se estabelecer a Leste do rio Paraguai e ao Norte do Trópico, na então província de *Ytayti*, alguns seguiram mais para o Sul. Os espanhóis do Paraguai naquele tempo dividiram os Guaná em diferentes hordas, Pedro Gay ainda pontuou que cada subgrupo Guaná é considerado uma nação. Neste aspecto, os Quinquinau, embora formassem a mesma nação dos Guaná, eram mais “amantes da lavoura”. Os Laiana formavam outra nação distinta das demais e pouco numerosa; para aquele religioso, seus habitantes eram dóceis, trabalhadores e habitavam as proximidades do presídio de Miranda.

1.º A Sayana ou Eguachigo habitando ao Norte do rio Jesuy; 2.º A Chabaraná ou Echoaladi habitando o territorio da colonia de Caazapá aos 26 grãos; 3.º A Equinquinao no Chaco a 8 leguas do rio Paraguay [...] Alguns faziam subir o numero dos Guaná a vinte mil individuos, mas Azara não lhes dá mais de oito mil e trezentos, sendo todavia a mais populosa e mais mansa das nações indias depois dos guaranis. (GAY, 1863, p.63)

De acordo com *Eremites de Oliveira e Pereira (2003)*<sup>38</sup> os Guaná-Txané, também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, como uma categoria genérica, utilizada por cronistas e viajantes antigos, para designar vários grupos étnicos que habitavam a região do Chaco e do Pantanal como,

pertencentes ao tronco lingüístico Aruák, hoje englobados pela designação de Terena. Guaná é um termo Tupi, não sendo, portanto, uma autodenominação. Os antigos Guaná falavam, até o período anterior à guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), diversos dialetos Aruák. Estavam divididos nos subgrupos Terena (Etelenoé), Echoaladi, Quinquinau (Equinquinau) e Laiana (Layana). (OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p.242)

Para o antropólogo Levi Marques Pereira (2009) é de relevada importância situar as continuidades entre as etnias falantes de línguas Aruak, pois este procedimento evitaria o

---

<sup>38</sup> Ver: trabalho de perícia realizado em 2003 por Eremites de Oliveira e Pereira para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, reivindicada pelos índios Terena de Mato Grosso do Sul. OLIVEIRA, E. J. & PEREIRA, L. M, *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande.

equivoco de tratar cada uma dessas etnias como isoladas, sem relações históricas e culturais com seus parentes lingüísticos<sup>39</sup>.

O viajante Alfredo Taunay (1868, p. 111) caracterizou os Guaná/Chanés em quatro ramificações “os Terenas, que constituem os tres quintos da população aborigene, os laianas, os quinquináos e os Guaná ou chooronós, de entre todos, os mais doces e civilizados”. Em relação à língua para o viajantes “é a mesma para todos estes, com algumas alterações que entretanto não lhes impedem a facil compreensão reciproca”.

As fontes que mencionam os Guaná no século XIX trazem informações relevantes para entender sua localização, demografia e mobilidade entre outros aspectos. O Ofício dirigido ao Governo Imperial pelo presidente da Província de Mato Grosso o Coronel Ricardo Jose Gomes Jardim, membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil publicou informações sobre as três aldeias de índios existentes no distrito de Albuquerque que compreendiam:

As três aldêas do districtos d'Albuquerque comprehendem 1,300 indios de ambos os sexos, e são uma de Guatiadéos, tribu pertencente á nação dos cavalleiros Guaycurús, outrora errante e empreendedora, uma de Guaná, e a ultima de Kinikinaos, tribus muito dadas á cultura das terras, e pertencentes á nação dos Chanés, de caracter docil, sociavel e até hospitaleiro. As treze do districto de Miranda comprehendem approximadamente 3,600 indios de ambos os sexos.<sup>40</sup>

O Coronel Ricardo José Gomes Jardim em seu ofício mencionou os Guaná classificando-os como índios pertencentes “á nação dos Chanés” (JARDIM, 1869, p. 549). Cardoso de Oliveira, no entanto pontua como quatro os subgrupos Guaná que atravessaram o rio Paraguai, chegando até suas margens orientais. Estes grupos eram formados pelos Terena, Laiana, Quinquináu e Exoaladi sendo este último também conhecido por Guaná. Segundo Jardim (1869) as margens direita do rio Paraguai foram ocupadas pelos Terena e Laiana ao sul de Mato Grosso, onde construíram habitações na região de Miranda. Os Quinquináu e Guaná se estabeleceram em Albuquerque.

---

<sup>39</sup> PEREIRA, L. M., *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica*, p.170.

<sup>40</sup> JARDIM, R. J. G., *Criação da Directoria dos Índios Na província de Mato Grosso*. Revista Trimensal de Historia e Geographia. Tomo IX. Segunda Edição Rio de Janeiro Typographia de João Ignacio da Silva 1869. p. 549.

Diante do exposto torna-se salutar a apresentação do *espaço geográfico* considerado como Pantanal, onde habitavam/habtam as etnias indígenas citadas pelos viajantes selecionados nesta pesquisa.

#### **1.4. O Pantanal como território em comum: uma breve consideração**

A historiadora Maria de Fátima Costa em *História de um País Inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII* tem como ponto central a *Laguna de Los Xarayes*, um mito geográfico que surgiu nos primeiros anos de 1600 ganhando contornos cartográficos nos mapas como um grande lago ou lagoa. Em sua região habitavam indígenas considerados agricultores, de boa índole e possuidores de metais preciosos: os Xarayes. Também era território ocupado por diversas nações e povos indígenas entre eles os Guarani, Payaguá, Guaxarapos e os Xarayes como dito.

A autora aponta, que com as mesmas características do início do século XVII, a *Laguna* figurou como o lugar onde nascia o rio Paraguai. Doravante, sua imagem foi reproduzida em diferentes mapas e caracterizou o interior sul-americano até o final do século XVIII quando os demarcadores de limites e inicianos descobriram que a *Laguna de Los Xarayes* era na verdade as águas do Rio Paraguai espriadas em tempos de suas cheias. Assim, desde então a região passou a receber o nome de Pantanal.

Dessa forma, Maria de Fátima Costa trata da invenção do Pantanal, tomando como base as narrativas de cronistas e viajantes que visitaram as terras “molhadas” da bacia alto-paraguaia, A autora procura demonstrar que por mais de dois séculos a imensa planície inundável foi descrita e desenhada como a fabulosa *Laguna de Los Xarayes* e que o Pantanal é uma invenção luso-brasileira realizada no transcorrer do século XVIII. A autora demonstra que *Xarayes* surge no imaginário ocidental do século XVI como região que se configura numa grande lagoa e, no transcurso do século XVIII, é eclipsada pelo Pantanal. Isto demonstra o fato político fundamental da supremacia portuguesa sobre a área conquistada.

Costa (1999) aponta que o surgimento da denominação Pantanaes/Pantanal, que era a denominação utilizada pelos mamelucos paulistas, isso em meados do século XVIII. Neste mesmo período a denominação Pantanaes surge nas narrativas espanholas referindo-se em parte, ao mesmo lugar que anteriormente os castelhanos denominaram como *Puerto de los Reyes e Xarayes*. Segundo Costa, com a frequente entrada dos paulistas na região, onde era rota para as terras situadas mais a nordeste de Xarayes foi transformada através dos rios

cortantes da região em rotas das monções. Eis que os novos visitantes das terras inundáveis paraguaias também fixaram em narrativas suas relações com o ambiente. Descrevem-no como lugar de passagem ignorando o que, anteriormente, nos relatos quinhentistas, correspondia à fabulosa *Laguna de los Xarayes*. A área tradicionalmente considerada, que no imaginário popular constitui o “verdadeiro Pantanal”: tem como planície inundável, uma área de 136.700 Km<sup>2</sup> que se estende desde o foz do rio Jauru até a o foz do rio Apa.

Para se compreender as dificuldades, os conflitos e principalmente os contatos estabelecidos com os indígenas, pois foi nesta região que se constituiu um ponto de integração das narrativas dos viajantes, e onde ocorreram os maiores contatos vividos com os indígenas durante o processo de suas expedições, tornou-se imprescindível situar o Pantanal Matogrossense, uma imensa planície que cobre parte do território dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

**Mapa 2-** Mapa da região que abrange o Pantanal Mato-Grossense



Fonte - Geocities.com/RainForest/1820/tipopant.gif. 474X599-8K-gif.

A historiadora Marinete Zacharias Rodrigues (2008, p, 65) aponta que essa área identificada como as “terras alagadas complicavam a vida daqueles que não conheciam as áreas inundáveis do Pantanal. Mas, para os primeiros habitantes da região, os indígenas, essa natureza não tinha mistérios”. Taunay, quando iniciou sua viagem, se referiu à região do Pantanal,



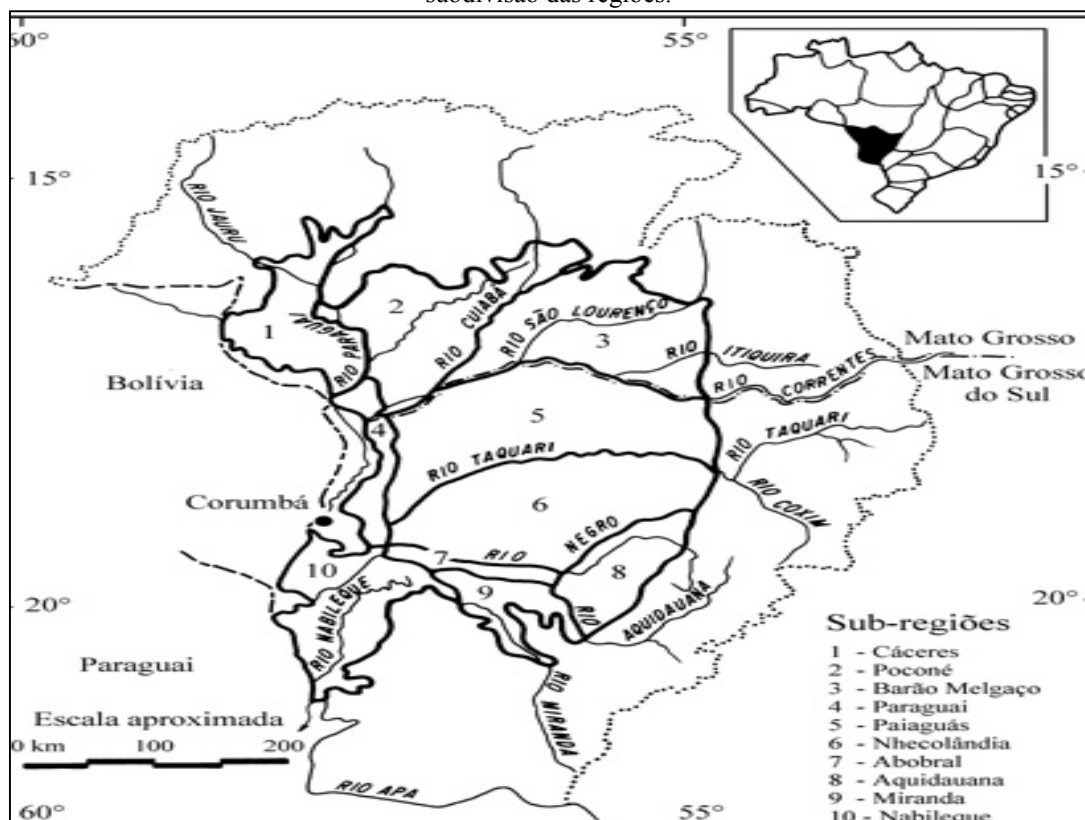
debaixo das mais tristes impressões. A incerteza que nos dominava sobre o estado da zona a percorrer, inundada completamente, — pantanal medonho —, a aproximação dos pontos ocupados pelos inimigos com a força de protecção, em nada respeitável, que nos cercava, a perspectiva desanimadora de pouco fornecimento para a excursão, não constituíam motivos para que figurássemos aquella exploração um passeio agradável, quando de todos os lados assomavam senão perigos pelo menos inumeras contrariedades (TAUNAY, 1868, p. 15)

Ainda para o viajante Alfredo Taunay,

O aspecto de um pantanal é profundamente melancólico: o viajante fica possuído de um sentimento contristador, ao atravessar aquellas paragens, em que o perigo póde surpreendel-o a cada instante. O chão furta-se ás suas vistas indagadoras. O bater monotono dos pés dos animaes na agua, os sombrios aspectos que o cercão, os cômoros de cupins que, com escura côr, surgem, aqui, acolá, de entre moutas de capim pardacento, o silencio de toda essa natureza tristonha e anormal, acabrunhão a alma e a prostrão grandemente. (TAUNAY, 1868, p. 54)

O Pantanal no passado fez parte da imaginação, sonhos e pesadelos dos colonizadores espanhóis e portugueses, e de todos aqueles que se arrostaram diante de tamanha natureza, buscando alcançar novas paragens, novas aventuras, ou simplesmente uma nova vida. Movidos por vezes, pela ciência e curiosidade, se viram obrigados a interagir com uma natureza adversa daquela com a qual estavam habituados no seu local de origem.

**Mapa 2-** Mapa dos principais rios que compõem a bacia Hidrográfica do Pantanal mato-grossense e subdivisão das regiões.



Fonte: <http://www.scielo.br/img/fppe/rbb/v23n2/n2a04i01.jp>

Para Zacharias Rodrigues (2008), o indígena foi o elemento imprescindível para a superação da natureza inóspita e selvagem que formava o complexo pantaneiro, principalmente no processo de adaptação nos primórdios da colonização desta região. Assim, ter os indígenas como aliados úteis, pois tinham o conhecimento das forças naturais características do complexo pantaneiro, contribuiu para que os povoadores superassem os obstáculos que se impunham frente a essa natureza.

O alagamento proporcionado pelo “Complexo Pantaneiro” forçou os primeiros povoadores ora a se adaptarem ao meio utilizando recursos da navegação indígena para conhecer a região, ora recorrendo a esforços solidários na superação dos obstáculos naturais, o que foi fundamental no processo de integração de Mato Grosso ao território brasileiro”. (RODRIGUES, 2008, p. 63)

Porém, devemos nuançar que os indígenas criaram diversos obstáculos a sua expansão e estabilização, visto que a política imperial no século XIX foi nutrida por uma resistência a

colonização da área chaco/pantanal, principalmente pelos índios Guaicurú, aos quais, estabelecia uma forte relação com outros grupos indígenas. Esta relação de aliança possibilitou conforme aponta Andrey Cordeiro Ferreira (2009, p.14) “a resistência indígena à expansão colonial e ao mesmo tempo suas contradições internas (a dominação e exploração) Guaicurú dos seus cativos, os saques e expedições que impunham o profundo etnocentrismo que marcava estas relações”. Nesse sentido aponta o autor, que esse processo possibilitou condições para eliminação da resistência pelo enfraquecimento das relações entre estes indígenas e os grupos Guaná. O que pode se afirmar, é que estas contradições internas, foi o facilitador da própria expansão colonial, conseqüentemente “quando o Estado e seus agentes passaram a formular novas estratégias de intervenção político-militar na região”. (CORDEIRO, 2009, p. 15). Podemos considerar nesse contexto, que o projeto colonizador estabeleceu diversas táticas para a subjugação dos indígenas em Mato Grosso no século XIX.

No capítulo seguinte nosso intento é apresentar a biografia e as obras dos viajantes escolhidos nesta pesquisa.

## **CAPÍTULO 2. APROXIMAÇÃO DOS VIAJANTES E DE SEUS RELATOS DE VIAGENS**

Os relatos de viajantes que percorreram as terras mato-grossenses no século XIX são importantes fontes para o entendimento das representações construídas sobre as mulheres indígenas e seus povos. Mas, para compreensão da construção dessas representações realizadas por esses viajantes, é preciso entender as subjetividades que carregavam esses intérpretes a partir do seu “lugar de enunciação” e do seu contexto. Para esse entendimento, apresentamos neste capítulo a biografia e as obras dos viajantes escolhidos nesta pesquisa. Nesse sentido, buscamos identificar os possíveis fatores que condicionaram as interpretações dos viajantes do e no Brasil no século XIX, bem como quais eram as intenções das viagens, visto que os viajantes em foco nesta dissertação possuíam diferentes intenções quando se lançaram em território mato-grossense. Ressaltamos que a partir deste processo pudemos entender que os viajantes carregam consigo ambiguidades, experiências que no contato com o “outro” produziram códigos culturais diversos, mas que devem ser entendidos, decifrados e compreendidos com o cuidado de se contextualizar sua produção no tempo e no espaço.

### **2.1. Gênero da fonte: relatos de viajantes**

Os viajantes que estiveram no Brasil no século XIX foram responsáveis por inúmeros registros que descrevem aspectos diversos do país. Estes viajantes pertenciam a classes sociais variadas, profissão e formação intelectual diversificada, e que deixaram seus testemunhos através de crônicas, relatos de viagem, correspondências, memórias, diários e uma variada iconografia sobre as regiões e seus habitantes. Esse conjunto de obras integra a chamada *Literatura de Viagem* e se constitui numa literatura de testemunhos. Nela, os registros e as observações dos viajantes ajudam a conhecer e a compreender a sociedade do Brasil no século XIX.

Para a pesquisadora de Literatura Latino-americana Mary L. Pratt (1991) ao voltar-se para a análise da literatura de viagem produzida sobre a América do Sul pontua que este tipo de literatura constituiu-se em um veículo importante para a criação de conhecimentos e formas de compreensão que, no sentido teatral, “produziram” o projeto expansionista para a imaginação europeia. Segundo a pesquisadora, os livros de viagens, imensamente populares

durante todo o século XIX, não ofereciam aos leitores europeus somente “representações estáveis, canônicas, ancoradas em sistemas ideológicos coerentes e consistentes. Dessa forma, a variedade interna de tais obras era uma parte importante do seu atrativo popular e de seu trabalho ideológico”. (PRATT, 1991, p. 152). Ainda segundo Pratt ao longo do século XIX, a exploração e descrição do interior do novo continente foram uma atividade de capital importância para o processo expansionista através da confecção de mapas, produção de documentos, e pelo conhecimento das sociedades que compunham o novo continente.

No Brasil, a literatura de viagem do século XIX tomou um enorme fôlego com a abertura dos portos em 1808. A partir dessa data o Brasil viu-se tomado por um grande fluxo de estrangeiros, tendo como porto de entrada, sobretudo, o Rio de Janeiro. Esse ano é marcado pela vinda da família real portuguesa ao Brasil, evento que propiciou uma maior aproximação entre a elite do Brasil e o resto da Europa. Nesse sentido, em *Olhares sobre o Brasil do Século XIX*, a historiadora Karen Lisboa pontua que o processo de abertura dos portos ocasionou um avanço na literatura de viagem sobre o Brasil devido à entrada de inúmeros estrangeiros no país. Movidos por diversas razões, esses estrangeiros palmilharam as vastas regiões até então desconhecidas do Brasil. Para a autora, os registros deixados pelos diversos estrangeiros em forma de relatos constituem-se como importantes fontes para a pesquisa histórica, contando-se entre essas fontes compêndios, estatísticas, epístolas, conferências, diários e material iconográfico, que contribuíram para a produção da imagem do país e para sua inserção no conserto das nações europeias. As viagens tinham como objetivo a exploração do país e se intensificaram em meados do século XIX com as grandes expedições científicas. Em suma, os viajantes observavam as potencialidades econômicas, sociais e naturais do Brasil, objetivando a conquista, a ampliação e manutenção de novos mercados e a coleta de amostras da natureza - variedade temática da literatura dos viajantes - muitas dessas literaturas de viagem testemunharam mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil.

Nesse sentido, Karen Lisboa (2000) ainda pontua que muitos viajantes e aventureiros desembarcaram no Brasil dentre comerciantes, aventureiros, diplomatas, artistas, a mercenários, todos estudavam com maior ou menor afinco, a fauna e a flora, os recursos naturais, a vida social (rural e urbana), as relações de trabalho, de produção, a economia e as questões escravistas e indígenas, sendo que nenhum país exerceu tanta atração sobre os europeus e norte-americanos como o Brasil. O foco motivador das viagens poderia se explicar também por razões práticas; o Brasil era mais seguro devido à relativa estabilidade política e à presença de muitos estrangeiros; havia a possibilidade de se fazer uma longa viagem, passando por regiões muito diversas, sem o transtorno de cruzar fronteiras; os meios de transportes e de

comunicação eram melhores, assim como a difusão de notícias acerca das riquezas e das possibilidades econômicas do país. Fixando-se sobre as questões diversas acerca do Brasil durante o século XIX, a autora destaca como os viajantes registraram o momento do “nascimento da nação” brasileira; a imagem de D. Pedro II e os aspectos complexos e controversos do país, temas da escravidão da miscigenação e do projeto civilizador.

Para o historiador Ednaldo Bezerra Freitas (2007) a historiografia pode ser um bom lugar para se pensar as contradições de ideologias e imaginários de uma sociedade. Nesse sentido, em seu artigo *A Construção do Imaginário Nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia* publicado pelo Centro de Estudos do Imaginário da Universidade Federal de Rondônia, o historiador procura acompanhar as representações da presença (e ausência) das populações indígenas na chamada “História do Brasil”, ao mesmo tempo procura interpretar o próprio desafio de sobrevivência dessas populações como sociedades diferentes, dotadas de alteridade, no meio de um processo histórico adverso aos povos indígenas e perante discursos predominantemente preconceituosos, carregados de vícios evolucionistas e de exclusão. Para Freitas (2007) a historiografia brasileira ao longo de sua trajetória tem se negado a estudar de forma coerente o caminho percorrido pelas diversas sociedades indígenas, pré-existentes, coetâneas e atuais ao processo de formação histórica do Brasil. Nesse contexto, para o historiador, restou ao indígena um papel de figura retórica, como elemento estratégico de fundamentação de um “projeto étnico” nacional, onde, junto com “brancos” e “negros”, faz parte do “mito fundador” da suposta “democracia racial brasileira”.

Freitas (2007) pontua ainda que, no século XIX, a busca de conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil impulsionou os trabalhos de viajantes e naturalistas, participantes de expedições científicas, patrocinadas principalmente pelos governos europeus. Dessa forma, os viajantes excursionaram pelo território do Brasil e muitos dos seus relatos tiveram grande importância para o estudo e compreensão dos povos indígenas, além de estudos do espaço geográfico, da flora e fauna do país. Segundo o historiador, os trabalhos de viajantes como Spix e Martius de 1819-1820; de Saint-Hilaire de 1816-1822 entre outros foram considerados importantes enquanto via etnográfica e como produção intelectual.

Porém Freitas (2007) pontua que é necessário ter em conta que o conjunto de ideias científicas em vigor no século XIX é em grande parte de cunho pessimista, negativo e preconceituoso em relação aos indígenas. Segundo as teorias racistas e evolucionistas de então, os indígenas estavam num estágio inferior na escala de desenvolvimento humano e, muitas vezes eram considerados em estado de degradação. Esses pensamentos deram lugar a

conceitos como o da poligenia - ideia de que as "raças" humanas tiveram origens diferentes e privilegia a origem do homem branco - de mutações biológicas, o que estimulou teorias racistas que discriminavam certos grupos étnicos como representantes de raças inferiores, e mobilizaram setores da elite em defesa da perfectibilidade de certos grupos humanos e da eugenia, que consistia na melhora da raça através do cruzamento de índios e negros com brancos (tese do branqueamento); Nesse contexto, todos esses fatores corroboraram para levar ao imaginário brasileiro e europeu a figura do índio construída e idealizada por aqueles que os descreveram.

É preciso, no entanto ressaltar, as novas possibilidades dadas aos documentos com o advento da Nova História que passou a valorizar os diferentes sujeitos históricos e suas relações, superando a visão unilateral dos fatos históricos, propiciando a formação de uma consciência histórica. Renovou-se a concepção de *documento histórico* e também a relação do historiador com ele. O documento que era visto como vestígio deixado pelos homens passou a ser visto como produto da sociedade que o fabricou, de acordo com as relações de poder da época em que foi produzido. Deixou de ser prova indiscutível da realidade passada, ampliando assim suas possibilidades de investigação.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1992, p. 545).

Neste contexto, segundo Le Goff, “[...] não existe documento verdadeiro. Todo documento é mentira. Compreende ao historiador não fazer-se ingênuo” (LE GOFF, 1992, p.548). A veracidade do discurso dos documentos é colocada em xeque porque,

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. (LE GOFF, 1992, p. 549).

A verdade dos documentos, segundo Le Goff, está nas suas intenções e não no que foi realmente dito. Para a busca de uma verdade próxima seria necessário compreender “[...] que o problema não é contradizer o documento sem mais, mas o de interpretá-lo, de desmontá-lo e de lê-lo como um produto complexo da sociedade”<sup>41</sup>.

Pontuamos que a leitura que os viajantes fizeram em relação ao que viam no Mato Grosso, no século XIX, denota a construção de uma percepção própria de uma realidade que vivenciaram isto é, resultado de um contexto histórico no qual viveram naquele momento. Esses relatos foram muitas vezes desprezados pelos historiadores por não serem construídos cientificamente, por não apresentarem provas documentais caracterizadas pela cientificidade postuladas pela História tradicional e positivista. Entretanto, nos últimos anos, passou-se a valorizar estes depoimentos como testemunhos de época, desde que o pesquisador tenha o cuidado de contextualizar sua produção no tempo e no espaço.<sup>42</sup>

Diante do exposto cabe ressaltar, a necessidade de identificar os possíveis fatores que condicionaram as interpretações dos viajantes do, e no, Brasil no século XIX. Para tanto, é preciso compreender quais eram as intenções das viagens, visto que, os viajantes em foco nesta dissertação possuíam diferentes intenções quando se lançaram em território mato-grossense.

Francis Castelnau caracteriza-se como um viajante naturalista, sua viagem possuía cunho científico, pois se encarregava de catalogar tanto a flora como a fauna brasileira, mesmo assim, sua narrativa possui observações sobre os habitantes tanto indígenas como não indígenas das regiões que percorreu. Os viajantes, em seus relatos, deixavam também fluir suas sensações e impressões experimentadas durante as viagens. Eles utilizavam o desenho e a pintura junto às descrições textuais; além das descrições que abordavam a relação dos homens com a natureza passando por uma “tentativa de registrar a totalidade dos fenômenos naturais e a consideração dos fatos da cultura como parte integrante das paisagens naturais” (KURY, 2001, p. 869)

Ainda nesse sentido, Pratt (1991) pontua que a literatura europeia produzida sobre o mundo não europeu estava polarizada pelo “científico, representado por descrições de viagens e inumeráveis livros de história natural taxonômica, e o sentimental, representado por narrações de viagens, novelas e poesia romântica do sublime” (PRATT, 1991, p.152-153). Outra forma de produção envolvendo a literatura de viagens era defendida pelo naturalista de

---

<sup>41</sup> LE GOFF, J., *A nova história*. In: LE GOFF, J., *Reflexões sobre a história: entrevista a Francesco Maiello*, p. 88.

<sup>42</sup> GOMES, Â. C., *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*, p. 13-14.



gabinete, na medida em que este poderia fazer consultas em livros, observar com tempo toda a natureza registrada e fazer comparações com diversas fontes correlatas. Neste tipo de literatura de viagem, a produção literária do naturalista de gabinete se baseava em dados de outros viajantes que estiveram em campo.

Porém, o ato de viajar era valorizado, sendo considerado muitas vezes uma espécie de etapa necessária para a transformação da natureza em ciência. Para a historiadora Ana Luisa F, Sallas (1997) em virtude do contato e das impressões estéticas, naturalistas como Alexander von Humboldt defenderam a necessidade de se ir a campo para a promoção de uma interação do viajante com a natureza. Para a autora, “a obra de Humboldt surge no interior deste tipo de polarização, da qual o naturalista procurou apresentar justamente a fusão da descrição científica com a estética do discurso romântico sobre a paisagem” (SALLAS, 1997, p. 57)

Para uma melhor compreensão do pensamento científico no século XIX apontamos que no século XVIII e início do século XIX a Europa e principalmente os naturalistas começavam a desfrutar de uma visão intelectual mais reflexiva, caracterizada por uma cultura científica, na qual a História Natural era parte significativa. “A história dos seres naturais e, no seu interior, o reino da botânica oferecem um exemplo mais logrado desse modelo de conhecimento e ordenação do universo”. (BELLUZZO, 2000, p. 9). Segundo Belluzzo os viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX teriam uma formação humanística e eram movidos pelo estudo de fenômenos da natureza de modo sistemático, no qual faziam comparações e construções de tipos, classes, gêneros e espécies, e tiveram forte influência do modelo humboldtiano<sup>43</sup>.

Com a publicação do *Systema Naturae* (1758), de Lineu, houve uma forma mais sistemática de organização e catalogação da flora e fauna conhecidas. O que veio a despertar o interesse da comunidade científica para uma classificação e quantificação do mundo. Segundo Heitor de Assis Júnior (2004) a partir daí, desenvolveram-se estudos de classificação, fisiologia, anatomia, história geográfica e geologia. Também começaram a ser delineadas as grandes teorias biológicas, como a Celular, o Evolucionismo, a Biogeografia e, mais tarde, a Ecologia e a Genética. Ainda segundo Assis Júnior (2004) também foi nesse momento o apogeu da História Natural, principalmente no que se refere às descrições e

---

<sup>43</sup> Alexander von Humboldt teve o papel fundamental no processo disciplinador dos gestos e do olhar dos viajantes no século XIX, no continente americano. Desenvolveu uma vasta obra, em que ensinava um método de se olhar a natureza e da forma de representá-la. Ver: SALLAS, A. L. F., *Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX*, p.50

classificações dos seres vivos. Entretanto, no Brasil, o desenvolvimento das ciências deu-se a partir da vinda da família real em 1808 e daí a criação das Faculdades e da própria imprensa, encarregada de divulgar as descobertas e fatos científicos novos.<sup>44</sup>

Todavia, há que ressaltar que as narrativas de Francis Castelnau passavam pelas produções científicas das expedições que demonstravam uma curiosidade do viajante pelo exótico, aliada a um desejo de vivenciar, experimentar e desbravar. O que demonstra grandes expectativas no conhecimento dos cenários tropicais, que são múltiplos e mais diversificados do que os encontrados na Europa. Pois como aponta a historiadora Ana Maria de Moraes Belluzo,

A Europa deposita grandes expectativas no conhecimento dos cenários tropicais, que são múltiplos e mais diversificados do que os seus. O interesse europeu pelo conhecimento científico da natureza tropical coincide com a prática da viagem e com outras modalidades de corpo a corpo com a natureza sensível. Alia-se, de certo modo, ao desejo de vivenciá-la pela sensação, de experimentá-la diretamente, avistá-la ou desbravá-la. (BELLUZZO, 2000, p.11).

Percebe-se que a expansão europeia pelo mundo buscava uma procura pelo conhecimento e pela riqueza, pois estavam conectadas com o valor epistemológico que já era difundido no Século XVIII. Conforme Belluzo (2000) os viajantes naturalistas buscavam cada vez mais, por meio da observação e da descrição, criar ordens e classificar a natureza para obterem categorias gerais que lhes dessem estruturas para um conhecimento organizado. Mas, conforme a historiadora, o ponto de partida do olhar desses viajantes era europeu. Mais do que mostrar e descrever a fauna e a flora brasileiras, eles apresentavam suas representações e versões dessa realidade.

As obras configuradas pelos viajantes engendram uma história de pontos de vista, de distâncias entre modos de observação, de triangulações do olhar. Mais do que a vida e a paisagem americana, exigem que se focalize a espessa camada da representação. Evidenciam versões mais do que fatos.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> ASSIS JÚNIOR, H. de. *Relações de von Martius com imagens naturalísticas e artísticas do séc. XIX.*, p.161

<sup>45</sup> BELUZZO, A. M. M., *A Propósito d'o Brasil dos Viajantes* In *Brasil dos Viajantes*, p. 11.

A viagem de Bartolomé Bossi, como é sugerida em sua obra, era de exploração. No caso de Bossi, mesmo como explorador, suas narrativas se voltam para as questões utilitárias e comerciais. Em um primeiro momento, suas narrativas se parecem com as de um naturalista no sentido de divulgar o conhecimento levantado nas regiões que visita. Porém, não possui uma intenção científica, mas de uma forma de conhecimento utilitário e de colonização. Bartolomé Bossi, quando esteve em Mato Grosso tinha 43 anos, dos quais 27 vividos em terras sul-americanas, portanto sua visão de mundo pode ter sido moldada pelos anos que passou nessas terras.

Joaquim Ferreira Moutinho era português e viveu por quase dezoito anos em território brasileiro. Casou-se, teve filhos e estabeleceu-se em Cuiabá até o fim da Guerra entre Brasil e Paraguai, ao cabo do qual morrera sua esposa e filhos, vítimas de varíola. Acostumado com os hábitos e costumes da sociedade cuiabana, seus relatos são apontados pela antropóloga Maria Fátima Roberto Machado (1999, p 11),

não só a importância informativa dos relatos, como fonte minuciosa de dados históricos sobre Mato Grosso e sua população, mas também apontar o seu caráter de representação, onde aflora uma identidade portuguesa em contraste com a atribuição de uma identidade nativa, estigmatizada, construída através de uma visão, de uma concepção de mundo colonizadora.

Nesse aspecto, as narrativas de Moutinho possuem uma especificidade próxima à do viajante Bartolomeu Bossi, pois ambos sendo europeus já haviam vivido por muitos anos em terras sul-americanas. Dessa forma, suas referências, seus pensamentos e sua visão de mundo sobre o ‘outro’ estavam moldados “por” ou mesclados “com” as visões de mundo com as quais tomou contato nos anos vividos no Brasil.

A viagem realizada por Alfredo Taunay pode ser considerada de cunho institucional, visto que o viajante estava a serviço do Império sob a condição de militar. Nesse sentido sua narração se volta para a defesa do território e assuntos militares que envolviam a Guerra travada entre o Brasil e Paraguai, evento este contemporâneo de suas narrativas. As viagens institucionais partiam do governo do país de origem dos viajantes e eram incentivadas para o desenvolvimento científico, para informações sobre possíveis fontes de exploração dos países visitados; levantamento sobre os costumes de povos “desconhecidos”, exploração dos

recursos naturais, conquista de mercados, investimentos de capitais, aumento da riqueza e da soberania nacional.<sup>46</sup>

## 2.2. Viagens em Mato Grosso e suas publicações

As viagens ao território de Mato Grosso foram marcadas por dois períodos. O primeiro período foi caracterizado pelos cronistas e teve seu início na fundação de Cuiabá perdurando até o final do século XVIII. Lenine Póvoas (1982) considera este período marcado por narrativas esparsas, oficiosas e sem mérito literário. Segundo o autor, estas narrativas se caracterizam como uma literatura de informação, onde é possível visualizar os acontecimentos que tiveram destaque na vida da Capitania de Mato Grosso. O segundo período, conforme Póvoas (1982, p. 19), esteve marcado por “objetivos políticos e científicos” e datam do final do século XVIII até o fim do século XIX. Ainda segundo Lenine Póvoas, neste período as expedições tinham um caráter mais científico que visavam a catalogações de espécimes animais, e sua intenção era consolidar a ocupação da região.

No século XIX, a região de Mato Grosso se tornou a rota de muitos viajantes ávidos pelo conhecimento de sua fauna, flora e geografia e suas potencialidades socioeconômicas. Muitas das expedições faziam parte dos projetos políticos governamentais, que tinham como intenção o conhecimento e investigação dos ecossistemas ainda desconhecidos, principalmente a região da floresta Amazônica. Tendo se tornado rota dos viajantes, o Mato Grosso foi palmilhado por enviados de organismos internacionais procedentes da Europa. As comitivas eram integradas por astrônomos, pintores, médicos, mineralogistas, militares, etnólogos e naturalistas.

Como já dito, com a abertura dos portos em 1808, o Brasil viu-se tomado por uma grande leva de viajantes naturalistas e pesquisadores que por todo o século XIX marcharam sobre as terras brasileiras. As publicações do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil<sup>47</sup>, por vezes criticavam a falta de cientistas brasileiros que pudessem

---

<sup>46</sup> PRATT, M. L. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, p. 71.

<sup>47</sup> Por iniciativa de membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) - agremiação composta por proprietários de terras e políticos cujo projeto principal era viabilizar o Império enquanto nação, promovendo o progresso da agricultura assim como sua unidade política- foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no dia 21 de outubro de 1838. Uma associação científica que seria responsável pela seleção, organização, publicação e arquivamento de documentos relativos à história e à geografia do Brasil. Ver: Lilia K.M. S., *Os Guardiões da Nossa História Oficial. Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, p. 17.

acompanhar as grandes expedições científicas Para este instituto, os estrangeiros conheciam mais o Brasil do que os próprios brasileiros, como aponta o discurso proferido pelo seu 3.º Secretário Perpetuo Manoel Ferreira Lagos,

Muito lastima o Instituto que ainda o governo imperial não tenha as necessarias proporções para fazer acompanhar essas commissões scientificas, que o amor das sciencias traz ao nosso imperio para examinare as matas, rios e montanhas do nosso interior, de alguns jovens engenheiros o naturalistas das escolas militar e medica, que muito aproveitariam a si e ao Estado, praticando com distinctos sabios, colhendo muitos esclarecimentos de que ainda carecemos, e muitos productos naturaes que enriqueceriam o Museu Nacional, a escola pratica, que assim esses jovens frequentassem, dilataria a esphera de seus conhecimentos, dilatando a nossa gloria pela habilitação de engenheiros e naturalistas, que se devem empregar em muitas commissões que o governo tem de emprehender. Tempo virá em que esta idéa tenha o seu necessario desenvolvimento, para que se não diga que os estrangeiros sabem mais do nosso do que nós mesmos.<sup>48</sup>

O grupo responsável pelas publicações era constituído pelos letrados reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O discurso historiográfico produzido naquele espaço partia de uma estreita relação entre a política imperial e o saber por ela produzido, relação esta demonstrada pela moldagem de versões dos episódios históricos e publicação de documentos conforme conveniência do Estado, e dos sócios pertencentes a uma elite intelectual e política, onde

a tarefa de lidar com o passado aparece assim como caminho importante para a resolução das questões do presente [...] Um sólido conhecimento da História poderia fundamentar as pretensões da política externa [...] A escrita da História, ainda que submetida as regras próprias ao seu campo, não está desvinculada da política<sup>49</sup>

Documentos históricos, artigos e memórias escritas pelos próprios membros do IHGB eram publicados em sua revista criada em 1839. Muitas publicações que passavam pelo crivo de seus sócios-administradores, também consistiam em narrativas de viajantes e expedicionários que adentravam pelo Brasil relatando o transcurso de suas viagens. O papel

---

<sup>48</sup> Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. N.º 21. Rio de Janeiro. Abril de 1844, p. 537-538.

<sup>49</sup> GUIMARÃES, M. L.S. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua Historiografia (1839-1857): fazendo a História nacional*, p. 26.

da escrita era um fator fundamental para o Instituto Histórico caracterizado em seu início, segundo Guimarães (1989, p. 6), como uma instituição cultural nos moldes de uma academia permeada “pelo iluminismo e objetivando o traçar da gênese da nacionalidade brasileira” que buscava um sentido de nação projetada pela representação de uma civilização branca e europeia nos trópicos.

Ainda nesse sentido, a questão indígena que envolvia a miscigenação como forma de branqueamento da sociedade brasileira tão desejada pelo Império e representada e compartilhada pelo IHGB, pontua Guimarães (1988) que,

Aspectos de natureza político-estratégica devem ser também considerados para a melhor compreensão dos elementos que podem explicar o tratamento intensivo da questão indígena por parte da historiografia nacional em elaboração. Para a jovem monarquia que constrói sua identidade a partir da oposição às formas republicanas de governo assegurar o controle sobre as populações indígenas fronteiriças significava garantir o poder do Estado Nacional sobre este espaço. (GUIMARÃES, 1988, p. 21).

Dessa forma a nova sociedade mestiça poderia também ocupar os territórios brasileiros e assegurar seus limites fronteiriços. Questões que se fizeram presentes desde a criação do IHGB e de sua Revista, e foram as bases de suas publicações. Neste sentido, podemos considerar que a História do Brasil pautada pelo IHGB realizava a “tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira”. (GUIMARÃES, 1988, p.7).

Segundo o historiador Freitas (2007) a principal contribuição do IHGB para o conhecimento sobre os indígenas brasileiros foi, sobretudo, a publicação de textos, ensaios, coletâneas de palavras indígenas e extratos de mitologias. Seus consórcios mantinham-se em posições controversas quanto ao papel dos indígenas na formação do Brasil. De um lado, Varnhagen proclamava a necessidade de guerra e escravidão para os indígenas considerados “selvagens e hostis”; de outro, os poetas românticos, como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias tinham uma visão preservacionista, embora comungassem com a visão decadentista de Von Martius. Segundo Freitas (2007) o poeta Gonçalves Dias, ao mesmo tempo em que se dedicava aos seus poemas-manifestos em prol da causa indígena (Juca-Pirama, Marabá, Canção do Tamoio), intercalava sua produção artística com uma série de pesquisas etnográficas. Este poeta viajou e coletou material em áreas indígenas, enquanto membro do Instituto e funcionário público.

Ainda Freitas (2007) pontua que o General Couto de Magalhães, político de grande penetração no Segundo Império Brasileiro (1840-1889) e também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, defendia um projeto de “indigenismo pragmático”. Segundo Freitas este militar advogava a criação de “colônias militares” onde os índios pudessem receber treinamento para servirem de intérpretes e agentes de interação entre militares e os indígenas, além do aproveitamento eficaz de sua mão de obra. Couto Magalhães em suas publicações colaborou com descrições de traços culturais de grupos indígenas, além do fortalecimento do discurso assimilacionista.

Em relação aos relatos dos viajantes, o sociólogo Oliveira Filho (1987) levanta a questão da fragilidade das narrativas deixadas por viajantes, onde as informações muitas vezes são incompletas e esparsas “raramente chegando a formar um conjunto homogêneo de dados” (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 85). Já o sociólogo Ricardo Ferreira Ribeiro (1997) aponta para a falta de interligação entre as informações contidas nos relatos em virtude do viajante estrangeiro e principalmente os naturalistas terem uma permanência curta nos ambientes percorridos.

## **2.3. Os Viajantes em foco (biografia e obras)**

### **2.3.1. Francis Castelnau: um naturalista em terras Mato-Grossenses**

**Figura 1** –, Francis Castelnau (1810-1880)



Fonte: <http://nla.gov.au/nla.pic-vn3793425> acesso em 15 de dezembro de 2011.

Francis de La Porte, conde de Castelnau, (1810-1880) misto de diplomata de carreira e naturalista, veio à América do Sul chefiando uma missão científica oficial do governo francês, parte do grande ciclo de explorações geográficas empreendido pela França. Apesar de não ter nascido na França, mas na Inglaterra em Londres<sup>50</sup>, Castelnau fez grande parte de seus estudos em Paris. Sua primeira viagem em 1837 com itinerário pela América do Norte foi realizada como viajante naturalista pelo Museu de História Natural, subvencionada pelo Ministério de Instrução Pública e dos Assuntos exteriores da França, bem como pelos departamentos do Interior e da Marinha francesa. Quando enviado à América do Sul em 1843, sua expedição contava com diversos especialistas, entre eles Émile Deville preparador do Museu de Paris e zoólogo; Eugène Osery engenheiro de minas (morto no Peru pelos índios jeberos), e Hugh A. Weddell botânico.

Conforme o geógrafo João Paulo Jeannine Andrade Carneiro (2009) a viagem de Castelnau pela América do sul tinha como objetivos: 1. Reconhecer a geografia da parte central do continente. 2. Determinar o equador magnético. 3. Estudar os produtos dessas regiões. 4. Pesquisar sobre a fisiologia do homem sul-americano, sobre suas tradições, sobre a astronomia e a meteorologia e, finalmente, sobre a história natural. Porém, seu principal objetivo era o de estudar, a vasta bacia do Amazonas que para o viajante representaria um papel importante na história futura da América. Sua expedição na América do Sul se encerra em Belém do Pará no final de 1846.

Seu itinerário “do Rio de Janeiro a Lima, e de Lima ao Pará” teve duas fases brasileiras. A primeira fase consistiu-se entre o Rio de Janeiro, que deixaram em outubro de 1843, e a entrada na Bolívia por Caslavaco, próximo a Vila Bela da Santíssima Trindade, em fins de junho de 1845. Consideramos como área para interesse de nosso estudo a reentrada por terra a Goiás Velho; Cuiabá; descendo os rios Cuiabá e Paraguai até Forte Olimpo no Paraguai; subindo o rio Paraguai até Cáceres. Ao todo sua viagem durou pouco mais de vinte meses. A segunda fase brasileira, seu itinerário acontece em Sarayacu, no Ucayali, (incluindo a vizinha Pampa del Sacramento, na estrada Pucallpa-Tingo Maria). Depois de uma parada em Pebas, no Solimões, até Belém, de onde a expedição seguiu para as Guianas, e destas para as Antilhas, regressando a Paris em julho de 1847.

Foram ao todo cerca de quarenta e nove meses em campo. Castelnau voltou ao Brasil pouco depois como cônsul da França em Salvador. Conforme o pesquisador P.E. Vanzolini (1996) foi neste momento que escreveu sua narrativa de viagem, cujo primeiro volume foi

---

<sup>50</sup> CARNEIRO, J. P. J. A. *Exploradores Franceses na Amazônia Brasileira Durante o Século XIX: breve bibliografia*, p. 5.



público em 1850. São ao todo seis volumes, os quatro primeiros dedicados ao Brasil; o sexto por Weddell relata suas pesquisas principalmente, as paleontológicas na Bolívia. Castelnau morre na Austrália em 1880.

A publicação dos resultados da expedição seguiu o então novo modelo adotado pelos grandes empreendimentos franceses, de caráter enciclopédico, com a colaboração de numerosos especialistas. A parte da viagem referente ao Brasil foi publicada pela “Brasiliana” em tradução simples, sem comentários. Vanzolini (1996) aponta que os dois volumes da obra total foram publicados em 1855 e 1856, tinham como título geral *Animaux Nouveaux ou Rares Recueillis Pendant l'Expédition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para; Exécutée par Ordre du Gouvernement Français Pendant les Années de 1843 a 1847, sous la Direction du Comte Francis de Castelnau*<sup>51</sup>.

Anteriormente a sua viagem, Francis Castelnau e o Visconde de Oseray foram recebidos pelo IHGB em 17 de agosto de 1843 como “naturalistas francezes incumbidos pelo seu governo de uma viagem científica de exploração na parte central da América do Sul, e reeommendados ao Instituto pela sociedade de geographia de Pariz, e pelo Exm. Sr. visconde de Santarem”<sup>52</sup>

Porém devemos acrescentar que Castelnau e sua obra sofreram várias críticas em relação aos seus apontamentos sobre Brasil. Castelnau narrou em sua obra seu ressentimento pelas críticas recebidas. Uma dessas críticas dada ao viajante se refere à ocasião em que esteve em um dos afluentes do Rio Araguaia, que de acordo com o viajante, este afluente ainda não se encontrava mencionado em nenhuma carta geográfica. Castelnau acreditava que batizar esse afluente seria “uma oportunidade para testemunhar meu reconhecimento à Sua Majestade o Imperador do Brasil, dando-lhe o nome de rio Pedro Segundo”. (CASTELNAU, 2000, p. 325). Contudo para Castelnau essa homenagem lhe rendeu críticas que partiram de um

coronel brasileiro, através do "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro. Nesta folha, declara o referido oficial que o curso d'água de que tratamos se acha indicado num manuscrito existente nos arquivos de Cuiabá. O autor do artigo estava todavia no dever de saber que só os fatos publicados se têm como adquiridos pela ciência, verificando assim que, por meio de alegações daquela espécie, ele vinha demonstrar a toda evidência que o rio

<sup>51</sup> VANZOLINI, P.E. *A Contribuição Zoológica dos Primeiros Naturalistas Viajantes no Brasil*, p. 217.

<sup>52</sup> Revista Trimensal ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, n.º. 17 - abril de 1848, p. 363

era de fato até aqui desconhecido. Não foi sem espanto que vi um homem sério dirigir sarcasmos sobre estrangeiros que outra coisa não queriam senão se instruírem, e cujas pretensões nunca chegaram ao ponto de querer conhecer melhor o Brasil do que os brasileiros. Visto que aquele oficial se ocupa de geografia, não poderá ignorar que pelo menos um quarto do país é ainda hoje completamente desconhecido e que quase todas as descobertas que nele se têm feito são devidas aos europeus. (CASTELNAU, 2000, p. 325).

Para um melhor entendimento quanto às críticas e a contenda envolvendo o viajante buscamos analisar o Ofício do Tenente Coronel Antonio Ladisláo Monteiro Baena<sup>53</sup> ao presidente da província do Grão-Pará Herculano Ferreira Penna. O Ofício datado de 11 de julho de 1847 era uma resposta ao empreendimento de navegação e comércio pelo rio Araguaia entre as províncias do Pará e Goyás. Nesse ofício o Tenente Coronel Baena repassava a Herculano Penna as vantagens e obstáculos que o empreendimento pelo rio Araguaia poderia acarretar. Para tanto, Baena informaria os aspectos físicos, geográficos e históricos das duas províncias em relatório para conhecimento de Herculano Penna, e foi diante dessas informações sobre a navegação no Rio Araguaia e afluentes que surgiram críticas à Castelnau. Segundo Baena, Castelnau havia encaminhado um relatório em 22 de outubro de 1844 ao ministro da instrução pública onde apontava os perigos que a navegação sobre o rio Araguaia oferecia e sobre as mortes que esta navegação causou. Pelo visto Baena discordava com o viajante, talvez por ser sua intenção oferecer um relatório que pudesse aprovar o empreendimento entre as duas províncias.

Continuando em seu relatório Baena apontou que Castelnau teceu vários fastos contra o país e os enumerou um a um. Entre estes apontamentos, o fato descrito por Castelnau sobre as críticas a ele tecidas pelo Jornal do Comércio ganhou destaque. Apontou o Coronel Monteiro Baena

[...] o Sr. Castelnau deu o pedido relatorio, como era de esperar da sua cortezania e opulencia de substancia intellectiva, é para lastimar que surgindo n'esta cidade o Sr. Dr. Rufino Theotonio Segurado, incumbido pelo Sr. Dr. presidente de Gojaz Joaquim Ignacio Ramalho da direcção de uma empreza mercantil, não patenteasse transumpto do dito relatorio, pelo qual se podesse conhecer se as antigas noções topographicas haviam tido novo acremento de luz fornecido por um estrangeiro, que tanto se distinguiu em dar o nome de Pedro II a um rio que  *julgou*  desconhecido dos geographos,

---

<sup>53</sup> Antonio Ladislau Monteiro Baena foi Cavalleiro da Ordem de S. Bento d'Avis, Tenente Coronel d'Artilheria no imperio do Brasil, antigo professor da Aula militar da província do. Pará, Sócio do Instituto Historico-Geographico Brasileiro etc.—M. no Pará, victima da epidemia da febre amarella, a 28 de março de 1850. Ver: Diccionário Bibliographico Portuguêz, Volume 1. 1854, p. 183;

como se no paiz que ele trilhava ainda houvesse algum rio que escapasse aos olhos, não digo já dos peritos e indefessos geographos das demarcações, que bem palmilharam e observaram as lagoas Mandioré, Uberava, Gaiba, Gaibamiri e seus canaes de comunicação, tal como esse de que o Sr. Castelnau trata por ignoto; mas aos olhos de tanta gente que nos modernos e antigos tempos penetrou aquelles sitios em todo o sentido, e com tal excesso que até discorria pelo territorio estranho, do que por vezes se queixou o gabinete de Hespanha ao de Portugal: e que tambein tanto se ufana de exprimir que foi elle o que transitou o Araguaia, que ha mais de trinta annos não fora visitado por europeu algum; dando assim a entender que ás suas fadigas e doutissimos suores devem os brasileiros o conhecimento de algumas cousas do seu paiz<sup>54</sup>

Tais criticas apontam para um descontentamento em relação narrativas de Castelnau sobre o Brasil, em especial as relativas ao rio Araguaia entre as províncias do Pará e Goyás. Segundo a pesquisadora Karylleila dos Santos Andrade (2008) em seu artigo *Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau A Exoticalização da Província de Goiáse e a Grafia dos Topônimos*, viajantes como Castelnau tiveram pouco interesse em conhecer a Província de Goiás, o que pode ser explicado em virtude das dificuldades de acesso ao interior do país. Porém não somente pela sua localização geográfica, mas a própria situação socioeconômica da região que não era propícia às visitas das expedições. Segundo a pesquisadora a Província passava por uma crise decorrente da quase extinta produção aurífera, antes motivo de explosão demográfica. Com a queda da atividade mineratória, Goiás vivia uma economia primária de subsistência, que aos olhos dos viajantes era a própria decadência.

Nesse aspecto Andrade (2008) aponta que os viajantes insistiam em estabelecer “verdades”, a partir de suas visões deturpadas da realidade goiana. Ainda segundo Andrade (2008, p. 99) “o fato de não compreenderem a realidade local impulsionou-lhes a emitir julgamentos e opiniões a partir de seus olhares etnocêntricos”, mas como cientistas, sentiam necessidade de conhecer os nomes dos lugares, ou melhor, o porquê da etimologia desses nomes: fauna, flora, elementos geomorfológicos, cultura espiritual, os grupos indígenas e outros. Para tanto, a autora aponta que os viajantes contavam com os documentos oficiais que encontravam nas igrejas, cartórios, bem como com os registros da tradição oral. Ainda para a pesquisadora ao produzirem suas narrativas, os viajantes propiciaram a criação de uma imagem e impressão, pondo-se, ao mesmo tempo, como tradutores e intérpretes de uma realidade natural, física e humana diferente das suas, a intenção era sempre realçar as diferenças.

---

<sup>54</sup> Revista trimestral de historia e Geographia, Volume 10. 2ª Ed.1870, p. 96-97

Contudo as críticas a Castelnau não estavam isoladas, visto que sua obra “*Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*” depois de publicada passou pelo crivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1855. O consócio o Sr. Manoel Ferreira Lagos foi encarregado da *Análise à viagem do Conde Castelnau pelo interior do Brasil* - iniciada na sessão de 18 de maio de 1855. Sua análise mostra uma profunda crítica as narrativas sobre a imagem nacional tecidas por Castelnau em sua obra, a qual Manoel Ferreira Lagos,

aponta um a um os erros numerosos que comete, marca-lhe os factos que inventa; prova-lhe o conhecimento antigo, que nós temos de algumas das suas pretendidas descobertas; vinga-nos da maledicência, e com um sopro vigoroso de potente lógica desfaz as criações imaginárias, que o conde de Castelneau quer fazer correr mundo com foros de realidades. Faz mais ainda: logo que depara com uma falsa apreciação do carácter, da indole dos Brasileiros, fere-o com um epigramma penetrante e adequado; espellando para os viajantes e historiadores estrangeiros que tem escripto acerca do Brazil, compara a observação maligna com o juizo imparcial e generoso de grandes homens, como o respeitável Humboldt, Saint-Hilaire, Ferdinand Denis e alguns outros, que nos fazem justiça, e em fim com indisivel graça chamando também a contas a consorte dos improvisadores de viagens, o dos Chavagnes de todos os tempos, mostra desfilando em extravagante revista a multidão de absurdos, de incongruências e contradicções, e não poucas vezes de immerecidas injurias, com que desfiguram e calumniam o Brazil homens, que escondem o que veem, que improvisam o que não existe, e que para escrever invocam a musa da mentira”.<sup>55</sup>

Para os membros do IHGB, trabalhos como o do Sr. Manoel Ferreira Lagos “são nobres desforras de uma nação repetidamente offendida em escriptos, que não merecem fé, e que são desprezados entre nós, mas que nos afeiam no estrangeiro” (IHGB,1855, p. 28). É preciso salientar que Manoel Ferreira Lagos ingressou no IHGB em 1839 no cargo de secretário perpétuo e a partir de 1850, com as reformas dos estatutos do IHGB deixou o lugar de primeiro secretário para assumir a função de Terceiro Vice-Presidente que deixou apenas de exercer em 1858. Devido sua habilidade em analisar obras publicadas por viajantes, este foi a semente para a formação da Comissão Científica de Exploração pelo Brasil. Esta proposta nasceu do sentimento existente no seio do Instituto de que o Brasil possuía talentos e

---

<sup>55</sup> Revista do Instituto Histórico E Geographico do Brazil. 3.ª serie. — N.º 17. — 1.ª trimestre de 1855. Rio de Janeiro, p. 28.

habilitações necessárias para realizar suas próprias expedições científicas e desmentir “viajantes estrangeiros de má fé ou levianos”.<sup>56</sup>

Ao que parece às narrativas de Castelnau pouco agradaram ao IHGB que se responsabilizava pela escrita de uma história que viesse de acordo com o pensamento da elite política e intelectual da época que pretendia levar a Europa uma visão intencional do Brasil, uma visão construída, pautada em sua natureza, dotada de riqueza e potencial. Nesse sentido o historiador Manoel Luís Lima Salgado Guimarães em seu artigo *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional* publicado em 1988 pontua sobre as publicações da Revista do IHGB relativas às viagens e explorações do território brasileiro. Para esse historiador os temas tratados e buscados pela Revista abordavam,

questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país e novamente a questão indígena. Se pensarmos que, num momento de constituição da Nação, também a definição e sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de o instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto. Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos de continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não definido a realização plena de sua identidade. (GUIMARÃES, 1988, p. 23).

Ainda segundo Guimarães (1988) uma leitura desses relatos de viagens exploratórias e de reconhecimento nos permitiria acompanhar a atividade cuidadosa dos viajantes ao registrarem conhecimentos sobre as diferentes regiões do país. Dessa forma, não só o tamanho dos rios e a altura das montanhas seriam medidos e precisados, mas também deveria ser avaliada a possibilidade de integração econômica das diferentes regiões. Para tanto pontua Guimarães (1988, p 23) “Plano cuidadoso de esquadrinhamento e registro, diante do qual a realização de uma leitura apenas superficial não daria conta de revelar as profundas relações que ele encerra com o projeto de Nação que se quer criar”.

Para finalizar é preciso apontar que Castelnau anteriormente a sua viagem também havia realizado leituras de obras de outros viajantes que estiveram em terras brasileiras. Dessa forma, estes viajantes poderiam ter sido uma inspiração para Castelnau em suas narrativas.

---

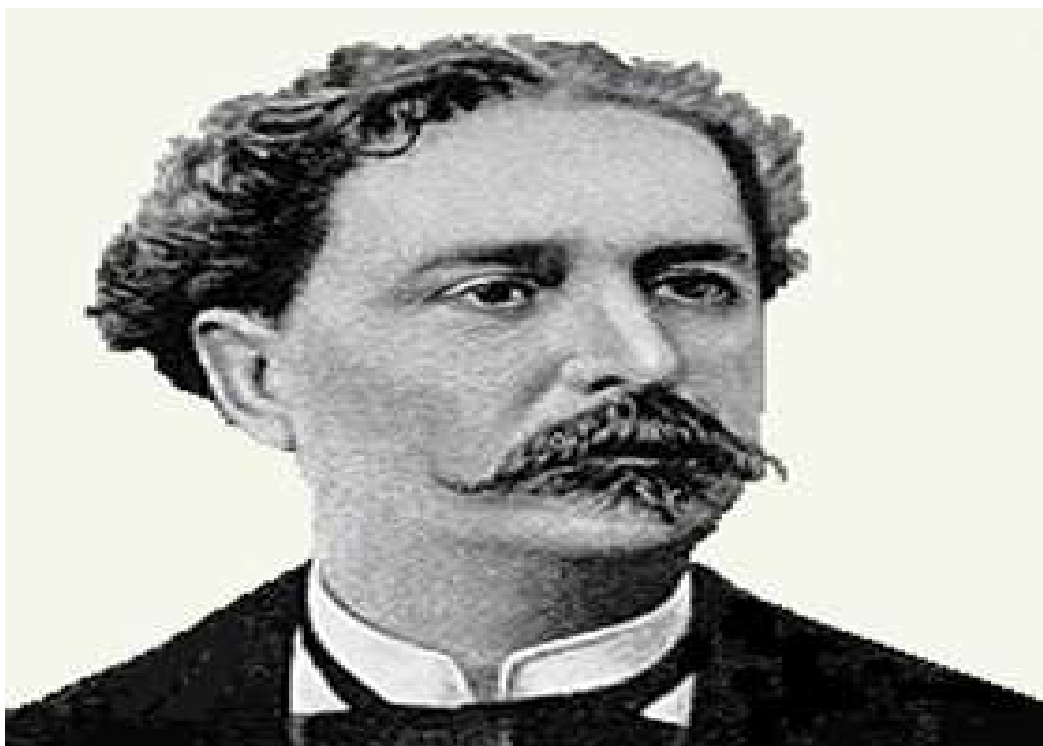
<sup>56</sup> Ver: LAGOS, M. F., (1817-1871) *Dados biográficos do segundo zoólogo do museu Nacional*, p. 12-14.

A verdade é que toda a documentação que se possui sobre essa bela região foi fornecida por alemães, como Spix e Martius, Eschwege e Neuwied; por franceses, como La Condamine e Auguste Saint-Hilaire; por ingleses, como Mawe, Smith e Lowe, e finalmente pelos ilustres astrônomos portugueses encarregados da demarcação dos limites. (CASTELNAU, 2000, p. 326).

Nota-se que, para o viajante, as informações que o Brasil tinha de si mesmo eram devidas aos estrangeiros que por aqui estiveram. Este pensamento de Castelnau não agradou ao próprio IHGB que tinha a intenção de oportunizar aos brasileiros viajarem ao interior do Brasil para que eles mesmos descrevessem seu país.

### 2.3.2. Alfredo Taunay: o nacionalista

**Figura 2** - Alfredo d'Escragnolle Taunay. (1843–1899)



Fonte: <http://www.jornallivre.com.br/4960/visconde-de-taunay-alfred-descragnolle-taunay.html> acesso em 20 de dezembro de 2011 às 19hs

Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843–1889), filho do comendador Felix Emilio Taunay e D. Gabriella d'Escragnolle Taunay, nasceu na cidade do Rio de Janeiro.

Cursou o colégio de Pedro II tornando-se bacharel em letras em 1858. Realizou seus estudos na escola central e militar em 1863 e tornou-se bacharel em matemática, ciências físicas e engenheiro geográfico. Assentou praça em 1861 no 1º batalhão de artilharia, sendo que em 1863 foi nomeado alferes-aluno e em 1864 promovido a 2º tenente, chegando em 1867 a 1º tenente.

Havendo rompido a guerra com o Paraguai, Taunay seguiu para Mato Grosso na qualidade de ajudante da comissão de engenheiros junto às forças enviada para aquela província em abril de 1865. Exerceu suas funções até maio de 1867, ocasião em que passou a servir de secretário do comando das forças militares, cargo que só deixou em 16 de junho daquele ano por ter vindo em comissão á corte comunicar a marcha das operações no norte do Paraguai, que terminaram pela retirada da Laguna.

Sua trajetória política, militar e como escritor foi marcada pela presença do pai e de seu avô Nicolas Taunay muito considerado nos meios europeus como talentoso pintor, e quem garantiu a permanência de sua família no Brasil. Foi em um ambiente de renomados artistas que Alfredo Taunay obteve uma educação primorosa, entremeada como afirma Castrillon Mendes (2007, p. 21) “nos princípios do bom gosto artístico e literário, na disciplina, na ordenação do conhecimento e nas ideias políticas”. Influenciado pelo pai, Felix Taunay, se interessou ao lado dos amigos André Rebouças e Joaquim Nabuco nas lutas reformistas pela imigração, naturalização, casamento civil e abolicionistas. Possuía o talento dos “Taunay” para os desenhos paisagísticos, era um romancista, sua opção pela carreira militar aponta Castrillon Mendes (2007, p. 21) “na amizade ao Imperador ‘um mandamento de família’ [...] enfim, uma ‘criação total do pai’.

A historiadora Wilma Peres Costa em *Narrativas de viagens no Brasil do século XIX: Formação do Estado e trajetória Intelectual* sugere que o viajante Auguste de Saint-Hilaire tenha sido a principal referência de Taunay. Segundo Costa (2006) foi através da interlocução com os relatos de viagens, principalmente de Saint-Hilaire, que o jovem escritor Alfredo Taunay validou seu sentimento de herói civilizador, aquele que engendra a valorização do território através da colonização; o tema da imigração (presente em Saint-Hilaire em seu posicionamento sobre o destino inevitável das terras indígenas) foi um dos móveis mais importantes da ação política de diversos membros da família Taunay onde desenvolveram seu trabalho intelectual.

Em Outubro de 1867 foi nomeado repetidor interino da escola preparatória da Praia-Vermelha no Paraguai, em serviço na guerra contra o Paraguai fez parte da ordem da Rosa sendo condecorado com a medalha de campanha — Valor e constância — das forças do sul

de Mato Grosso. Foi membro do Instituto Polytechnico Brasileiro. Publicou em Julho de 1868 “*Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*” e em setembro do mesmo ano, mas em francês, a obra *Retirada da Laguna*. Diante dos trabalhos realizados, Alfredo Taunay recebe convite para se tornar membro do IHGB conforme citou o relator Perdígão Malheiro <sup>57</sup> em publicação do mesmo instituto,

trabalhos que o abonaram as habilitações de compor como membro do instituto Historico e Geographico Brasileiro [...] A comissão de admissão de socios, tendo em vista a proposta de 7 de Agosto de 1868, assignada pelo Sr. conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, e o parecer da 2\* comissão de geographia sobre o opusculo—Scena\* de Viagem —, publicado em 1868 pelo seu autor o 1º tenente Sr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, aprovado em sessão de 9 de Outubro pelo Instituto, entende que o candidato referido está no caso de ser admittido ao gremio d'este Instituto como socio correspondente. Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 14 de Maio de 1869.<sup>58</sup>

A memória descritiva ou a exploração dos terrenos entre os rios Taquari e Aquidauana, no Distrito de Miranda, teve o parecer da *Comissão Subsidiaria de Trabalhos Geographicos* sendo considerada,

como optimo resultado das suas viagens á provincia de Mato-Grosso, revela o espirito intelligente e trabalhador do seu autor. Muitos conhecimentos uteis soube elle accumular neste opusculo, primando entre elles as indicações botanicas a respeito das plantas que encontrou no seu itinerario; grande numero de elementos interessantes em relação ao estudo da lingua Guaná ou Chané; animaes e vegetaes uteis; historia da viagem da força expedicionaria de Mato-Grosso, de que elle fez parte, etc., etc., etc. (IHGB, 1869, p. 301)

---

<sup>57</sup> AGOSTINHO Marques Perdígão Malheiro: foi Fidalgo da Casa Imperial, Cavalleiro da Ordem de Cliristo, e nomeado Commendador da mesma Ordem por decreto imperial de 30 de Janeiro de 1866 em attenção aos distinctos serviços que tem prestado ás leiras; Doutor em Sciencias jurídicas e sociaes, pela Faculdade de S. Paulo; Bacharel em Letras pelo Imperial Collegio de D. Pedro II no Rio de Janeiro; Advogado na mesma cidade desde 1850, e do Conselho d'Estado; Procurador dos feitos da Fazenda, lendo exercido por vezos diversas cornmissões do Governo, e cargos de eleição popular: Sócio effectivo do Instituto Histórico e Geographico do Brasil, e do Instituto dos Advogados Brasileiros. Ver: *Diccionario Bibliographico Portuguez: de Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicavels a Portugal e ao Brazil*. Supplemento: A-B. 1867, p.14.

<sup>58</sup> Revista trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil. Volume 32; 1º Trimestre de 869; p. 299.



A obra de Taunay foi considerada como primorosa pelos membros do IHGB que além de ter publicações sobre as suas viagens na revista do IHGB tornou-se membro honorário do referido Instituto Histórico.

Em relação à viagem empreendida em Mato Grosso, o viajante militar narrou sua preocupação em descrever,

tudo quanto pudesse interessar e coordenando-as desde logo, de modo que formassem com pouco custo um trabalho simples e despido de pretensões, porém de alguma vantagem para novos e mais habilitados exploradores, fornecendo-lhes apenas uma base para futuros desenvolvimentos. (TAUNAY, 1868, p. 7)

Fruto de pesquisas e observações feitas no local onde transcorre a ação – o Mato Grosso – *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda* documentou um mundo diverso da corte, com costumes diferentes, língua diversa, código de honra distinto daquele que vigorava na cidade, principalmente na cidade grande.

Considerado um romancista por literários ou uma mediação entre o romântico e o realista, Taunay associava uma índole nacional ao regionalismo. O crítico literário Silvio Romero (1969) em *História e Literatura Brasileira* destaca duas manifestações que marcaram Taunay: o romance e a política e ressalta que há uma espécie de contradição intrínseca e fundamental entre o romancista e o político:

[...] não obstante a sua dupla origem estrangeira, era um genuíno brasileiro de índole e sentimento. Não lhe faltavam sequer sinais das nossas peculiaridades, o que lhe completava a caracterização nacional. A sua literatura de inspiração, sentimento e intenção brasileira é a expressão sincera desta sua feição. O seu europeísmo ainda muito próximo, apenas lhe transparece no ardor com que, apesar de conservador de partido se empenhou por ideias liberais que a seu ver deviam atrair e facilitar a imigração europeia, da qual foi ardoroso propugnador. (ROMERO, 1969, p.217).

Antônio Cândido em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* afirma que Taunay é um caso que se destaca na literatura de seu tempo. Para Candido, Taunay trouxe sua experiência de guerra e sertão filtrada através de uma certa sensibilidade, além de uma combinação de senso prático e refinamento estético que fundamentam suas narrativas e compõe o traçado geral da sua obra. Conforme Antônio Candido o autor:

[...] viajava de lápis na mão, registrando as cenas de viagem em desenhos de “ingênuo paisagista” como se qualifica. Desenhos de traço elementar, com efeito, mas atentos à realidade e transpondo-a com amenizada placidez, diferente do risco nervoso de outro romancista bem dotado para as artes plásticas –Raul Pompéia. (1959, p. 306).

Alfred d’Escragnolle Taunay vislumbrava os ideais iluministas entremeados de reflexões ora românticas ora realistas. Exortando a natureza, a flora e fauna das terras mato-grossenses, Taunay que viajou por várias partes do Brasil e pôde observar muitas das paragens que outros antes dele descreveram e outros tantos observaram, como o habitat natural dos índios, dos animais e dos primeiros aventureiros e exploradores. Dando suporte de arte às narrativas num período histórico culturalmente ascendente na construção da identidade nacional, nem sempre de forma pacífica, sua narrativa permite desvendar o espaço simbólico pelos quais funcionaram as relações de força estabelecidas internamente, pela condução do “poder imperial, e, externamente, pelos diferentes elementos de construção histórica”.<sup>59</sup>

Partindo pela busca de compreender o processo de significação que resultaram das diferentes reimpressões e caracterizar o escritor como um *viajante atípico* como aponta Castrillon que,

[...] age como um explorador, mas pensa como um esteta. Ao tomar contato com o interior de Mato Grosso, faz-se um (d)escritor/tradutor de paisagem, compondo uma imagem da região que irá representar, juntamente com outras imagens construídas pela Monarquia brasileira, a vontade consciente de definir a ideia de um Brasil uno, mesmo que essa unidade figurasse como uma utopia nacional”. (CASTRILLON, 2007, p.69)

Voltando seu olhar para o interior de Mato Grosso entremeados a caboclos, mestiços, índios e brancos, Taunay desenvolveu técnicas que se articularam entre a ciência e a arte para redescobrir o Brasil e implementá-lo num projeto de “civilização” como bem define Castrillon (2007, p.69) ”que tinha a Monarquia como base institucional, em contraponto à *barbárie* simbolizada pelo Paraguai e pelo ‘outro López’, no caso, o ditador paraguaio”. Como de fato demonstra Castrillon ao citar Alambert,

---

<sup>59</sup> CASTRILLON, O. M. M., *Taunay viajante e a construção da imagética de Mato Grosso*, p. 66.

a obra de Alfredo Taunay imprimiu o olhar dicotômico entre Natureza/Cultura, Império/República, Brasil/Paraguai, em conflito mútuo de reconhecimento e estranhamento, resumindo “descobertas” que são documentários de uma era ou de um sonho, refletido no espelho da guerra. (ALAMBERT apud CASTRILLON, 2007, p.69).

Neste cenário o Brasil concebia-se “em oposição ao mundo estranho e desolado, representado pela realidade sul-americana, cuja face mais tenebrosa era a representação fantasmagórica da república guarani” (CASTRILLON, 2007, p.69). Ainda segundo Castrillon (2007) Taunay demonstra em suas narrativas a marca de uma formação literária resultante de sua viagem pela parte sul de Mato Grosso durante o episódio da Guerra contra o Paraguai.

Para Castrillon Mendes (2007) Alfredo Taunay foi um viajante singular, pois além de cumprir o papel do viajante vinculado à tradição constituiu-se um esteta. Sem um projeto de viagem, mas movido pelo cumprimento do dever, pela aventura, pela busca do conhecimento e desejo de fama, afirmou os temas locais particularizados de modo fundamental através de uma busca constante pela compreensão e expressão do Brasil.

### 2.3.3. Joaquim Ferreira Moutinho

**Figura 3** – MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1833-1914)



**Fonte:** Joaquim Ferreira Moutinho (1869)

A eleição do cronista/viajante português Joaquim Ferreira Moutinho (1833-1914), em nosso estudo deve-se basicamente as suas viagens cobrirem diferentes partes do território de Mato Grosso no século XIX e retratarem através de sua experiência de 18 anos nessa região, suas impressões sobre os povos indígenas. Para tanto, selecionamos para resgatar a história das representações das Mulheres indígenas em Mato Grosso sua obra “*Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a S.Paulo*”, publicada em 1869. Para a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado (1999).

“Notícia...” refletia o debate intelectual da época e antecipava-se ao seu amadurecimento nas primeiras décadas do Brasil republicano: a constituição do povo, a contribuição das raças para a formação embrionária da nação brasileira. A memória de Moutinho registrou a selvageria da população do sertão, à espera do estrangeiro civilizador. Com sua observação minuciosa, sagaz, penetrou no mais íntimo dos costumes desses selvagens. Descreveu suas casas, suas vestes, suas danças, sua vida econômica, até mesmo seus hábitos mais secretos, inconfessáveis, que ele conhecia como a palma de sua mão. Em meio às agruras da guerra, havia sempre um miserável, um “unha de fome” que, para despistar um comensal mais ousado, almoçava e jantava com o prato dentro de uma gaveta! Os costumes eram bem “atrasados”, mas iam tornando-se regulares na medida da entrada dos estrangeiros, através dos quais era possível conhecer a vida em outros países, onde a civilização já tinha superado alguns “prejuízos”. (MACHADO, 1999, p.10)

Neste trecho, fica evidente que as narrativas de Moutinho foram consideradas pela antropóloga como um testemunho fiel ao que viu e viveu durante sua viagem, sem considerar que seu olhar partia de uma visão de mundo, própria do viajante/cronista.

Joaquim Ferreira Moutinho saiu de Cuiabá e percorreu um caminho, de picadas, que passava pelo flanco Norte da Chapada dos Guimarães. Das referências citadas, as mais conhecidas eram: 1. ponte do Rio Aricá; 2. localidade de Pires, às margens do Rio Cupim; 3. sempre margeando o Rio Cupim, já nas suas "belas cachoeiras", em cima da Chapada dos Guimarães; 4. Rio Manso; 5. Ribeirão Roncador; 6. Serra do Alecrim; 7. Serra das Lavrinhas; 8. Córrego Sucuri; 9. Rio Água Branca; 10. Serra do Taquaral; 11. Rio Água Branca; 12. Ribeirão Sangradorzinho; 13. Ribeirão Samambaia; 14. Paredão; 15. Ribeirão das Areias; 16. Serra das Lages; 17. Rio Mutum; 18. Porto do Araguaia, divisa com a Província de Goiás; 19) Ribeirão Ponte Alta; 20) Rio das Almas; 21) Rio Lajeado; 22) Rio Claro; 23) Rio Meia Ponte; 24) Rio Paranaíba (na divisa de Goiás e Minas Gerais).

Moutinho que presenciou as agruras da Guerra do Paraguai narrou este evento em boa parte de sua obra. Destacou que quando a guerra se aproximava do fim havia deixado um saldo de muita destruição e morte. Segundo o viajante a epidemia de varíola disseminada pelas tropas em combate dizimou mais da metade da população da província. O Mal das Bexigas como era chamada a Varíola havia atingido a capital e fazendo mais de 6.000 vítimas e foi para essa doença que Moutinho perdeu sua esposa cuiabana e seus três filhos.

Diante da perda de toda a família, Moutinho se lança ao interior do sertão mato-grossense. Para dar um sentido a sua viagem, Moutinho buscou oferecer uma espécie de manual de orientação e conduta aos estrangeiros que aventuravam-se em busca da riqueza e aventuras diante do exuberante sertão, Moutinho narrou em quase 500 páginas, um retrato de Mato Grosso como uma das províncias do Brasil mais bem dotadas pela natureza, nuançou a vida difícil do sertanista e definiu a região como um “estado embrionário” que muito ainda tinha para progredir mas que vivia diante dos poucos favores do governo. Descontente com as autoridades provinciais registrou que a guerra vazou os cofres públicos e o flagelo das bexigas ceifou grande parte do povo cuiabano que vivia em um estado entorpecido, sofrido, sem esperança.

Os indígenas eram alvos da curiosidade de Moutinho e despertavam grande interesse no viajante, pois a presença indígena figura em boa parte de suas narrativas. Seus comentários, o seu testemunho, a interpretação que ele fazia a partir de sua visão de mundo das culturas observadas revelam suas concepções pessoais. Para Moutinho os indígenas eram os legítimos brasileiros. Segundo Machado (1999) os relatos de Moutinho trazem informações preciosas sobre a realidade de como os diversos grupos étnicos viviam no território mato-grossense naquela segunda metade do século XIX. Para a autora seus relatos seriam mais relevantes para um trabalho de pesquisa e reflexão, do que as informações oficiais do mesmo período encontradas nos relatórios repetitivos dos presidentes de província, e mesmo da Diretoria Geral dos Índios (inclusive consultados por Moutinho).

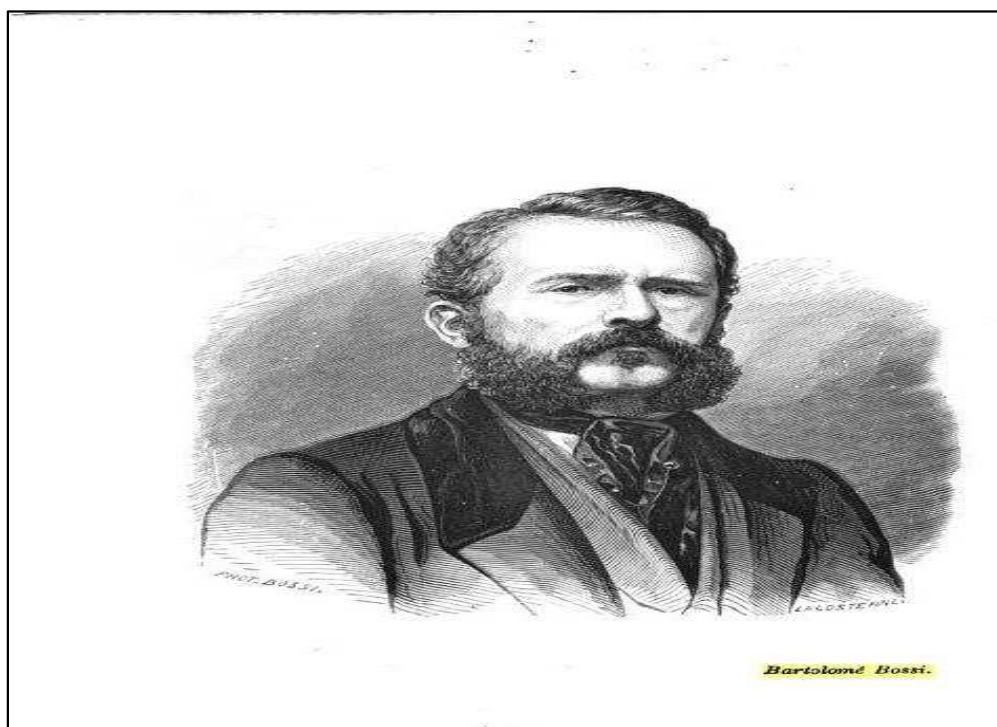
Moutinho viveu quase duas décadas em Cuiabá, pertencendo e confrontando a sociedade cuiabana, tinha uma condição privilegiada, era comerciante, genro de um major e coletor de impostos, neste contexto que construiu a sua suposta “objetividade”. Nesse sentido, é salutar entender que o foco deste trabalho está no seu olhar sobre as Mulheres Indígenas, o que interessa não é só o que ele diz, mas também como, e de onde ele diz, ao revelar sua própria perspectiva na compreensão dos fatos narrados.

Moutinho em sua obra cita outros viajantes que percorreram Mato Grosso anteriormente a sua viagem, entre estes destacamos Bartolomé Bossi e Castelnau, sendo este

último uma provável inspiração para o viajante. Suas narrativas muito se aproximam dos relatos de Castelnau, ao passo que algumas são até mesmo idênticas como veremos adiante no capítulo três.

#### 2.3.4. Bartolomé Bossi: dos mares ao sertão

**Figura4** – Bartolomé Bossi (1819- 1890)



**Fonte:** Bartolomé Bossi (1863).

Bartolomé Bossi (1819- 1890), devido a acontecimentos políticos na República da Argentina onde participou na política local e que segundo o viajante, não lhe ofereceu estabilidade decidiu empreender-se em uma viagem à província de Mato Grosso nos confins do Império do Brasil com objetivo de explorar essas regiões quase desconhecidas. Sua inclinação para viajar se traduz desde seus primeiros anos, conforme Bossi, “debo el haber abrazado la carrera de marino; y cansado de la mar, me lancé á los bosques virgenes buscando impresiones nuevas que ya no encontraba eu la inmensidad de los Océanos” (BOSSI, 1863, p.10). Assim, já cansado do mar procurou em regiões pouco exploradas novas impressões que já não encontrava na imensidão dos oceanos.

Bossi ressaltou em sua obra, que o leitor não deveria esperar o estilo elevado de tantos outros viajantes, mas, “en su lugar hallará la verdad desnuda, sin esos cuentos fantasticos que hacen dudar de todo, sin esas historietas que tanto entretienen y llenan muchas pagina” (1863, p. 10). Bossi descreveu sua viagem como uma aventura na qual registraria aquilo que seria útil, que abordaria somente o que de fato se desvelava diante de seus olhos. Suas observações segundo o viajante, em alguns aspectos careceriam das abstrações da ciência, entretanto não faltaria a exatidão.

Com um sextante e uma câmera e disposto segundo ele, em revelar tudo o que por seus olhos se mostrava percorreu um ambiente quase impenetrável, registrou a mineralogia, a botânica a geologia e os habitantes dessas regiões ainda inóspitas para um estrangeiro. Segundo o viajante sua pretensão era oferecer à nação brasileira uma pequena homenagem em retribuição: “á las atenciones y á la fina cordialidad con que me atendió mi amigo el Exmo Sr Consejero de S. M. Y. Dn Herculano Ferreira Penna, actual Presidente de la provincia de Mato Grosso”. (BOSSI, 1863, p. 11).

Em 17 de março de 1862 Bartolomé Bossi embarcou no Porto da cidade de Montevideu no Uruguai rumo a Província de Mato Grosso, com o Vapor Brasileiro Marques de Olinda da Cia de Navegação do Alto Paraguai. Sua viagem foi encomendada pelo governo brasileiro e tinha como uma das intenções estudar a colonização dessa região. Esta aventura, como denominava sua viagem, perdurou pro sete meses e lhe rendeu a obra intitulada “*Viage Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay,. Sn. Lorenzo, Cuyabá y el Arino, Tributario del grande Amazona*” publicada em 1863 em Paris.

Sua obra foi considerada pelo IHGB de relevada importância para o conhecimento de várias etnias que habitavam a região de Mato Grosso no século XIX e foi citada por José Marcellino Pereira de Vasconellos, consórcio do IHGB na Seleta Brasiliense em 1868,

Bartolomé Bossi em uma Viage Piltresca por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyaba-, etc, publicada em Paris em 1863, dá curiosas noticias dos indios Guaycurús, Apiacás, Parfeis, apresentando em sua interessante obra uma photographia dessas tribus de índios Jabuaritis ou Morcegos — índios que habitam as immediações do Salto Augusto, no Para, bravios e ferozes, que atacam de noute as monções, que sobem ou descem o rio. Claros, à imitação dos negros-assis vêm apenas de noute, hora em que saem das escuras brenhas, onde moram, para exercerem suas perigosas correrias. Tapanhuna.— Tribu feroz de canibaes, que causam sérios receios

aos viajantes. Pintam o corpo de negro, usam d'arco e frecha, vivem da caça e da pesca, e falam a lingua dos Bacahyris.<sup>60</sup>

Bossi citou algumas etnias indígenas como canibais em sua obra, porém não houve em seu relato nenhum ataque que acometesse sua expedição por indígenas antropófagos. Mesmo quando o autor se propõe a relatar aquilo que realmente passasse diante de seus olhos é possível perceber que por vezes, isso não era cumprido. Nesse sentido é preciso levar em conta que muitos dos comentários nas obras dos viajantes, em parte nunca foram comprovados como o exemplo da antropofagia indígena.

Para Hartmann (2011), Bossi não era apenas um viajante europeu que percorreu a região mato-grossense, pois temos que levar em consideração que na ocasião de sua viagem tinha a idade de 43 anos, e desde seus 27 anos ele viveu em terras sul-americanas. O que nos leva a crer, que seus referenciais, pensamentos, modos de ver e compreender estavam moldados com os valores adquiridos nestes últimos anos.

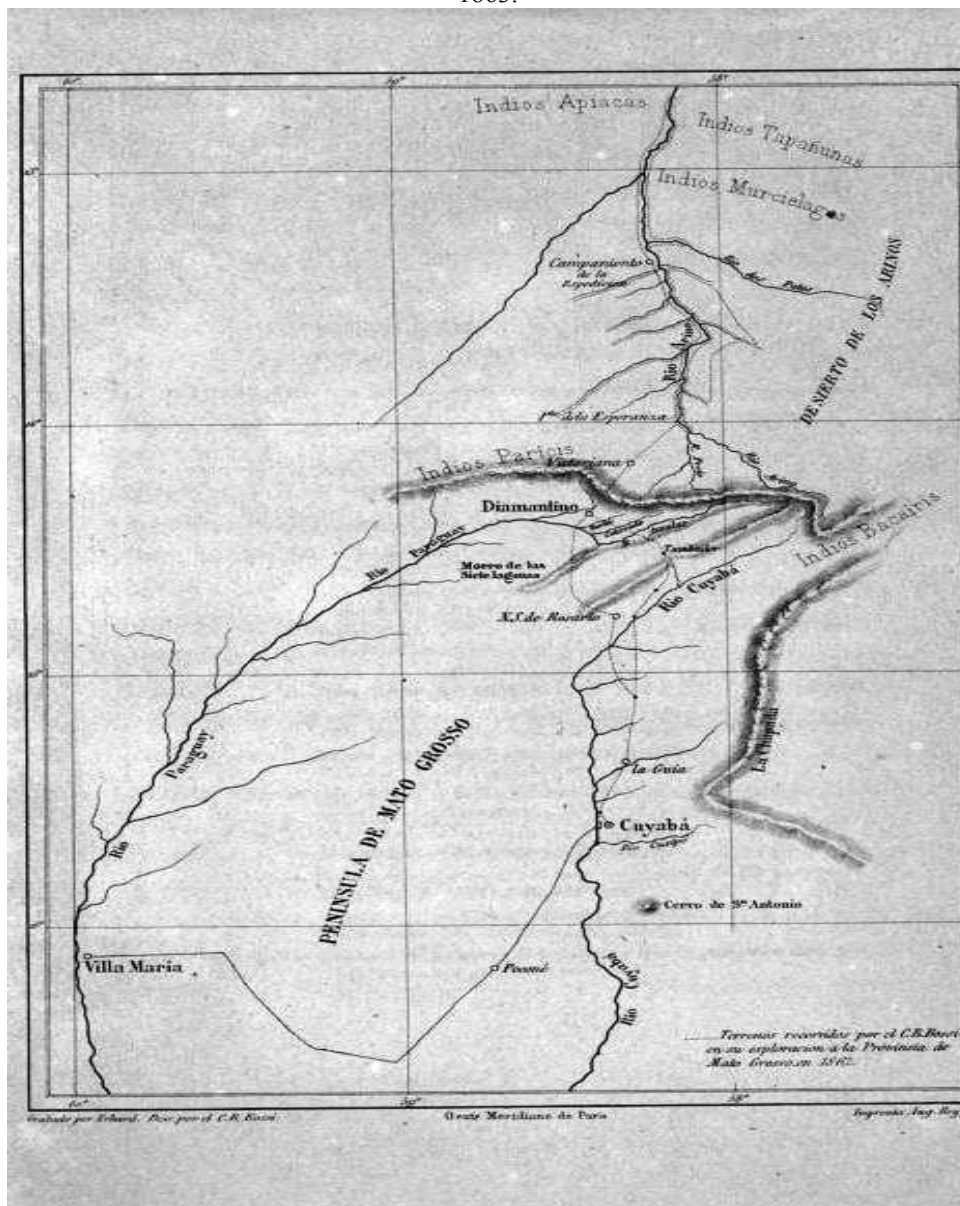
Devemos destacar que a viagem Bossi a província de Mato Grosso oferece três tipos de narrativas: textual, iconográfica e cartográfica. Os dados apresentados se pautam especialmente geográficos e produção natural. As imagens em sua obra ilustram trinta e quatro gravuras de múltiplas temáticas. Estas imagens têm como base os registros que o viajante obteve através do dagueréotipo que levou em sua viagem. Em relação aos vários temas registrados destacam-se as vistas de paisagens urbanas, representações de indígenas, paisagens naturais, praças militares e retratos de autoridades brasileiras e estrangeiras, entre outros. Em relação a cartografia contida em sua obra, Bossi nos oferece uma carta do rio Arinos que marca o caminho percorrido por sua expedição.

---

<sup>60</sup> SELECTA BRASILIENSE: ou, Noticias Descobertas, Observações, Factos e Curiosidades em Relação aos Homens, à Historia e Cousas do Brasil. Rio de Janeiro Typographia Universal de Laemmert. 1868. José Marcellino Pereira de Vasconellos, p. 280.



**Mapa 4-** Território percorrido por Bartolomé Bossi em sua expedição A Província de Mato Grosso em 1862, 1863.



**Fonte:** gravura a partir de desenho. Fonte Bartolomé Bossi (1863, p. 153).

Este mapa destaca a região que foi percorrida pelo viajante em sua expedição à província de Mato Grosso. Nele observamos as marcações dos rios: Paraguai, Cuiabá, Arinos; das cidades: Vila Maria, Poconé, Diamantino, Cuiabá; dos territórios indígenas das etnias: pareci, bacairi e outras, bem como o caminho seguido na expedição aos Martírios, com o apontamento dos acampamentos.

Bossi finaliza sua obra indicando que não pretendia estudar os meios e nem os sistemas mais eficazes de realizar a colonização europeia, mas tratou de somente apontar que seria uma necessidade iminente. Ainda Bossi apontou que o governo brasileiro era bastante

ilustrado e muito cioso dos interesses do país e que tinha a competência para realizar o empreendimento de colonização de suas províncias, mas esperava que seu estudo e sua viagem à Mato Grosso pudesse contribuir para o desenvolvimento dessa tão rica província. Temerário por falsos rumores que circulavam em Montevideu e que pudessem chegar a sua família, sobre um possível êxito funesto de sua expedição e de sua morte, Bossi se despede de Cuiabá no dia 2 de outubro,

Sua obra foi publicada em língua espanhola. A discussão que gira sua obra se volta para o perfil ideal dos imigrantes para a colonização da província de Mato Grosso, onde destaca:

Pero donde deberia dirigirse el calculo del gobierno imperial con mayor ahinco es á la Francia, y a la España. La poblacion de las provincias vascongadas por su moralidad, por su vigor, por su inteligencia en los trabajos asperos y viriles, es la mas adecuada para la explotacion de las riquezas de Mato Grosso. Hay otras provincias agrícolas de granca que han dado al exterior muestras muy recomendables y muy aptas para asegurarse una existencia feliz y aun envidiable fuera de su patria. (BOSSI, 1863, p. 151)

Para Hartmann (2011) a ideia de trazer imigrantes espanhóis e franceses poderia explicar o porquê do viajante não ter publicado sua obra em italiano, sua língua materna e tê-la editado em Paris um ano depois de sua expedição. O que segundo Hartmann (2011) leva a crer que seu publico alvo estaria especificamente na França e Espanha.

Neste capítulo podemos apontar que as anotações, registros e as narrativas dos viajantes devem ser lidas e compreendidas com cuidado, visto que elas são produzidas por subjetividades e lançadas por representações advindas da ótica de cada viajante. Mesmo com a pretensão de pautarem-se pela ‘verdade’ daquilo que viram e viveram, suas narrativas ganharam credibilidade frente aos leitores europeus, pois eram narradas por pessoas “dignas de fé” e “testemunhas oculares”. Lançadas ao imaginário europeu e brasileiro as ideias e relatos dos viajantes quando impressas na Europa tinham uma grande repercussão na sociedade europeia.

Também devemos apontar que o olhar do viajante europeu passava ainda pela religiosidade, de concepções cristãs, noções de pecado, medo, salvação, confissão, sacramentos e que foram determinantes ao ‘traduzir’ a cultura e o cotidiano do observado. Os viajantes viam os indígenas como primitivos, bárbaros e selvagens. Muitos dos hábitos

culturais causaram estranheza aos viajantes que se aventuraram pelas regiões inóspitas e desconhecidas. Adentraram pelo interior dos “sertões” mato-grossenses no século XIX, desenhando, coletando, classificando, organizando mapas, narrando histórias do homem comum e dos indígenas. Conforme se intensificava as expedições terra adentro, os viajantes noticiavam suas descobertas às autoridades e ao mundo europeu, através de relatos, mapas e desenhos. Os então, expedicionários assinalavam os contornos dos rios, bacias e lagoas; a exuberância da fauna e da flora; mas, sobretudo a presença dos indígenas que viviam e navegavam as margens dos rios Paraguai, Taquari, Apa, Paraná, São Lourenço e afluentes. Superando os obstáculos ambientais encontrados no trajeto de suas viagens, estabeleceram contatos amigáveis com muitas nações indígenas e também sofreram perdas irreparáveis em suas jornadas.

O ritmo das viagens pelo interior da região de Mato Grosso, desvanecia pouco a pouco, a visão idílica da natureza, mediante as asperezas vividas pelos viajantes em suas expedições. Foi neste universo, que Alfredo Taunay, Francis Castelnau, Bartolomé Bossi e Joaquim Ferreira Moutinho estabeleceram contatos com os indígenas que habitavam aquela região. Dividiram o mesmo território, narraram e descreveram as várias etnias que encontraram em seu caminho, cada qual em seu tempo, mas que possuem uma característica marcante: descrevem os indígenas a partir do filtro de sua própria cultura. Cada narrativa, porém, possui sua especificidade, visto que há sempre uma nova faceta ou uma nova apreensão a ser descrita, narrada e representada. Neste sentido, adentramos em suas narrativas, sempre cientes que pensar os relatos de viajantes como textos e, ao mesmo tempo, como discursos, significa ter em conta alguns parâmetros teóricos gerais que permitam unificá-los, dar-lhes uma especificidade e ao mesmo tempo, estabelecer certos aspectos que permitam acompanhar os caminhos e descaminhos que os relatos dos viajantes nos apresentam. Nesse contexto trabalharemos, no próximo capítulo, as narrativas produzidas, pelos viajantes aqui apresentados, sobre as mulheres indígenas.

## **CAPÍTULO 3- AS MULHERES INDÍGENAS NO PONTO DE VISTA DOS VIAJANTES**

Neste capítulo apresentamos dados relativos às mulheres indígenas, tais como a fisionomia, o trabalho, questões relacionadas ao casamento, ao aborto – que, por sua vez, era frequente entre as mulheres dos grupos Guaicurú e Guaná –, a maternidade e a amamentação. Características que envolviam o feminino indígena e foram registradas pelos viajantes, religiosos e militares. Esses registros compõem as fontes utilizadas e analisadas no referente capítulo. Se, por um lado esses registros mostram aspectos importantes da vida dessas mulheres e de seus povos, por outro, eles também escondem outras características, outras significações. Nesse sentido, nosso trabalho buscou mostrar o que foi registrado pelos viajantes sobre as indígenas e indicar parte do que ficou encoberto nesses escritos devido à cosmovisão dos viajantes, partilhada em parte pelo Império brasileiro no século XIX. Para indicar o encoberto, usamos algumas obras antropológicas relativas aos povos indígenas e à História das Mulheres e de Mato Grosso.

### **3.1. Face a Face com a exuberância do feminino indígena: as múltiplas fisionomias**

Os relatos dos viajantes trazem inicialmente as impressões que se referem às fisionomias das mulheres e dos homens indígenas, alguns apontamentos mostram mudanças em seus aspectos culturais, principalmente quando estes relatos foram narrados em regiões onde os aldeamentos estavam consolidados como o dito até aqui.

Com o advento do empreendimento colonial, acompanhado da política de catequese, e aldeamento, os escritos e as representações sobre o corpo feminino indígena tomou outro rumo, diferentes daqueles descritos desde o descobrimento do Brasil pelos primeiros europeus que por aqui vieram<sup>61</sup>. A nudez, por exemplo, que foi uma das características mais marcantes daquele período foi, segundo Queiroz (2000, p. 17), coberta “pelas indumentárias europeias,

---

<sup>61</sup> O antropólogo Renato da Silva Queiroz (2000) coloca que os primeiros escritos sobre o Brasil realizados por Pero Vaz de Caminha agregam comentários sobre as mulheres indígenas destacando suas características físicas, o modo como se adornavam, os cortes de cabelo e seus detalhes mais íntimos. Ver: QUEIROZ, R. S., *O corpo do brasileiro: estudos de estética e beleza*, 185p.

de acordo com a moralidade vigente e padrão de recato imposto, sobretudo às mulheres brancas no período colonial”. Não obstante, os viajantes no século XIX, descreveram os aspectos físicos da mulher indígena, tendo como referencial o padrão de beleza e recato das mulheres brancas europeias do século XIX.<sup>62</sup>

Nesse aspecto, os viajantes no século XIX ao entrarem em contato com os povos indígenas de Mato Grosso já não estranhavam a nudez dos corpos dos homens e mulheres indígenas, mas seu comportamento e o modo como viviam se relacionavam entre si e com a sociedade envolvente. Assim ao iniciar seus apontamentos o viajante Joaquim Ferreira Moutinho (1869) situou a população de Mato Grosso dentro de num cenário exótico, pois ela resultava do cruzamento de pessoas brancas – europeias ou descendentes de europeias – com pessoas negras oriundas da África e com indígenas, dando lugar a grupos humanos chamados mulato, bugre, caboclo, caburé (filho de índio com negra) e o cabra (filho do mulato com negra). Quando Moutinho iniciou suas viagens em 1860, narrou seu encontro com várias populações indígenas. Seu encontro com os Guaicurú aconteceu quando navegava pelo Rio Paraguai a bordo do Vapor Paraná. Suas anotações demonstram certo entusiasmo quando avistou na margem esquerda do rio Paraguai, um Guaicurú armado de lança, montando guarda ao acampamento. Moutinho registrou que não havia nada mais majestoso que o porte altivo do índio Guaicurú, de pisar firme, completamente nu, encoberto somente as “partes que o pudor manda esconder com uma estreita tanga bordada de contas, percorrendo a barranca de larga extensão”. (1869, p.197). Ao entrar em contato com os indígenas, o viajante narrou seu encontro com as mulheres Guaicurú registrando suas impressões,

Em verdade tem ellas seu tanto ou quanto de amaveis, porém desaparece toda a illusão que possão fazer nascer no coração do homem civilizado, logo que se sente o cheiro nauseabundo de seus corpos, devido ao sustento da carne de jacaré, as tintas que em pregão no corpo para afugentar os mosquitos, e ainda á masca de fumo que usão continuamente trazer no canto da bocca. Os pés e as mãos das Guaycurús são de uma delicadeza a invejar por muitas bellezas dos grande salões. (MOUTINHO, 1869, p. 199).

---

<sup>62</sup> Segundo Michelle Perrot (2003) o padrão de beleza das mulheres que era aceito e apreciado pela sociedade ocidental naquele período passava pelos valores e ditames europeus do século XIX onde às mulheres da boa sociedade deveriam ser discretas, as vestimentas deviam cobrir “o peito, as pernas, os tornozelos, a cintura são, cada qual por sua vez, objeto de censuras que traduzem as obsessões eróticas [...] os cabelos disciplinados, cobertos, enchapelados, por vezes cobertos com véu. A mulher tal como deveria ser, principalmente a jovem casadoura deve mostrar comedimento nos gestos, nos olhares, na expressão das emoções, as quais não deixará transparecer senão com plena consciência. A mulher decente não deve erguer a voz. O riso lhe é proibido. Ela se limitará a esboçar um sorriso”. Ver: PERROT, M, *Os silêncios do corpo da mulher*. In, MATOS, M. I. S; SOIHET, R. (org). *O corpo feminino em debate*, p.15.

Podemos considerar que o signo de beleza adotado pelas mulheres Guaicurú e apreciado pelos homens de sua etnia, de certa forma, não correspondia com a preferência do homem civilizado e ao que parece também pelo viajante Moutinho. Neste contexto, Alfredo Taunay em sua obra *Entre os nossos índios* já havia destacado que as mulheres Guaicurú não agradavam ao gosto do homem civilizado. Taunay citou nessa obra os apontamentos de Francisco Rodrigues do Prado em *A História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú*, onde Prado mencionou, “As mulheres nada tem daquella graça engenua da Eva de Milton: a cara larga, e as grossas tintas, com que se pintão, as fazem desagradeveis a vista dos civilizados”<sup>63</sup>

Algumas características descritas que não agradou aos viajantes foi o hábito das mulheres Guaicurú de mascar fumo. O viajante Bartolomé Bossi (1863, p. 31) observou esse hábito entre as mulheres, sobre as quais escreveu: “Llevan constantemente una mascada de tabaco en la boca entre el labio inferior y la encia, que al fin les pone los dientes negros y repugnantes”. Porém, Bossi considerou que esse hábito entre as mulheres seria um signo de beleza para os indígenas, assim como a carência de sobrancelhas. Os pés e as mãos das mulheres foram admirados pelo genovês por serem pequenos e delicados, comparando-os com os das mulheres brancas.

Alfredo Taunay em março de 1866, ao sair da margem direita do rio Taquari, juntamente com a Comissão de Engenheiros chegou à região do Distrito de Miranda, província de Mato Grosso, então parcialmente ocupado pelos paraguaios. Foi nessa região que descreveu os aspectos físicos das mulheres indígenas. Ressaltamos que mesmo em viagem de cunho funcional, como é o caso Taunay, seus olhos se voltaram para os indígenas e as relações que este estabelecia entre si e com os demais grupos sociais existentes nas regiões por onde passou. Nesse sentido, Taunay narrou seu interesse em analisar as sociedades indígenas que habitavam o Mato Grosso no segundo período do século XIX:

Durante a estada prolongada, que tivemos nos morros, procurámos estudar a sociedade que existira no Baixo-Paraguay, analysar a indole dos índios, o elemento mais numeroso n'elle, investigar o grão de civilisação em que se achão e os resultados da convivência com os brancos. (TAUNAY, 1868, p. 111)

---

<sup>63</sup> TAUNAY, A., *Entre os nossos índios; chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaicurus, caingangs*, p. 54.

Nessa perspectiva de observar o grau de civilização e resultado do contato com os “brancos”, Taunay ao iniciar seus registros sobre os povos indígenas, também destacou as mudanças e permanências culturais desses povos mediante as relações estabelecidas com outros elementos não indígenas. Nesse sentido o viajante narrou que as mulheres Quinquinau eram belas, devido à mistura de raças, pois se relacionavam com os brancos e negros “a côr ou é de um amarello escuro de canella (caburé) ou de um branco ligeiramente amarellado” (TAUNAY, 1868, p.14). Ele retratou essas mulheres com uma tez rosada, pura, com os lábios rubros, as gengivas vermelhas, quase num padrão de beleza muito próxima das mulheres brancas. Nesse aspecto observa-se a mistura das mulheres índias com outros elementos fora de sua etnia, como os brancos e negros. Esta miscigenação já trazia fortes mudanças nos aspectos físicos e estéticos das mulheres. Isso parece ter agradado muito o viajante que retratou com maior apreciação as mulheres mestiças.

A miscigenação entre brancos, índios e negros já não era uma novidade no século XIX, pelo contrário, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, os europeus já demonstravam seu interesse pelas “nativas”, ao se relacionarem e procriarem com elas. Porém, como já demonstrado anteriormente na pesquisa o processo de miscigenação nos aldeamentos no século XIX possuía características específicas, pois ele tinha intencionalidades nacionalistas como aponta Vasconcelos (1999) ao afirmar que o papel miscigenador era ponto importante para a constituição da “raça” brasileira e objetivo do Império. Nesse contexto Vasconcelos (1999) pontua o texto de José Bonifácio de Andrada e Silva que fora submetido à Assembléia constitucional em 1823. Lembramos que este texto de Bonifácio tinha como objetivo a integração do indígena à construção do Estado nacional brasileiro este texto sugeria “a introdução de brancos e mulatos nas aldeias para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos índios com nossa gente e fazer deles um só corpo da Nação”.<sup>64</sup> Nesse aspecto, podemos entender que os aldeamentos contavam com uma população não somente indígena, mas havia um fluxo de brancos, negros e mestiços o que para Taunay e Moutinho era um processo positivo, pois essas mulheres estavam cada vez mais se aproximando do padrão de beleza da mulher civilizada através do seu “cruzamento” com outras etnias.

Ainda Taunay mostrou em suas narrativas, a preferência pelas indígenas cujos traços se aproximavam das mulheres civilizadas. Essas foram representadas com maior apreço.

---

<sup>64</sup> Para melhor entendimento ver: VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, p. 39-41.

As mulheres Terena são de estatura baixa: tem a cara larga, beiços finos, cabellos grossos e compridos. A's vezes, o seu typo tem um cunho de amenidade que admira, grande regularidade nas feições e expressão de intelligencia. Trazem commummente parte do busto descoberto e uma julata de algodão cingido abaixo dos seios, com uma das pontas passada entre as coxas e segura na cintura. Raras mulheres sabem fallar o portuguez: todas porém o comprehendem bem, apesar de fingirem não. As mulheres Laiana geralmente são feias: tem os olhos commummente apertados, a cor dubia: não é o avermelhado franco do corpo da terena nem o amarello, algum tanto macilento, da quiniquináo. Entretanto, como em quasi todas as indias chanés, o talho do corpo é elegante e esbelto, as mãos e pés pequenos e delicados (TAUNAY, 1868, p. 18)

Nas descrições de Taunay pode-se notar o papel miscigenador que coube às mulheres no ideário dos viajantes, isto é, elas cumpriam uma importante função no projeto civilizacional do séc. XIX. Posto que, a beleza era mais acentuada nas que se “cruzaram” com outras etnias que não fossem as suas próprias. Ou seja, quanto mais carregadas de atributos ocidentais (mestiças, roupas, fisionomia) mais bonitas as mulheres indígenas eram consideradas. Pelo que se vê o projeto civilizador já estava em marcha nesta região, embora o viajante apontasse ainda aspectos da cultura tradicional indígena como o uso da “julata”<sup>65</sup> que era uma vestimenta tradicional da cultura indígena Guaná. Provavelmente as mulheres Guaná chamavam a atenção dos viajantes pela sua fisionomia que parecia compor um padrão de beleza aceitável aos gostos europeus.

Mesmo diante de um processo de intenso contato com outros elementos fora de seus grupos e envolvidos na dinâmica da política imperial que imputava uma regulação nos aldeamentos, entre eles o estudo e aprendizado de ofícios e, quando possível ou viável o ensino das primeiras letras. Ações que se destinavam a modificar ou fazer com que os indígenas abandonassem seus hábitos culturais, Taunay pode observar que havia certa resistência dentro dos grupos indígenas em incorporarem os hábitos exteriores a sua cultura tradicional: Assim descreveu Taunay

O terena é ágil e activo: o seu parecer exprime, mobilidade; a sua intelligencia é astuciosa e com propensão ao mal. Aceita com diffiuldade as

---

<sup>65</sup> Conforme parecer de Ricardo Franco de Almeida Serra “O unico vestido dos Uaicurús e Guanás, é um grande panno de 16 palmos de largo, e 18 de comprido de panno de algodão bem tecido, e tinto de vermelho, negro e branco, em largas listas, e que lhe dura tresannos em bom estado ; neste panno se envolvem com decencia, e lhes serve igualmente de cobertura quando dormem; as mulheres usam o mesmo, com o accessorio mais de outro panno chamado jalata, de oito palmos de comprido a tres de largura” (1803, p. 350) ver: Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. N.º 17. 1.º Trimestre de 1850.



nossas idéas e conserva arreigados os seus usos especiaes, talvez por espirito mais firme de liberdade [...]. Escondem com gosto os sentimentos que os agitação; fallão com volubildade, usando do seu idioma sempre que podem, e indicando o aborrecimento em se expressarem em portuguez. (TAUNAY, 1868, p. 112).

Contudo essa resistência ao que parece foi registrada apenas por Taunay, visto que anteriormente Castelnau em 1845, ao visitar o aldeamento em Albuquerque, observou que, após a cristianização dos Guaná e após fixarem moradia junto aos brasileiros, seus costumes se modificaram. O contato entre os indígenas e o homem branco acabou por inserir hábitos diferentes da cultura indígena. Exemplo disso foi a adoção de vestimentas diferentes das tradicionalmente usadas pelos homens indígenas, como o poncho curto sobre os ombros, outros ainda adotaram a camisa e um chapéu de palha alto e pontudo. As mulheres Guaná, relatou Castelnau, perderam o costume de arrancar suas pestanas como faziam outras tribos e não utilizaram mais suas tatuagens, também devido ao contato com os brancos. Já em 1845 o viajante descreveu as mudanças nas populações indígenas aldeadas e que foram expressas tanto em seus hábitos como em suas fisionomias.

Ao que parece os viajantes apreciavam as mudanças nos hábitos e cultura das mulheres indígenas. Para eles a inserção de novos hábitos era benéfica. é o que indica o relato de Joaquim Ferreira Moutinho sobre duas índias coroadas aprisionadas pelas chamadas “bandeiras”, responsáveis em “abater” os indígenas considerados perigosos. Os Coroados foram descritos por Moutinho como “carnífices” e causadores de horríveis estragos aos moradores das regiões mais isoladas e também aqueles que habitavam próximos às cidades, além das caravanas que viajavam por essas regiões. Narrou Moutinho, quando estando em Cuiabá presenciou a chegada de uma dessas bandeiras que traziam algumas mulheres. Entre elas estavam duas índias Coroadas que de início lhes causaram grande espanto “Duas raparigas de 14 a 16 anos despedião olhares tão chammojantes, que ninguem ousava tocá-las. E erão bellas entretanto, assim mesmo ferozes”. (MOUTINHO, 1869, p.191). Segundo o viajante, as índias recusaram a princípio os alimentos que lhes foram oferecidos, mas com o tempo acabaram por se acostumarem com os civilizados “hoje estão lindas e bem civilizadas, empregadas como creadas em casas de famílias”, ainda segundo Moutinho que dizia que os índios eram os verdadeiros brasileiros enaltece o método de civilização pela força “Ninguem dirá hoje, ao vê-las bem trajadas e alegres, que são aquellas mesmas que a pouco tempo chegarão a Cuyabá quaos bestas ferozes, querendo esmagar tudo quanto vião”. (MOUTINHO, 1869, p. 191). A prova do benefício estava para Moutinho, que ao perguntar às indígenas

“domadas” aos “usos da civilização” “se querião voltar ao seio de suas famílias”, elas teriam mostrado “Um horror espantoso, dizendo mais que, se lá fossem, senão mortas pelos seus” (MOUTINHO, 1869, p. 191).

Os trechos acima citados por Moutinho revelam as intenções e o pensamento do Império no século XIX visto que, a promoção da civilidade dos costumes e a introjeção do amor ao trabalho pelos indígenas são motes que aparecem insistentemente nos escritos e documentos de seus defensores e até nos Regulamentos como já visto.

Outro relato de Moutinho que defende as mudanças em curso na vida das mulheres indígenas aquele onde ele afirma que o aldeamento de mais digna menção na província Mato Grosso era o dos Quinquinau, na aldeia do Bom Conselho em Albuquerque. Isto porque, ao visitar esse aldeamento quando hóspede do Barão de Villa Maria em seu engenho das Piraputangas em 1862, o viajante descreveu com muito entusiasmo que as mulheres Quinquinau estavam todas “muito bem vestidas e calçadas [...] seus vestidos erão de cambraia branca ornados de fitas azues ou cor de rosa, com cintos da mesma cor do enfeite, e tinham na cabeça grinaldas de flores naturaes muito bem dispostas” (MOUTINHO, 1869, p.137). Para o viajante nada mais bonito do que ver as índias todas muito bem vestidas e dançando a ciranda.

Em outra passagem, Moutinho se refere ao aldeamento dos Guaná que se localizava em frente ao Porto Geral da cidade de Cuiabá. Ele escreveu que nesse aldeamento as mulheres indígenas “vestem-se bem, e não gastão absolutamente fazenda ordinária; os seus vestidos são feitos por ellas mesmas, ao passo que cuidão também das roupas de seus maridos e filhos. Os velhos usão ainda da suas—julatas.—Os seus costumes são um mixto dos usos barbaros com os da civilização” (MOUTINHO, 1869, p. 138)

Em meio aos relatos apresentados e ao tratarem dos traços, fisionomia e das vestimentas dos Guaná, tanto Castelnau quanto Moutinho mostram que algumas práticas desses índios já se distanciavam das demais práticas comuns entre os indígenas conhecidos, porém percebe-se que não houve uma total ruptura com suas culturas. É interessante que as mudanças nas características estéticas das mulheres indígenas são descritas pelos quatro viajantes. Lembramos que quando Castelnau, Bossi, Moutinho e Taunay produziram seus relatos em Mato Grosso, já estava em vigor o *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*. E como já tido este Regulamento propunha, entre outras ações, a agregação de vários grupos indígenas no mesmo espaço, os quais eram administrados por indivíduos indicados pelo governo. Entre as finalidades do Regulamento se destacavam a de

alterar, através da catequese e da mistura das práticas culturais indígenas com as dos brancos, e transformar os aldeamentos em vilas e povoados.

### **3.1.1. As tatuagens e adornos femininos**

Joaquim Ferreira Moutinho em 1860 a bordo do vapor Paraná subindo o rio Paraguai, avistou o acampamento dos índios Guaicurú, o coronel Antônio Peixoto de Azevedo, solicitou ao comandante do vapor que atracasse a terra,

e dentro em pouco estavam todos os passageiros em palestra com esses índios que tantos prodigiosteemfeito. Lembravamo-nos do ter lido na Historia do Brasil os costumes d'esses índios demasiadamente traiçoeiros, e não foi sem repugnancia que nos aproximamos d'elles. Entretanto este receio desapareceu rapidamente, e logo nos achavamos amigos, pelo muito agrado com que fomos todos recebidos. Os Guaycurús são bonitos, de estatura regular, e tem um olhar firme e penetrante. Pintão a cara e o corpo com urucúm e jenipapo, e introduzem estas tintas sob a pelle, formando pinturas burlescas que os tornão curiosos. (MOUTINHO, 1869, p.197)

Um dos aspectos corporais que mais chamou a atenção de Moutinho (1869, p.197) foram as tatuagens indígenas, este relatou que ao chegar ao acampamento dos Guaicurú as mulheres tomaram os braços dos homens “deitamo-nos em um couro de onça que nos tinham oferecido e apresentando o braço a uma Guaycuru, ellanô-lo encheu de ridículas figuras sem significação.” Lévi-Strauss (1993, 195-197), citando o missionário jesuíta Sanchez Labrador que viveu entre os Guaicurú de 1760 a 1770, considera que até este missionário tinha consciência de que essas pinturas guardavam para os indígenas uma importância primordial, pois “era preciso estar-se pintado para ser homem; aquele que ficava no estado natural não se distinguia do bruto.” observe-se que ao tatuar o homem branco, as mulheres e os homens Guaicurús pareciam perceber o “outro” como diferente. Na verdade, pode-se ver nesse confronto cultural entre Moutinho e os indígenas, que era recíproca a vontade de tirar o outro da “selvageria”. A antropóloga Maria Fátima Roberto Machado (1999) afirma, pelos trabalhos etnográficos sobre esse povo indígena, que as centenas de tatuagens diferentes se conservam, ainda hoje, como o seu patrimônio cultural ao longo dos séculos, destinadas

fundamentalmente a diferenciar as suas castas nobres, até como um possível sinal de reconhecimento de “nobreza”.<sup>66</sup>

Francis Castelnau, ao registrar as mulheres Guaicurú relatou que ao chegar a Albuquerque havia uma mulher Guaicurú “do principal da tribo” chamada de Etacaduana (a agulhinha), tinha o rosto enfeitado de figuras regulares, mas não indeléveis, seu corpo era todo malhado como o de uma pantera e usava os cabelos presos com um pente muito parecido com os das mulheres espanholas “mas encimado de uma cabeça de cavalo” (2000, p.367).

Segundo os viajantes as mulheres Guaicurú usavam pequenos pentes ornados de entalhes com desenhos gravados nos cabelos. Os viajantes destacaram a semelhança com os utilizados pelas mulheres espanholas. Ricardo Franco de Almeida Serra (1803) descreveu em seu parecer que os ornatos mais preciosos dos Guaicurú eram os tauxiados de preto que lançavam pendentas ao pescoço em duas e três voltas, tanto homens como mulheres, usando estes ornatos ainda de chapas circulares de 20 até 30 oitavas de pano; trazendo ambos os sexos indiferentemente brincos e anéis de prata, enfeites que muito estimavam, e que lhes aviva a lembrança da amizade espanhola.<sup>67</sup>

Francis Castelnau descreveu que as tatuagens das mulheres Guaicurú, eram diferentes em seu traçado das tatuagens dos homens de sua etnia. Os desenhos tatuados nas mulheres eram indeléveis, não podendo nunca mais ser removidos. A maioria das mulheres, segundo o viajante “ostentava no peito um desenho muito curioso, que também era visto com grande espanto nas ancas dos cavalos e nos lados do corpo dos cachorros” (CASTELNAU, 2000, p. 367). O viajante afirmou que soube mais tarde tratar-se da insígnia do chefe da família, o qual imprimia em tudo o que lhe pertencia.

Sobre as vestimentas e os adornos das mulheres Guaicurú, Moutinho revela que as mulheres ainda conservavam características tradicionais. Esta descrição foi realizada em um acampamento Guaicurú as margens do Rio Paraguai em 1860, quando a bordo do Vapor Paraná o viajante estabeleceu contato com essa etnia.

Envolvem-se em uma manta de algodão tecida por ellas, orlada de contas e pennas. Penteão os cabellos, dos quaes fazem duas tranças que amarrão em

---

<sup>66</sup> Conforme aponta Levi Strauss (1993) sobre as tatuagens indígenas Guaicuru, os nobres exibiam sua condição por meio de pinturas feitas através de modelos previamente recortados numa lamina, ou por meio de tatuagens, que eram o equivalente a um brasão. LEVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*, p. 188.

<sup>67</sup> SERRA, R. F. de A, *Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurus e Guanás*, p. 351.

formula de coroa á volta da cabeça, e algumas os teem raspados na frente. Usão de collares e pulseiras de contas entremeiadas com canudos de prata, e parte d'ellas leva o seu luxo a adereçar os tornozellos com iguaes enfeites. Arrancão com muito cuidado as pestanas e sobancelhas. (MOUTINHO, 1869, p. 199)

Diante do apresentado nos relatos dos viajantes, percebe-se que as representações das mulheres Guaicurú trazem algumas mudanças na cultura estética e corporal. Mesmo resistentes aos aldeamentos como pontua Ana Lucia Herberts (1998) sobre o início do século XIX, onde a Corte de Lisboa determinou que se formulasse um estudo sobre a possibilidade de aldeamento dos índios Guaicurú que habitavam as regiões adjacentes a Coimbra e Miranda, o que foi confiado a Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco Rodrigues do Prado comandantes das posições na fronteira sul na região de Mato Grosso. Em seus pareceres, os dois comandantes “colocaram-se desfavoráveis ao aldeamento dos Guaicurú, apresentando dificuldades para essa realização. O que de fato não aconteceu, pois esses indígenas continuaram a viver como antes” (HEBERTS, 1998, p. 51).

Porém devemos pontuar que os índios Guaicurú mantinham relações de contato com sociedades não indígenas desde outros séculos, mesmo que diante de suas “correrias” e pilhagens. Conforme Ricardo Franco de Almeida Serra em seu relatório sobre os Guaicurú, eles adotaram algumas características da sociedade envolvente como o uso de ornatos e adornos que remetem ao contato com os espanhóis, por exemplo. Lembramos que os Guaicurú atacavam constantemente as povoações do lado Paraguaio e também mantiveram relações políticas com a Coroa Portuguesa. Isso demonstra que mesmo não aldeados, as adoções e mudanças na cultura Guaicurú foram absorvidas.

### **3.2. O trabalho Feminino**

As narrativas dos viajantes mostram também o papel das mulheres no âmbito do trabalho. Taunay registrou que elas “não se esquivarão da mais ardua tarefa. Causava dó vêr debeis moças socando, por esforço de braços, o milho para reduzi-lo a farinha ou descascando no pilão o arroz”. (TAUNAY, 1868, p.114). De todas as mulheres Guaná, as Terena foram consideradas por Taunay como as mais “industriosas”.

Taunay ainda apontou também como índios industriais os Laiana embora o trabalho desses índios fosse o mais aproveitado pela Província, eram “menos constantes e esforçados que os Terena”.

Os índios Quinquinau aldeavam-se em *Euagaxigo* localizada a alguns quilômetros de Miranda, eles foram descritos por Taunay como diferentes dos Terena e dos Laiana por possuírem desenhos no rosto; poucos se voltavam ao cultivo ou a outro trabalho passando o dia deitados sobre couros. Na falta de cereais, coletavam cocos e frutas da mata.<sup>68</sup> Diferente em sua narrativa, Castelnau descreve um aldeamento Quinquinau a leste de Albuquerque, composto por volta de setecentas a oitocentas pessoas. Estes índios foram descritos pelo viajante como muito laboriosos, mantinham com os brasileiros um grande comércio de farinha de mandioca e de arroz. Suas lavouras eram extensas e muito bem plantadas<sup>69</sup>. Embora descritos como os mais voltados ao trabalho, o exemplo dos Quinquinau, oferece uma clara percepção das diferentes maneiras de observações e descrições dos grupos indígenas, pois para Taunay os Quinquinau não se voltavam ao cultivo ou a outro trabalho, para Castelnau os Quinquinau eram laboriosos e possuíam grandes plantações.

Castelnau observou que em Albuquerque os Guaná eram trabalhadores, se ocupavam da agricultura; plantavam cana de açúcar, arroz, algodão, mandioca, fabricavam rapaduras e destilavam aguardente em alambiques de barro, com um cano de espingarda servindo de pescoço. Eram as mulheres responsáveis Pela fabricação da cerâmica composta por jarros e vasilhas de barro, fiavam algodão, com que faziam lindos ponchos tingidos com anil ou cúrcuma. Utilizavam ainda uma tinta parda, que tiravam da casca de uma árvore chamada *maiqué* desmanchada especialmente para esse fim. (CASTELNAU, 2000, 368).

Outro aldeamento mencionado por Castelnau, próximo a Albuquerque, era formado por uma tribo de índios Guaicurú conhecida pelo nome de Uaitiadeus. Toda indústria desses índios consistiam em redes e tangas de tecido de algodão, cuja fabricação aprenderam com os brancos. Os tecidos que faziam eram tingidos de pardo ou de cinza por meio de casca de certas árvores e as plantas que cultivavam eram as mesmas dos brasileiros.

Em relação às mulheres, Joaquim Ferreira Moutinho narrou que as Guaicurú tinham várias funções, entre elas o preparo da farinha de mandioca, a cerâmica e a tecelagem, empregando para tanto o algodão. “No exame que fizemos d'essa malóca, encontramos muitos objectos curiosos feitos pelas indias, como tranças, potes e vasilhas de barro muito bem feitas

---

<sup>68</sup> Taunay, 1868, p. 113

<sup>69</sup> Castelnau, 2000, p. 370

e também bolças de contas e diferentes tecidos de algodão e tucum”. (MOUTINHO, 1869, p.203). Em outro trecho de sua narração Castelnau informa que uma tribo Guaicurú vivia em contínua movimentação pelo deserto, seus membros eram muito ágeis com os cavalos onde iam as mulheres e crianças, juntamente com as esteiras, os couros e os próprios cães, partiam em bando a galope. O viajante ainda narra que estes índios “não vivem senão do saque e dos assaltos que praticam, cometendo não raro morticínios. Nas épocas de abundancia desperdiçam em poucos dias o que lhes poderia servir para meses inteiros” (CASTELNAU, 2000, p.367) Não tendo às vezes outra coisa pra comer senão répteis e insetos, foram descritos como muito felizes quando em suas excursões encontravam nos matos frutos agrestes e algumas gotas d’água escondidas da evaporação na concavidade de certas folhas coriáceas.

Ricardo Franco de Almeida Serra (1803), em seu parecer, narra que os Guaná estabelecidos em Albuquerque subsistiam com plantações de milho, mandioca, grande quantidade de morangas e batatas. As mulheres teciam todos os “annos bons pannos e alguns paicús; e ainda que pareçam assás preguiçosos, esta cultura, com alguma pesca, não só os sustenta e veste, mas os uaicurús, que os olham como seus captiveiros”<sup>70</sup>. Os Guaicurú segundo Ricardo Franco, subtraíam dos Guaná a cada ano uma boa porção ou parte de seu “feudo” daquilo que produziam, sempre com alguma violência, sucedendo-lhe o mesmo com os seus panos. Além desses tributos forçados, os Guaná vendiam todos os anos em Coimbra algumas redes e panos, galinhas, grande soma de batatas, e alguns porcos, tendo assim estas permutações enriquecido mais esta nação do que os,

Uaicurús, fazendo em fim esta fixa morada e util agricultura, que a maior parte dos errantes uaicurús estabeleçam n'estes lugares as suas toldarias em quanto duram aquolles fructos, e a inundaçõ do Paraguay, não alagando ainda aquellas largas campinas, lhes facilita alli pasto para suas numerosas cavalgaduras, sem que os fructos d'esta cultura e o visivel interesse que d'ella tiram os Guanánas vendas que fazem aos portuguezes, sirva de estímulo aos uaicurús para os imitarem. (SERRA, 1808, p. 209)

Podemos observar diante dos relatos, que embora os Guaná fossem considerados quase civilizados pelas autoridades locais, algumas vezes seu comportamento ainda era apontado como resultado de uma herança cultural “primitiva”, em especial nas alianças estabelecidas com os Guaicurú. Para o antropólogo Levi Marques Pereira (2009) a partir do

---

<sup>70</sup> ALMEIDA SERRA, R. F. de. *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costume*, p. 208.

final do século XVIII, levadas migratórias de grupos Terena<sup>71</sup> teriam estabelecido relações de vassalagem com grupos identificados como Guaicurú, já radicados no atual território brasileiro. Para ele a simbiose com os Guaicurú teria protegido os Terena do assédio dos colonizadores espanhóis e portugueses.

Andrey Cordeiro Ferreira (2009) destaca que os diversos artigos (relatos de militares, expedições cartográficas e estatísticas) mostram exatamente o lugar que os índios Guaicurú ocupavam no imaginário da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX, principalmente em razão da sua capacidade guerreira e de sua habilidade política. Assim, os aguerridos Guaicurús teriam servido como uma espécie de escudo de proteção, enquanto, por sua vez, os Guaná/Terena retribuiriam com um suprimento constante de produtos agrícolas cultivados em suas lavouras. Essa relação simbiótica, mas não necessariamente simétrica, teria durado até o estabelecimento dos primeiros colonizadores não indígenas na região, quando a coroa portuguesa manda construir fortes militares e missões católicas na região. A presença desses novos atores sociais abre aos Guaná/Terena a possibilidade de com eles se associarem, diminuindo ou liquidando a dependência mantida até então em relação aos Guaicurú<sup>72</sup>.

Castelnau mencionou um grupo indígena que se estabelecera próximo a Albuquerque formada por uma tribo de índios Guaicurú conhecida pelo nome de Uaitiadeus. Toda indústria desses índios consistiam em redes e tangas de tecido de algodão, cuja fabricação teriam aprendido com os brancos. Os tecidos que faziam eram tingidos de pardo ou de cinza por meio de casca de certas árvores e as plantas que cultivavam eram as mesmas dos brasileiros. Estes índios assimilaram algumas práticas dos brancos, o que configura as trocas culturais diante do contato com o outro.

A partir dos elementos apresentados, os relatos possibilitam pensar que as práticas culturais desses povos foram construídas historicamente num campo de experiências múltiplas e singulares. Pois, diante das relações estabelecidas em sua exterioridade social,

---

<sup>71</sup> Para melhor entendimento para emprego do Terena nesta dissertação, o antropólogo Levi Marques aponta que: “Os antigos Guaná falavam, até o período anterior à guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), diversos dialetos Aruák. Estavam divididos nos subgrupos Terena (Etelenoé), Echoaladi, Quinquinau (Equinquinau) e Laiana (Layana). Ver: OLIVEIRA J. E. de; e PEREIRA L. M., *Perícia Antropológica, Arqueológica e Histórica da Área Reivindicada pelos Terena para a Ampliação dos Limites da Terra Indígena Buriti, Municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. AUTOS Nº 2001.60.00.003866-3 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul. Dourados (Ms), dezembro de 2003.p.242

<sup>72</sup> Ver: PEREIRA, L. M. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*, p. 115.



tanto os grupos Guaná quanto os Guaicurú, criaram em parte uma nova configuração social, onde o conjunto de suas relações históricas juntamente com a nova tendência do contato com os colonizadores possibilitou a ressignificação de sua cultura.

Nesse sentido, as relações estabelecidas em sua exterioridade social podem estabelecer trocas entre as partes, pois o processo de sociabilidade implica justamente nisso. O que ocorre é uma conjunção de elementos partindo do compartilhamento de símbolos que, provenientes de um dos grupos, toma lugar ou ganha significado na cultura do outro, sem destruir, porém, a identidade, mas transformando-a. Para Carneiro da Cunha (1987, p.101-102),

Em suma, a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados [...] Pois o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de estrutura. A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo; e faz da tradição um mito, na medida em que os elementos culturais que se tornaram outros, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos, precisamente para se tornarem diacríticos.<sup>73</sup>

Em meio a essas relações estabelecidas se percebe o esforço feito pelos grupos indígenas para se adequarem a uma forma econômica que se realizava através de relações e interações externas aos grupos. Porém, nesta relação é necessário que exista a reciprocidade, que é justamente o artifício social capaz de criar alianças, cumplicidade e integração dos grupos. Considerando que a política assimilacionista acerca dos indígenas em Mato Grosso no século XIX, acreditava que somente com a catequese instituída nos aldeamentos, e as interações com os brancos, seria possível modificar sua cultura e torná-los civilizados<sup>74</sup>. Esta política estabelecida através dos aldeamentos estimulou o trabalho regular e disciplinado, a diversificação das atividades econômicas, instituindo o comércio de bens e serviços com a sociedade não indígena envolvente.

---

<sup>73</sup> CUNHA. M. C. da. *Etnicidade: da cultura residual mas irreductível*. In: Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.101-102.

<sup>74</sup> Para Manuela Carneiro da Cunha, “civilizar os índios” compreendia a sua incorporação ao Estado, sujeitando-se a leis e costumes regulares, formando um corpo civil, uma sociedade, pois não se reconhecia que os índios formavam, eles próprios, sociedades. Ver: CUNHA. M. C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, p. 170.

As mulheres neste contexto foram também elementos importantes para a realização de uma nova organização e interação social, visto que, a cerâmica, a confecção, os viveres e o cuidado com as lavouras de onde partiam boa parte dos produtos comercializados eram também, frutos do trabalho feminino indígena.

### 3.3. O casamento

As narrativas dos viajantes trazem descrições sobre o casamento e as relações que se constituíam em torno dos pares e suas famílias e como eram contraídos. Neste aspecto, Castelnau narra que o casamento entre os Guaná “é de uso corrente entre estas diferentes nações, mas se porventura algum homem se cansa de viver com uma mulher, ele pode abandoná-la, sob condição de não ter mais de uma ao mesmo tempo”, (2000, p.368). Bartolomé Bossi observou que entre os Guaicurú, assim como os Guaná o homem poderia ter uma esposa por vez: “Se contentan com la posesion de una sola muger, de lacualles es dado separarse por comunacuerdo”. (BOSSI, 1863, p.310).

Os casamentos indígenas estão regidos por uma série de regras que, como todos os demais costumes, diferem grandemente de sociedade para sociedade. A divergência entre as diversas sociedades indígenas com relação ao casamento começa com o número de cônjuges que é permitido a cada indivíduo. Assim, há sociedades que permitem a poligamia, isto é, o casamento de um homem com mais de uma mulher. Outras só permitem a monogamia, ou melhor, se casam com uma só mulher, ou chegando a poliandria que se É O casamento de uma mulher com mais de um homem.<sup>75</sup>

Assim como Bartolomé Bossi, Joaquim Ferreira Moutinho observou que o casamento entre os Guaicurú era monogâmico, porém a separação de casais era frequente, pois com a dissolução dos casamentos tanto o homem quanto a mulher poderiam encontrar novos pares,

Casão-se ainda muito moços, estimão suas mulheres, mas podem separar-se quando lhes convenha. Podem ter apenas uma mulher, de quem não são tão ciosos como os guatós, nem também tão despidos de pudor como a maior parte das outras tribus, que vendem-as por qualquer objeto. Separado um casal, podem um e outro casar-se de novo. (MOUTINHO, 1869, p.202 )

---

<sup>75</sup> MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*, p. 131-132.

Em relação aos Guaná, Taunay (1868) teceu críticas Às relações que se estabeleciam em torno do casamento desses índios,

O casamento é cerimonia pouco usual: os meios de contrahirem-se nupcias são presentes e dinheiro, fonte d'onde dimana a mais horrorosa immoralidade, visto que a ganancia dos paes simplifica todos os preliminares, que, sem dúvida, erão primitivamente exigidos. Por dinheiro obtem-se mulher: quer indio, quer branco ou negro, tem necessidade de sujeitar-se ás condições dos paes, os quaes tambem aconselhão ás suas fdhas a liberdade a mais completa em materia de fidelidade. (TAUNAY, 1868, p. 124)

Ainda Taunay relatou que havia uma submissão das filhas diante da figura paterna quando estas eram vendidas ainda crianças,

[...] D'essa submissão resulta a verdadeira venda que se executa entre o pae de uma mulher nubil e qualquer homem que a queira para companheira ou para mero passatempo: a filha sujeitar-se-ha á imposição paterna, aceitando sem murmurar o esposo, que lhe apresentem ou despresando aquelle, cuja separação aconselharem. (1868, p. 123)

Do ponto de vista de Taunay e Moutinho o casamento indígena se coloca como uma apropriação das mulheres pelos homens, numa relação próxima à aquisição de “mercadorias” o que seria para os viajantes uma horrorosa imoralidade.

Porém, Taunay em sua obra intitulada *A Retirada da Laguna* (1997) narra que adquiriu uma indiazinha Guaná de nome Antônia para servi-lo, esta “mercadoria” lhe custou caro e para atender ao pai da Guaná, lhe pagou:

Um saco de feijão, outro de milho, dois alqueires de arroz, uma vaca para corte e um boi de montaria – o que tudo importava, naquelas alturas e pelos preços correntes, nuns cento e vinte mil réis [...] A fim de vencer a relutância de Antônia, levara-lhe eu um colar de contas de ouro, que em Uberaba, me havia custado quarenta e cinco mil réis (TAUNAY, 1997, p. 299-300).

Taunay dedicou várias páginas À relação amorosa que manteve com Antonia e relembrou com saudosismo os carinhos, a elegância dos gestos e movimentos, e os dias que

passou ao seu lado na Serra de Maracaju, A relação amorosa com Antônia despertou grande sentimento em Taunay:

A bela Antônia apegou-se logo a mim e ainda mais eu a ela me apeguei. Em tudo lhe achava graça, especialmente no modo engênuo de dizer as coisas e na elegância inata dos gestos e movimentos. Embelezei-me de todo por esta amável rapariga e sem resistência me entreguei exclusivamente ao sentimento forte, demasiado forte, que em mim nasceu. Passei, pois, ao seu lado dias descuidadosos e bem felizes, desejando de coração que muito tempo decorresse antes que achava tão separado e alheio. Pensando por vêzes e sempre com sinceras saudades daquela época, quer parecer-me que essa ingênua índia foi das mulheres a quem mais amei.<sup>76</sup>

Seu encantamento pela Guaná foi profundo, visto que Taunay escreveu o conto *Irecê a Guaná*, publicado em 1874 nas *Histórias Brasileiras*, escrito nos seus últimos anos de vida. Os originais de sua obra foram deixados sob guarda do IHGB, com a recomendação de só serem publicados após a morte do autor. Taunay faleceu em 1899 e suas “Memórias” só foram publicadas em 1943.<sup>77</sup>

Taunay narrou que Antônia foi a mulher que mais amou e passou dias bem felizes ao seu lado, mas teve de voltar às agitações do mundo ao qual se achava tão separado e alheio. Percebe-se que o viajante mesmo ao desaprovar a compra e venda das mulheres, utilizou-se do que ele acreditava ser um costume<sup>78</sup> entre os indígenas para se apossar da índia Antônia pagando por ela um alto preço. Para os povos indígenas no casamento a “lei nativa não somente estabelece um laço entre o marido e a mulher, mas também impõe uma relação permanente de mutualidade entre o homem e a família da mulher”.<sup>79</sup> Desse modo, o casamento funcionava como uma aliança, uma oferta de paz e de cooperação onde a família da esposa conquistaria um membro masculino que se encarregaria de manter não somente sua esposa como também sua parentela,

---

<sup>76</sup> TAUNAY, A., *A Retirada da Laguna*, p. 301-302.

<sup>77</sup> SILVA, V. C. da. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*, p. 45.

<sup>78</sup> Conforme o antropólogo Malinowski o costume nas sociedades indígenas funciona como uma norma que não tem um poder coercitivo formulado por códigos escritos, mas ele é absorvido por “aquiescência automática, essa submissão instintiva de cada membro da tribo às suas leis é o axioma fundamental, a base da investigação da ordem primitiva e da adesão à norma”. Ver: MALINOWSKI, B., *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, p. 15.

<sup>79</sup> *Ibid.* 2008, p.35

No casamento mais regular e muito mais raro, o noivo escolhe a sua esposa, quando ainda ella é criança: trata d'ella, dá-lhe roupa, concorre para a alimentação dos paes dos quaes é considerado filho e recebe tal tratamento. Aos 10 annos, mal apontão os peitos, ainda não nubil, é a noiva entregue ao seu marido e enrolada com elle n'uma esteira, ao redor da qual os convidados dançam, cantando, bebendo aguardente e comendo os presentes que são a parte mais importante do casamento. Esse habito de entregarem meninas a homens é geral: d'elle tirão os progenitores maior lucro, dimanado da luxuria em seus desmandos brutaes, pois essas infelizes crianças são procuradas e obtem quasi sempre altos preços. E' o effeito de idéas desmoralisadoras e nojentas. (TAUNAY, 1868, p. 126-127)

Mesmo se apossando de Antonia e utilizando-se do que acreditava ser imoral ao relatar sua visão sobre o casamento indígena, o viajante advinha de uma sociedade de modos ocidentais como era a sociedade brasileira do século XIX. Nesse contexto, percebe-se que estes relatos foram construídos através do filtro de sua cultura moldados pelas regras de conduta e os dogmas moralizantes da religiosidade da época. Se pensarmos que numa sociedade em que a maior parte dos seus integrantes professava a fé católica, o matrimônio não era apenas um contrato, mas também um sacramento conforme as condições disciplinares impostas pelo Concílio de Trento, que invalidavam, nos seus efeitos, os casamentos não celebrados pela Igreja<sup>80</sup>. A Igreja por sua vez orientava a moral cristã, e o sacramento matrimonial se constituía como um fator imprescindível para determinação de padrões de sexualidade de acordo com a moralidade religiosa. A doutrinação do cristianismo solidificou um modelo de casamento limitador monogâmico e indissolúvel.<sup>81</sup> Neste sentido, ao que parece a igreja trabalhou para que este modelo de casamento fosse introduzido nas sociedades indígenas que eram caracterizadas por uma repreensível liberdade sexual.

Nas sociedades indígenas os casamentos serviam para estabelecer alianças entre aldeias e reforçar os laços de parentesco. O matrimônio não era algo apenas do interesse do homem e da mulher que o contraíam, mas envolviam interesses mais vastos, isto é, os dos grupos a que o homem e a mulher pertenciam. Nenhum indivíduo está completamente isolado pertence a uma família, a uma linhagem, a um clã ou a outros grupos de parentesco. Quando se casa envolve nesse ato todos os indivíduos de seu grupo.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> SAMARA, E. de M. *Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX*, p. 91-105.

<sup>81</sup> GOLDSCHMIDT, E. M. *Convivendo com o pecado na sociedade paulista colonial (1719-1822)*. p.32-33.

<sup>82</sup> MELATTI, 2007, p. 133.

Na sociedade Guaicurú, por exemplo, o antropólogo Lévi Strauss (1993) registrou que esta etnia se dividia em três castas, onde as preocupações se voltavam em não contrair matrimônios desiguais. Cada casta tendia a voltar-se sobre si mesma, na busca da coesão de todo o corpo social. Em particular, a endogamia das castas e a multiplicação dos matizes de hierarquia deviam comprometer as possibilidades de união conforme as necessidades concretas da vida coletiva. Somente assim, segundo o antropólogo, se explica o paradoxo de uma sociedade rebelde à procriação, que para se proteger dos riscos de maus casamentos internos, veio a praticar o racismo ao inverso, constituído pela adoção sistemática de inimigos ou de estrangeiros.<sup>83</sup>

Lévi-Strauss (1993) ainda traz uma explicação minuciosa sobre organização social Guaicurú, para ele, no topo da escala social, os nobres se dividem em duas ordens, grandes nobres hereditários e indivíduos enobrecidos, geralmente para sancionar a coincidência de seu nascimento com a de uma criança de alta condição. Ainda, os grandes nobres se distinguem em "mais velhos" e "mais novos". Vinham em seguida os guerreiros, entre os quais os melhores eram admitidos, depois de iniciados, numa confraria que dava direito ao uso de nomes especiais e ao emprego de uma língua artificial, formada pela adjunção de um sufixo a cada palavra. Os escravos Chamacoco ou de outra origem e os servos Guaná constituíam a plebe, ainda que estes últimos tivessem adotado, para suas necessidades próprias, uma divisão em três castas, imitada dos seus senhores.<sup>84</sup>

Este contexto cultural dos Guaicurú em se casarem entre indivíduos de mesma casta foi expressa por Moutinho “O nobre não pôde casar-se com mulher que não tenha igual nascimento, o se acaso tenta unir-se a uma plebea ou escrava, é banido da raça dos nobres e considerado traidor” (MOUTINHO, 1869, p.202). Segundo o antropólogo Cordeiro Ferreira (2009) havia uma extensa miscigenação dos Guaicurús com a etnia Guaná, este processo era um mecanismo de interação entre esses índios e se dava pelo significativo número de casamentos interétnicos comumente homens Guaicurú com mulheres Guaná. Os Guaicurú se organizavam em unidades segmentares, dispersas territorialmente, praticavam o casamento matrilocal e apresentavam grande mobilidade espacial estreitando suas relações.

Num contexto de interação cultural, em que várias instituições indígenas foram apropriadas e transformadas pelos colonizadores, em especial as relações de parentesco-aliança estabelecidas entre Guaicurú-Guaná, através das parentelas de suas respectivas

---

<sup>83</sup> LEVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*, 1993, p. 202.

<sup>84</sup> *Ibid.* 1993, p. 188.

chefias, os Guaná eram quem forneciam as mulheres para casar-se com os Guaicurú. Alguns documentos do século XIX, ao retratar o casamento entre os Guaicurú, trazem apontamentos onde a mulher não poderia se casar com indivíduos de outras castas e com seus cativos, pois “são tractados com muita brandura; nem os obrigam a trabalhar; mas é vergonha para a gente das outras castas o casar com a desta. Vae tão longe esta preocupação que se uma viuva casa com um escravo, os filhos que tinha a despresam”<sup>85</sup>. No entanto, os viajantes apontam que o hábito entre os homens em deitar-se com suas cativas não era algo incomum ou mesmo intolerável, desde que não houvesse casamento:

O nobre não póde casar-se com mulher que não tenha igual nascimento, o se acaso tenta unir-se a uma plebea ,ou escrava, é banido da raça dos nobres e considerado traidor. De resto, entre elles, como entre todas as classes da sociedade, ha a falta da fidelidade á esposa, mas este acto não é tomado como rebaixamento de dignidade ; nem a propria mulher sabendo, repudia por isso o marido, ou despresa a escrava” ( MOUTINHO, 1869, p. 202).

Os cativos eram capturados durante ataques Guaicurús a outros povos. Cardoso de Oliveira (1976) aponta que “outros povos indígenas eram frequentemente atacados pelos Guaicurú (eventualmente com apoio dos Guaná), povos como: os Txikito, os Guaxi, os Guató e os Chamakoko, que quando vencidos tinham seus membros transformados em “cativos”. Os viajantes observaram que os cativos eram mulheres e, principalmente, crianças,

O luxo dos Guaycurús é possuir escravos, que obteem por meio das guerras que fazem annualmente ás outras nacões, que levão sempre de vencida, matando os homens e aprisionando mulheres e creanças, a quem consideram como captivos, mas os tratão com muito amor e cuidado, poupano-os a todo o trabalho que preferem fazer a encomoda-los ou molestar-los (MOUTINHO, 1869, p. 198).

Ainda Moutinho (1869, p.199) descreve sua conversa com uma mulher Guaicurú que estava rodeada por crianças, onde o viajante *a priori*, julgou serem seus filhos,

---

<sup>85</sup> O Panorama: Semanario de Litteratura e Instrucção: Volume 3 - Sociedade Propagadora dos Conhecimientos Uteis (Lisboa, Portugal),1839, p.157.

As mulheres fazião-se coroar de raparigas que as acompanhavão sempre, e os homens de rapazes pela mesma fôrma. Julgamos a principio que seriao filhos, mas perguntando, uma d'ellas nos respondeu com bastante orgulho: —E' mia catibero.

Ao que parece muitas das relações estabelecidas com outros grupos étnicos vinham de confrontos intertribais. Eram desses confrontos que os Guaicurú traziam crianças e mulheres para constituírem sua sociedade. Nesse contexto, pode-se concluir que a criança, tanto vindas das guerras de captura quanto as nascida dos casais indígenas, ocupava um lugar central dentro dessa organização.

Sobre a forma como eram contraídos os casamentos entre os Guaicurú, Francisco Rodrigues do Prado em seu manuscrito de 1795, em a *História dos Índios Cavaleiros ou nação Guaycuru*<sup>86</sup> descreveu que o homem fazia a escolha da mulher com quem queria se casar,

[...]e depois a pede ao pai, que, si a concede, o faz dormir com a noiva a primeira noite junto a si. sem que tenham ajuntamento carnal; e ao outro dia entrega-lhe a filha, sem mais dote que seus poucos enfeites, tendo de ser herdeira em igual parte com os irmãos nos cavallos e captivos que o pai deixar por sua morte.É costume entre elles vir o marido para a casa da mulher, e o pai e mãe nunca mais fallarem ao genro. Seguem no matrimonio os antigos Romanos, isto é, casam-se com uma só mulher, e fica ao alvedrio de ambos os consortes poderem separar-se e contrair nova alliança, quando não são contentes um do outro; mas estas separações bem raras vezes se vêem: parece que os domina o sentimento de que um vinculo, a que acompanha a inclinação, e que o gosto faz agradável, deve ser indissolúvel". (PRADO, 1839, p.34)

Este manuscrito mesmo realizado no final do século XVIII, pouco se diferencia dos relatos escritos pelos viajantes no século XIX, pois estes índios diferentes dos Guaná mantiveram-se muito mais fiéis às suas tradições, talvez “por serem nômades e guerreiros”.

Uma interessante observação do viajante Moutinho foi a existência de homossexualidade entre os Guaicurús e outros povos indígenas,

---

<sup>86</sup> PRADO, F. R. do. *História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycurú*. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. T. I, 2. ed., n. 1, 1795. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839. Foi comandante do Forte de Coimbra. Esteve em contato direto com os Eyiguayegui e escreveu sobre a vida desses índios.



é muito usual o vício da pederastia e os seus —cudinas—usão enfeitar-se muito, e tomão gestos feminis. Em outras tribus notamos a mesma abominação. E' de longa data este vício terrível entre os aborígenes, onde, como nas classes civilizadas o deboche tem sempre um culto, em detrimento das leis divinas. (MOUTINHO, 1869, p.202).

Francisco Rodrigues do Prado (1839) também fez apontamentos sobre os *Cudinas* que eram considerados como mulheres entre os Guaicurú, vestiam-se, teciam, fiavam, eram ceramistas e tinham trejeitos e modos femininos. *Cudinas* segundo Prado era "nome que dão a todo o animal castrado; e verdadeiramente elles são as meretrizes desta nação, que faz uso do peccado amaldiçoados por S. Paulo, o outros que impedem a propagação humana". (PRADO, 1839, p.32). Segundo Torrão Filho (2000), viajantes que estiveram na região sul de Mato Grosso observaram entre os Guaicurús a existência de homens chamados cudinhos que imitavam em tudo o comportamento das mulheres, não sofrendo nenhum tipo de preconceito.

Em relação aos índios Guató, Joaquim Ferreira Moutinho quando esteve às margens dos rios S. Lourenço e Paraguai, registrou a presença de cinquenta casais que estavam em suas *Moueu*, - habitações flutuantes feitas de esteiras de filamentos das árvores- movendo-se rapidamente com suas mulheres e filhos pelos rios. Os Guató diferentes das outras etnias são descritos como poligâmicos praticantes da poliginia, (quando os homens possuem mais de uma mulher) e eram extramentes ciosos de suas mulheres. Segundo Moutinho as mulheres não se apresentavam ao homem civilizado, senão com os cabelos caídos sobre a fronte, para que sua beleza não seja vista pelos estrangeiros. O viajante aponta que é de costume entre eles, não se casarem sem que tenham morto ao menos uma onça, seria a prova do valor e de estar apto a defender e sustentar sua mulher. Porém se matarem duas onças, o homem tem direito a duas mulheres, e assim vão aumentando o seu "harém ou serralho" pelo numero de onças que consegue abater". (MOUTINHO, 1869, p. 180).

Moutinho narrou seu encontro com um cacique Guató de nome João Rebanho, um cacique afamado que tinha para cima de 20 mulheres. O viajante estabeleceu contato com o cacique que lhe pediu fumo para suas mulheres. Apontando uma a uma as mulheres que estavam de cócoras com os cabelos a cobrir os rostos e os seios. Segundo o viajante um de seus companheiros, perguntou a João Rebanho para que queria tantas mulheres, e rematou pedindo-lhe uma. Moutinho narrou que o cacique não se abalou e respondeu:

—Si ocê trá su muyê pr'a mi, yo dá muyê pr'a oce”. (MOUTINHO, 1869, p. 180)

Segundo Moutinho os Guató mesmo ciosos de suas mulheres como afirma, elas “pouca fidelidade guardão aos maridos”. (1869, p.180). Castelnau também narrou seu encontro anos antes de Moutinho com o índio Guató João Maria, narrou o viajante que em uma noite às margens do rio Paraguai foi visitado por vários índios Guató,

Um deles, chamado João, tinha onze mulheres. Na escuridão da noite, era espetáculo dos mais curiosos o destes índios, em pé na proa de suas canoas, que habilmente sabiam manobrar por meio dos compridos varejões. De cabeleira revolta, como se fosse uma crina agitada pelo vento, davam às vezes a impressão de sombras saídas do seio das águas. (CASTELNAU, 2000 p. 234)

Para Castelnau o ciúme é a paixão que mais atormentavam os Guató; que viviam constantemente absorvidos com a guarda de suas muitas mulheres. As mulheres por sua vez, segundo o viajante, não guardavam fidelidade aos seus maridos,

A língua destes índios é extremamente doce, principalmente nos lábios das mulheres. Já vimos que estas estão muito longe de possuir com exclusividade o amor de seus maridos, visto como cada homem possui várias esposas. O número delas em cada família varia de três a doze. São muito bonitas de feições, e é impossível deixar de admirar os longos cabelos pretos que lhes caem livremente sobre os ombros. Há porém em seu semblante uma profunda expressão de melancolia; uma escrava não seria mais triste do que elas. (CASTELNAU, 2000, p. 323)

Castelnau aponta que nunca havia mais do que um homem em cada casa, talvez pelo ciúme exacerbado dos maridos, quando o filho homem atingisse a puberdade procurava as mulheres com quem passaria a levar vida independente. O que nos chama a atenção nestas narrativas, é a proximidade dos apontamentos de Joaquim Ferreira Moutinho com as narrativas de Castelnau, sendo que ambos relatam em tempos diferentes. É sabido que Moutinho leu a obra de Castelnau, citando-a em suas narrativas. Isso nos faz supor, que ao

empreender sua viagem, Moutinho poderia ter idéias e informações pré-concebidas devido a sua leitura anterior da região e dos indígenas que ali habitavam.

No caso da suposta infidelidade das mulheres, tanto Castelnau quanto Moutinho as descrevem como infiéis, porém não explicitaram a razão de haverem acentuado essa características às índias Guató deixando apenas sugerido este apontamento.

### **3.4. O corpo e a reprodução: de infanticidas a mães extremosas**

Os significados relativos aos hábitos e tradições culturais indígenas, principalmente as que se referiam ao aborto e ao infanticídio praticados pelas mulheres, se apresentam nos relatos com diferentes argumentos. Taunay (1868) ao traçar comentários sobre as mulheres Guaná quando cientes de sua gravidez praticavam quase sempre o aborto,

Para sobrestar essa marcha infallível e temida, procurarão ellas sempre provocar os mórtoos, para o que usão, por conselhos de suas proprias mães e velhas da aldea, de hervas\*, e sobretudo choques e apertos no ventre. Assim rara é a india, que tenha tres filhos; quasi sempre um ou dous, concebidos na idade em que a faceirice não é de uso. (TAUNAY 1868, p.124-125 )

Ainda neste contexto, Taunay narrou sobre as práticas de aborto das mulheres Guachi<sup>87</sup>,

Uma tribu, que desapareceu do districto quasi totalmente, é a dos guaxís, da qual se encontrão só alguns individuos, confundidos com gente de outra nação. Esta extinção é devida ao habito extraordinariamente immoral da morte dos fetos no ventre das mães, as quaes produzem os vómitos, usando de hervas e raizes apropriadas. Os laianas vão tambem pouco a pouco se extinguindo e, apesar do contacto continuo com os mirandenses, iguaes factos se dão entre quiniquináos e terenas. (1868, p.116)

---

<sup>87</sup> Eremites de Oliveira aponta que “os Guaxarapo correspondem a um grupo canoeiro, atualmente extinto, de provável filiação lingüística na família Guaicuru, também conhecidos como Guachi, Guachico ou Guacharapo, e que habitaram a porção Centro-Sul do Pantanal Mato-grossense, principalmente os rios Taquari, Miranda e parte do Paraguai”. Ver: OLIVEIRA, J. E. *OS ARGONAUTAS GUATÓ: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*, p. 43.

A mesma reação de espanto e crítica foi relatada por Bossi diante de uma situação semelhante,

Las mugeres ponen mayor esmero en este indeleble adorno. Estas, hasta que no empiesan á criar sus hijos se mantienen una grosor moderada, cuando se acercan á la vejez se ponen por lo general disformes. La muger, solo cuando llegáá treinta años conserva sus hijos : antes procura siempre abortar, y se sirve de los medios mas crueles y barbaros, haciendose estropear' y pisotear el vientre. - - Solo despues de los treinta años comienza á preocuparse de la conservacion de su prole; debiendo notarse que esa raza de mugeres son irreprochables desde entonces como madres de familia, por los cuidados y la ternura que consagran á sus hijos. (BOSSI, 1863, p 30)

Também Castelnau narrou a prática do aborto entre as indígenas conforme sua visão,

Nos Guaxis essa horrorosa praxe parece provir de um preconceito religioso e uma vontade deliberada de extinguir a própria tribo; mas, entre os Guaicurús, os Guanáe principalmente entre os Terenos, dir-se-ia resultar da faceirice das mulheres, empenhadas em fugir ao sacrificio da amamentação e conservar pelo maior tempo possível, a aparência de juventude. As crianças são geralmente mortas antes de nascer; mas é também frequente mataram-nas depois. Entre os Guaicurús, muito particularmente, haveria o hábito de abandonar os recém-nascidos a sua própria sorte, quando estes os estorvavam em suas longínquas excursões. (CASTELNAU, 2000, p.372)

A prática do aborto ainda é relatada nas narrativas como algo que diferenciava o papel da mulher na sociedade indígena. Taunay descreveu uma jovem índia Quinquinau que, com dezessete anos abortara por seis vezes, no último parto o feto, completamente desenvolvido, logo ao sair do útero, foi estrangulado pela própria avó, a qual, desde muito declarara que só perdoaria se a criança fosse do sexo masculino. Quase sempre aconselhadas pelas mães e as mulheres mais velhas (*memés*) utilizavam-se além de ervas e drogas, choques e apertos no ventre. O destino das mulheres na sociedade indígena era uma “marcha infallível e temida” justificando assim, não somente o aborto de crianças do sexo feminino como os infanticídios por elas praticados. Também justificara o aborto como algo que as deixavam menos sedutoras aos olhos dos homens, pois ao engravidar as mulheres segundo o viajante ficavam completamente “estragadas: os seus seios, com a prolongada pressão, pendem ao longo do corpo, o qual também, pelo hábito de carregarem as crianças cavalgando n'um dos quadris,

fica arqueado e desengraçado”. Assim, “rara é a índia, que tenha tres filhos; quasi sempre um ou dous, concebidos na idade em que a faceirice não é de uso” (TAUNAY, 1868, p.117).

Francisco Rodrigues do Prado e Ricardo Franco de Almeida Serra que estiveram com os Guaicurú, entre o final do século XVIII e início do século XIX, trazem algumas justificativas para a opção pelo aborto ou o infanticídio praticado pelas mulheres, indígenas. Para Prado (1839, p. 26)

O marido ama ternamente a mulher: he verdade que bem pago fica; pois ella tem hum desvello excessivo em o agradar , tanto que , em se sentindo pejada, mata a creatura no ventre, para que durante a criação da próle o não incommode; isto em quanto ellas não passam da idade de 30 annos, porque depois se concebem, e felizmente parem , os crião [...] Pôde ser tambem que á causa de matarem os filhos no ventre seja o costume , que entre este povo ha , de não ter communicação o marido com a mulher durante a prenhez e criação dos filhos

Para Serra (1866, p. 355) se a mulher deixava o filho nascer ficaria difficil separar-se do marido e relacionar-se com outros homens,

Como estes casamentos são de pouca dura, por isso não ha união de bem, pois desmanchados elles, voltam os maridos para a sua familia e rancho: e só quando tem algum filho da mulher as tratam sempre como taes-, ainda que se casem com outras, cujos-filhos raras vezes deixam nascer para não servir de tropeço a esta usual' separação.

Serra (1866, p. 357-358) ainda apontou diversas justificativas para a prática do aborto entre as mulheres Guaicurú,

Outro fim é porque tendo filhos a mulher se não separa do marido até á morte; e como elle se agrada muitas vezes mais da segunda mulher do que da primeira, fica esta sendo como a mordoma da casa, sem que possa também buscar segundo marido, prática que não sendo muito do seu gosto, lhe sujeita aquelles voluntários e repetidos abortos, que também praticam para acompanharem os homens nas suas expedições, o que não podem fazer prenhes ou paridas. Os mesmos homens para se não livrarem d'aquella carga obrigam muitas vezes a que as mulheres matem os filhos: quando o homem larga a mulher, a primeira acção que ella faz é pelo affecto que tem, no

entretanto com raiva como por não querer filho sem pai, o ter maior dificuldade para segundo marido.

A leitura destes documentos nos mostrou diversas justificativas para o aborto cometido pelas mulheres Guaicurú. O que se pode considerar é que na visão dos viajantes e de Francisco Rodrigues do Prado e Ricardo Franco de Almeida Serra o homem foi elemento central para que o aborto fosse cometido pelas mulheres. Essa concepção coloca o feminino indígena entrelaçado com a luxúria, a sexualidade supostamente exacerbada e a falta de pudor - que na perspectiva dos observadores aparece como insígnia da decadência moral dos indígenas, porém, estes eram atributos das mulheres; nesse caso, os homens indígenas foram relativamente poupados.

As mulheres Guaicurú praticavam com frequência o infanticídio e o aborto, e poucos casais chegavam a criar mais de um filho. As crianças capturadas nas guerras, já mais crescidas, eram criadas como pertencente ao grupo e repunham a população das aldeias. Apesar dos cativos realizarem alguns dos trabalhos mais pesados e considerados indignos, como plantar. Muitos foram incorporados à sociedade Guaicurú. Nos relatos, o que se observa é a inferência de valores morais da sociedade ocidental de influência cristã, principalmente nas situações de interrupções dos nascimentos. Visto que, desde muito cedo a mulher ocidental que praticava o aborto e o infanticídio, era considerada criminosa, estes atos também eram tomados como práticas heréticas e demoníacas.<sup>88</sup>

Ainda, para muitos viajantes, a prática do aborto e do infanticídio estava tornando cada vez mais escassa a população indígena Guaicurú. O Pe. José Sanches Labrador comenta em sua obra *El Paraguay Católico* que “como resultado dessa crueldade existem poucas crianças nas tendas dos Guaicurú. Em todas elas conheci apenas quatro casais que tinham dois filhos, uma exceção à regra geral: o resto tinham um ou nenhum”.<sup>89</sup> Francisco Rodrigues do Prado (1839, p. 31) também declarou “[...] Pois conhecendo 22 capitães (nobres), que terá cada um perto de 40 anos de idade, e sendo todos casados, só um tem uma filha, razão que me faz supor, que esta nação vai acabar-se”.

Diferente dos apontamentos apresentados nas narrativas dos viajantes e dos documentos oficiais, Herberts (1998), em seu estudo sobre a área, o assentamento, a subsistência e a cultura material do grupo indígena Mbayá-Guaicurú entre os séculos XVI e

---

<sup>88</sup> DEL PRIORE, M.; e BASSANEZI, C. *História das mulheres no Brasil*. 2006, p.204.

<sup>89</sup> LABRADOR, J. S.. *El Paraguay Católico*, p. 31.

XIX, aponta outra visão sobre a extinção destes índios. Para ela, essas tribos se desintegraram rapidamente, consequência do mestiçamento intertribal, do alcoolismo e das frequentes epidemias de varíola, restando somente no fim do século XIX, com seus remanescentes mais expressivos, a tribo dos Kadiwéu, que abandonaram seus assentamentos chaquenhos à margem do rio Paraguai, localizando-se principalmente na região dos rios Nabileque, Niutaque e Branco. Conforme Herberts a verdadeira decadência efetuou-se na guerra paraguaia (1865-1870), da qual os Guaycurú-Mbayá participaram. Seu número não só sofreu dizimação através das perdas da guerra, mas também através do contato com os soldados dos quais adquiriam doenças venéreas e alcoolismo.<sup>90</sup>

As questões sobre o aborto e o infanticídio entre as mulheres indígenas Guaná e Guaicurú ganhou destaque no estudo realizado por Roberto Cardoso de Oliveira sobre a estratificação social e étnica dos Terena,<sup>91</sup> para ele, embora este subgrupo dos Guaná tivesse como hábito o aborto e o infanticídio, este não atingia a mesma proporção que os Guaicurú. Visto que, a relação dos Guaicurú com os Terena favorecia o desenvolvimento da população Guaicurú, reduzida por essa experiência. Possivelmente, a prática do aborto, evidenciadas em etnias distintas tenha sido uma experiência compartilhada ou apropriada de maneira particular por diferentes grupos que interagem entre si.

Sobre a maternidade e a criação das crianças nas sociedades indígenas, são comportamentos apontados como ambivalentes no sentido de serem extremamente carinhosos e tratarem com muito amor as crianças que traziam das relações conflituosas intertribais e, simultaneamente, o aborto e o infanticídio se faziam frequentes entre as mulheres. Ricardo Franco de Almeida Serra em 1803 já havia anotado esta ambivalência entre os indígenas Guaicurú,

A summa indiferença com que olham para os mais visíveis sentimentos e princípios da religião e da lei natural, que só nos corações d'estes homens parece se não acha gravada: a crueldade com que aniquilam a sua mesma raça, incompatível com o extremoso mimo e amor com que tratam e criam algumas crianças que compram, e furtam às nações vizinhas, maiormente aos próprios filhos, que raras vezes deixam nascer. (SERRA, 1850, p. 197)

---

<sup>90</sup> HERBETS, 1998, p.53.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, R. C. de. *Urbanização e Tribalismo. A Integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes*. 1968.

A afeição que as mulheres indígenas dedicavam aos seus filhos é predominante nos discursos dos viajantes. Porém, as mulheres indígenas Guaicurú só permitiam a gravidez quando se sentiam mais maduras para conceber. Bartolomé Bossi sublinha que “despues de los treinta años comienza á preocuparse de la conservacion de su prole; debiendo notarse que esa raza de mugeres son irreprochables desde entonces como madres de familia, por los cuidados y la ternura que consagran á sus hijos”. (1863, p.30). Moutinho também narra que a gravidez das mulheres Guaicurú acontecia após os 30 anos,

Antes de 30 annos a Guaycurú não se sujeita a um parto natural, não só para não envelhecer amamentando o filho, como mesmo porque corre entre essa nação o falso preconceito do quo os filhos não estimão os paes. Quando uma Guaycurú se resolve a crear o primeiro filho, torna-se então extremosa e dedicada ao último ponto, e zela com muito interesse da creança. Antes d'isto provocáo abortos pelos meios mais brutaes, logo que teem consciencia de sua gravidez. (MOUTINHO, 1869, p.198)

O cuidado com as crianças se estendiam não só para filhos legítimos como para as capturadas nas guerras travadas pelos Guaicurú com outros grupos indígenas. Os homens traziam essas crianças para suas mulheres cuidarem. Elas por sua vez, as tratavam com carinho incorporando-as ao grupo. Os documentos que trazem apontamentos sobre os Guaicurú destacam como as crianças eram recebidas pelas mulheres do grupo: “todos os annos fazem correrias para matarem selvagens d'outras tribus, e captivar-lhe mulheres e filhos. Se as creanças são ainda tão tenras que precisem de serem amamentadas e perderam a mae, a mulher do guaicurú , que as arrebatou, lhes dá de mamar”<sup>92</sup>.As mulheres Guaicurú eram capazes de amamentar enquanto cavalgavam., tão habituadas estavam em montar.

O cuidado e a afeição que as mulheres indígenas dedicavam as crianças foi também destacada por Taunay entre as Guaná: “A affeição que as mães demonstrão pelos filhos, que um pae tributa â familia, a amizade que une os irmãos, são edificantes, os extremos tocantes. Assim os paes servirão com toda a dedicação a seus filhos, que lhes obedecem cegamente. Isto em cada grupo, em cada circulo”. (TAUNAY, 1868, p.230). Sobre o período em que as Guaná amamentavam, o viajante sublinhou que “as mulheres amamentão as crianças por tempo indeterminado: vimos rapagotes de seis a sete annos, que vinhão correndo suspender-se aos seios de suas complacentes mães”. (TAUNAY, 1868, p. 123).



No período da gestação e resguardo as mulheres indígenas evitavam relacionar-se com seus maridos, “logo que a mulher se sente pejada e quer deixar nascer o filho o marido a não conhece em todo este tempo” o mesmo ocorria no período em que amamentavam “nem no da criação que deita a quatro e cinco annos, que tanto mamam as crianças, casando-se n’este intervalo com outra mulher; porque dizem que usando da sua mulher, ou morre o filho ou fica o filho doente para sempre”.<sup>93</sup> Percebe-se que do período da gravidez até a amamentação, os homens deixavam suas mulheres e relacionavam-se com outras, findado este período o relacionamento entre ambos se tornava mais duradouro e a dedicação do casal voltava-se para os filhos.

Como pode ser visto as fontes pesquisadas são importantes para se conhecer a representação feita pelos viajantes sobre as mulheres indígenas e, na medida em que essa representação não se dá a partir do vazio, mas a partir do contato, elas também são fontes para uma aproximação das experiências histórico-culturais dessas mulheres, naquela época e contexto. Ou seja, as fontes podem ser lidas sob duas perspectivas. Por um lado trazem dados etnológicos e históricos, por outro, trazem informações sobre o pensamento dos viajantes e intelectuais oitocentistas. Assim como, também oportuniza a visualização do processo de transição através de novos contatos com os agentes do Estado e da sociedade não indígena.

Percebemos que as mulheres tiveram mudanças em suas fisionomias, nas vestimentas e no modo de se relacionarem com a sociedade envolvente mediante relações de troca, como os intercâmbios e comércio dos seus produtos, principalmente daquelas que estavam submetidas à política de aldeamento e catequese empreendida pela política imperial que imputava uma regulação social e disciplinar aos indígenas.

As mudanças nas sociedades indígenas são percebidas como ressignificação de suas culturas, visto que não houve um total rompimento com ela. Nesse contexto pontua Eremites (1995, p. 70) ao se referir aos remanescentes dos grupos aqui pesquisados: “Apesar de vários grupos ter sido extintos, há ainda remanescentes, como o Guató, Kadiwéu e Terena, que possuem representantes falantes da sua língua original”. Este apontamento de Eremites demonstra que os grupos atualmente extintos mantiveram em seus remanescentes a identidade social como grupo étnico, pois ainda são sociedades indígenas e assim são identificados.

Convêm lembrar que aspectos como o aborto e o infanticídio, ainda estavam fortemente presentes nos hábitos e na cultura das mulheres, porém as justificativas para tais

---

<sup>92</sup>O Panorama: Semanario de Litteratura e Instrucção: Volume 3 - Sociedade Propagadora dos Conhecimientos Uteis (Lisboa, Portugal), 1839, p.157.

<sup>93</sup> SERRA, R. F. de A. *Continuação do parecer sobre os Índios Guaicurus e Guanás*, p. 351.

atos foram postas de acordo com os padrões morais e as regras de conduta daqueles que as registraram.

Quanto às mulheres especificamente o que mais chamou a atenção dos viajantes foram os modos de comportamento sexual, o trabalho feminino e das relações maternas. Nesse sentido as representações femininas indígenas foram apreendidas tanto no âmbito público, com o papel das mulheres diante do trabalho que elas desenvolviam frente ao grupo, como as representações no âmbito privado atrelado à maternidade, ao casamento, a vida doméstica e aos seus atributos sexuais ou de miscigenação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial deste estudo foi a de analisar e compreender as diversas formas de como as mulheres indígenas foram representadas/retratadas nos relatos dos viajantes e nos documentos oficiais do século XIX. Após a análise pude perceber que elas ocuparam um papel relevante no processo de integração dos índios à sociedade nacional, implementado pelas forças políticas regional e nacional.

Nessa perspectiva, no primeiro capítulo analisei, a partir do contexto sócio-histórico, a estruturação do sistema político e legislativo que promulgava uma regulação social aos povos indígenas. Com isso, foi possível perceber que o intento para assimilação dos indígenas proposto por políticas e legislações do século XIX se deu paralelamente ao processo de miscigenação, no qual as mulheres indígenas foram vistas como solução para o problema, inclusive no que tange à ocupação dos territórios brasileiros.

No bojo das políticas de aldeamentos, catequese e civilização os índios aldeados foram submetidos à aprendizagem da fé e da moral cristã, bem como à devoção ao Estado Nacional. Estas ações tinham como propósito fazer com que os indígenas modificassem e, ao mesmo tempo, abandonassem seus hábitos culturais, integrando-os à sociedade nacional. Os grupos indígenas contrários a este processo foram considerados “selvagens” o que justificava uma ação repressiva dos colonizadores e do Governo Imperial sobre eles. O primeiro capítulo tratou dessa questão, de como a agressão aos indígenas e a ocupação de seus territórios por não indígenas desencadearam lutas em torno dos territórios ocupados pelos grupos indígenas em Mato Grosso.

Neste contexto, as mulheres indígenas aparecem em discursos e projetos da época como parte fundamental da estratégia de assimilar os indígenas por meio da mestiçagem e de integrá-los à sociedade nacional pela desestruturação da sua cultura. Por sua vez, o Império brasileiro, preocupado com a manutenção e afirmação de suas fronteiras e também com a ocupação dos seus territórios através da colonização, buscava nas novas gerações resultantes do processo de mestiçagem uma solução para essa questão. Isto é, a nova sociedade que se formava através da miscigenação deveria ocupar os territórios brasileiros e, com isso, resguardaria os territórios e as fronteiras brasileiras. Esses processos mostram o papel que era atribuído às mulheres indígenas na política de assimilação de seus povos pela sociedade brasileira no século XIX.

No segundo capítulo procurei entender a formação histórica de cada viajante e apresentar especificidades sobre as obras de cada um. Esse processo pôde estabelecer a compreensão das subjetividades que carregavam os viajantes a partir do seu “lugar de enunciação” e do seu contexto. Nesse sentido, entendo que as representações das mulheres indígenas foram criadas a partir dos códigos simbólicos da cultura de cada viajante, pois eles carregavam consigo ambiguidades, experiências que, no contato com o “outro”, produziram códigos culturais diversos. Para esse entendimento foi preciso visualizar quais eram as intenções de suas viagens, tendo sido elas de cunho institucional, outras de conhecimento científico e também viagens de exploração e colonização.

Porém, percebe-se que os interesses dos viajantes eram diversos, suas publicações passaram pelo crivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constituído pelos letrados e intelectuais políticos da elite brasileira. O discurso historiográfico produzido naquele espaço partia de uma estreita relação entre a política imperial e o saber por ela produzido. Essa relação aparece nas diversas versões dos episódios históricos e na publicação de documentos, conforme a conveniência do Estado e dos sócios da elite intelectual e política. Nesse sentido, toda a produção do Instituto era voltada para a construção de um projeto que pretendia levar à Europa a imagem do Brasil como um país exuberante, portador de riquezas inumeráveis, possuidor de uma civilização em pleno desenvolvimento, com uma população branca tal como os europeus, mas cuja realidade social brasileira, era muito diversa daquela que se tinha como modelo. Tal projeto se adaptava ao movimento das forças políticas em jogo. Em outras palavras, adequava-se aos interesses dos grupos próximos ao poder público e aos interesses políticos do Império. Desse modo, os indígenas eram um entrave à construção da imagem pretendida pelo Instituto, e foi diante desse contexto que as representações construídas das sociedades indígenas foram sendo elaboradas de acordo com as intencionalidades projetadas pelo IHGB por meio de suas publicações.

A este respeito, pude observar que as obras dos viajantes foram citadas ou mencionadas no instituto e em sua revista conforme essa prioridade. Assim, os textos de Taunay - que se tornou membro do IHGB posteriormente às viagens que realizou ao Mato Grosso - afirmavam a ação civilizadora, viu a valorização do território através da colonização, e foi nessa direção de ação política e intelectual que partiram posteriormente outras obras realizadas por ele. Os viajantes Bartolomé Bossi e Joaquim Ferreira Moutinho também tiveram suas obras publicadas pelo IHGB. Embora de origem europeia, ambos viveram por muitos anos em terras sul-americanas. Dessa forma, suas referências, seus pensamentos e sua visão de mundo sobre o “outro” estavam marcados “por” ou mesclados “com” as visões de

mundo com as quais tomou contato nos anos vividos em terras sul-americanas. Suas narrativas não possuem uma intenção científica, mas uma forma de conhecimento utilitário e de colonização. Castelnau foi um naturalista que pouco agradou o IHGB, pois seus apontamentos sobre o Brasil foram alvo de várias críticas. As justificativas para essas críticas levam a crer que o IHGB esperava que os viajantes produzissem uma imagem do Brasil semelhante à que os membros do Instituto e o próprio Império brasileiro pretendiam exportar para a Europa, uma imagem que enaltecia sua natureza, sua riqueza e seu potencial. Contudo, convém lembrar que os registros de Castelnau acerca das mulheres indígenas e seus povos eram marcados por significados etnocêntricos, próprio da cultura do europeu que tinha como mote a visão dos indígenas como povos “selvagens”. Sua narrativa proporcionou a criação de imagens e impressões de uma realidade natural, física e humana diferente da europeia, que frequentemente realçava as diferenças entre o Brasil e a Europa, o que gerou um desacordo com as intenções do IHGB.

Pese às diferentes narrativas produzidas pelos viajantes, contudo, é possível perceber que eles narraram e descreveram as Mulheres Indígenas que encontraram em seus caminhos, cada qual em seu tempo, a partir do filtro de sua própria cultura. Nesse sentido, como podemos ver, seus olhares eram masculinos, etnocêntricos, europeus ou europeizados, elitistas, dominantes e colonizadores. Essa forma de olhar influenciou o imaginário social europeu e brasileiro, e colaboraram para a construção social do feminino indígena.

No terceiro capítulo, analisei os relatos dos viajantes sobre as mulheres indígenas e tentei situá-las em seu contexto sociocultural e histórico, como parte de uma sociedade complexa e heterogênea. Para tanto, foi necessário compreender bem os registros dos viajantes, vistos como fontes de representações, que emergem como expressão da verdade daqueles que as produziram. Elas são documentos históricos portadores de uma determinada verdade pelo fato de nos indicar alguns aspectos dos fatos históricos e do imaginário dos viajantes. Porém, não procuramos nelas em primeiro plano os fatos históricos vividos por mulheres indígenas no século XIX, mas sim o modo como os viajantes representaram essas mulheres a partir dos seus “pré-conceitos”, do seu ponto de vista étnico, cultural e de gênero. Nesse sentido, cabe lembrar que os estudos históricos não estabelecem regimes de verdade, não oferecem certezas absolutas, mas sim uma aproximação da verdade, que não é única.

Portanto, trabalhei com os relatos dos viajantes, lado a lado com a legislação indigenista da época, especialmente no que concerne ao discurso e ao papel projetado para as mulheres indígenas.

A análise indicou como o processo de contato com agentes do Estado e com não indígenas em geral afetava a vida das mulheres e de seus povos. Entre as mudanças, sobretudo em relação aos grupos submetidos à política de aldeamento e catequese, destaco o abandono das vestimentas tradicionais e dos hábitos que caracterizavam fisicamente os povos. Segundo os viajantes, as práticas das mulheres Guaná e suas famílias que estavam vivendo em aldeamentos sob as regulamentações que foram destinadas a esses espaços pela política imperial da época, já se distanciavam das práticas comuns ao grupo étnico, porém sem causar uma ruptura com suas culturas de origem. Assim foi possível perceber que tais regulamentações influenciaram na vida e nos costumes dos grupos Guaná, até então considerados dóceis e mais “civilizados” que outros grupos indígenas. Quanto às mulheres Guaicuru, mesmo as não aldeadas, as adoções e mudanças foram absorvidas devido aos contatos que seus grupos estabeleceram com os portugueses e espanhóis ao longo do tempo. Porém este grupo se manteve mais ligado a sua cultura tradicional, isto é, não abandonaram suas práticas culturais por completo, mas foi ressignificando-a ao longo do tempo. Ressalto que os Guaicuru, ao contrário dos Guaná, eram considerados um entrave aos projetos de colonização pelo Império brasileiro devido às suas correrias, seu nomadismo e sua resistência ao aldeamento.

A análise mostrou que as políticas estabelecidas nos aldeamentos estimularam o trabalho regular e disciplinado, a diversificação das atividades econômicas, a instituição do comércio de bens e serviços com a sociedade não indígena. Nesse contexto, as mulheres indígenas tiveram uma importante participação na realização de uma nova interação social, visto que, a cerâmica, a confecção de tecidos, a produção e elaboração dos víveres e o cuidado com as lavouras - de onde partiam boa parte dos produtos comercializados - eram também frutos do seu trabalho.

Pode-se dizer que as relações e os contatos entre índios e não índios promovidos pela política assimilacionista imperial como objetivo de incentivar as “misturas” entre índios e não índios e de reduzir seus grupos aos espaços limitados dos aldeamentos, assim como integrá-los à sociedade nacional, provocou mudanças e reelaborações em torno da identidade indígena pois, apesar das políticas de assimilação e do intenso contato com a sociedade não indígena, as comunidades indígenas não se tornaram novas sociedades completamente distintas do que foram antes. Entre outros aspectos culturais, elas mantinham suas línguas, seus sistemas de parentesco e suas formas de organização social. As mudanças socioculturais não impediram que outros aspectos culturais fossem mantidos. Isto porque os grupos indígenas acabaram também ressignificando aspectos da sua cultura tradicional e os novos hábitos que foram

adotando. Eles continuaram sendo grupos étnicos distintos da sociedade não indígena, embora no transcorrer do tempo as autodenominações tenham mudado. Assim, hoje, não há grupos que se autodenominem Guaná ou Guaicurú, mas a identidade étnica permaneceu em seus remanescentes Guató, Terena, Quiniquináu e Kadiwéu, que hoje habitam o atual Mato Grosso do Sul.

Quanto às mulheres, o que mais chamou a atenção dos viajantes foram o comportamento sexual, o trabalho e a maternidade. Nesse sentido as representações femininas indígenas foram apreendidas tanto no âmbito público, com o papel das mulheres diante do trabalho que elas desenvolviam frente ao grupo, como as representações no âmbito privado, atrelado à maternidade, ao casamento, à vida doméstica e aos seus atributos sexuais ou de miscigenação. Hábitos como a prática do aborto e do infanticídio, por exemplo, os viajantes explicaram a partir de seus padrões morais e suas regras de conduta.

Por fim, vale ressaltar que tratar do tema Mulheres Indígenas nos escritos dos viajantes do século XIX não é um trabalho fácil, assim como não é fácil buscar o protagonismo das mulheres em geral e as dos povos indígenas em particular, em períodos mais recuados da história, pois, a esses fatos históricos se chega sempre por meio de olhares indiretos, mediante o testemunho fragmentado daqueles que as descreveram. Dessa forma, resta ao historiador e à historiadora buscar os indícios da vida e do protagonismo dessas mulheres dentro de relatos que geralmente destacam outros fatos e outros atores sociais.

Contudo, acredito que pesquisas sistemáticas podem desvelar as relações sociais vividas pelas mulheres indígenas no passado. Nessa perspectiva, ao me aproximar desse passado, tentei contribuir para o conhecimento da história das mulheres e das mulheres indígenas que foi durante tanto tempo encoberta e ignorada nos estudos históricos. De um modo geral, a história das mulheres vem mostrando o quanto elas foram ativas na formação socioeconômica e cultural da sociedade brasileira. Assim, também a história das mulheres indígenas pode contribuir para o conhecimento dos vários papéis que elas desempenharam nas suas sociedades de origem, na sociedade mestiça e nas relações interétnicas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

BOSSI, Bartolomé. *Viage Pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, Sn Lorenzo, Cuyabá: y el arino tributário del grande Amazonas. Com la descripción de la provincia de Mato Grosso. Bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales*. Paris: Libreria Parisiense. DUPRAY DE MAHÈRIE. 1865

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

Coleção das leis da República Federativa do Brasil: Tomo 8.º parte 2.ª secção 25.ª. DECRETO n.º 426 de 24 de julho de 1845. *Contém o regulamento acerca das missões de catechese, e civilização dos índios*. Por Brazil. Volume 1923.

DICCIONÁRIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUÊZ, Volume 1. Imprensa Nacional. Lisboa 1854.

\_\_\_\_\_: de Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil. Suplemento: A-B. Imprensa Nacional. Lisboa 1867.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramis: *O Púlpito no Brasil*: In Biblioteca do Instituto de Bacharéis em Lettras. Rio de Janeiro. 1867.

GAY, J. P., *Historia da República Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias 1861*, Revista do Instituto Geographico, e Ethnographico do Brasil. 1º. Trimestre de 1863

GUIMARÃES, Manoel L.S., *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua Historiografia (1839-1857): Fazendo a História nacional*, In *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estrutura de poder no Segundo Reinado*, Rio de Janeiro, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
EDIÇÕES MELHORAMENTOS em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico



Brasileiro. *Spix & Martius, Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3.<sup>a</sup> Ed. Vol. I. 1981.

JARDIM, R. J. G., *Criação da Directoria dos Índios Na província de Mato Grosso*. Revista Trimensal de Historia e Geographia. Tomo IX. Segunda Edição Rio de Janeiro Typographia de João Ignacio da Silva 1869.

LABRADOR, José Sanchez. *El Paraguay Católico*, II Tomos. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil - Ensaio histórico, jurídico, social*. 3. ed. (2. ed. integral). Petrópolis: Vozes, 1866. 2 v.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS Terceira Conferencia. *Tratados celebrados com a Confederação Argentina e a República do Paraguay. Protocolos das conferencias havidas na Corte do Rio de Janeiro entre os Plenipotenciarios do Imperio do Brazil e da República do Paraguay, para o ajuste das questões pendentes entre os dous paizes*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp, 1856

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida dum roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoeder. 1869.

OLIVEIRA, E. J. & PEREIRA, L. M, *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3<sup>a</sup> Vara da 1<sup>a</sup> Subseção Judiciária de Campo Grande.

O PANORAMA: *Semanario de Litteratura e Instrucción*: Volume 3 - Sociedade Propagadora dos Conhecimientos Uteis (Lisboa, Portugal) – 1839.

PRADO, Francisco Rodrigues do. *História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycurú*. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. t. I, 2. ed., n. 1, 1795. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Relatórios da Província de Mato Grosso pelos presidentes em exercício nos períodos de 1834-1889. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil>

Revistas do instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil - Volumes: 12-13-31-44-45. 1863-1868.

Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. N.º 17. — 1.º Trimestre de 1850.

SELECTA BRASILIENSE: ou, Noticias Descobertas, Observações, Factos e Curiosidades em Relação aos Homens, à Historia e Cousas do Brasil. Rio de Janeiro Typographia Universal de Laemmert. 1868.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. *Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurus e Guanás*, Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. N.º 17. — 1.º Trimestre de 1850.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida Serra. *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costume*. Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou, Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 7. 1866. Numero 28

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, In Jorge Caldeira (org), José Bonifácio de Andrada e Silva, São Paulo, Ed. 34, 2002.

TAUNAY Alfredo d'Escragolle. *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

\_\_\_\_\_. *A Retirada da Laguna*. Trad. Sergio. Medeiros. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Entre os nossos índios; chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaicururus, caingangs*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1931.

VASCONCELLOS, Marcellino Pereira de. *Selecta brasiliense: ou, Noticias, descobertas, observações Factos e Curiosidades em Relação aos Homens, a Historia e Cousas do Brasil*. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert. Volume I e II, 1868.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau a Exoticalização da Província de Goiáse e a Grafia dos Topônimos*; Cadernos do CNLF, Vol. XI, N° 05, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2008

ARRUDA, Ângela. *A Representações das mulheres no imaginário brasileiro da colonização ao surgimento da nação*. CADERNO CRH, Salvador, n. 33, p. 49-73, jan./jun. 2000.

ASSIS JÚNIOR, H. de. *Relações de von Martius com imagens naturalísticas e artísticas do séc. XIX*, (2004) 289 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2004.

AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005.

BELUZZO, A. M. Moraes. *A Propósito d'o Brasil dos Viajantes In Brasil dos Viajantes*. Acervos Iconográficos. Revista USP, São Paulo (30) p. 8-19, junho /agosto de 1996.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da vacina e da vacinação em São Paulo: séculos XVIII e XIX*. Cad. hist. ciênc. [online]. 2008, vol.4, n.1, pp. 85-111. ISSN 1809-7634.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a a história econômica de Mato Grosso (1870-1930)*. Cuiabá, Mato Grosso: Gráfica Genus, 1991.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1959. 2 v.

CARNEIRO, J. P. J. A. *Exploradores Franceses na Amazônia Brasileira Durante o Século XIX: breve biobibliografia*. Trabalho apresentado II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo, 2009. ISSN 2176-2716

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Taunay viajante e a construção da imagética de Mato Grosso*. (Tese de Doutorado) apresentada ao Curso de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp; 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, 1988.

COSTA, Emilia Viotti da *Da Monarquia à República Momentos Decisivos* - 2ª edição revista e ampliada. Editora Unesp, 2007

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999.

COSTA, Wilma Peres. Narrativas de viagem no Brasil do século XIX: formação do Estado e trajetória intelectual. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CUNHA, Manuela. Carneiro da *Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível*. In: Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia*, São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. *História dos índios no Brasil* (org.). São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_; (org.). *Legislação indigenista no Século XIX*. São Paulo: EDUSP; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUNb, 1993

DEL PRIORE, Mary e BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela, Resistência e Co-gestão Indígena: relações de poder entre os índios Terena e o Estado brasileiro*. (Tese de doutorado): PPGAS MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Conquista Colonial, Resistência Indígena e Formação do Estado - Nação: os índios Guaicuru e Guaná no Mato Grosso do Século XIX*. Revista de Antropologia. Versão impressa ISSN 0034 -7701. Rev. Antropol. v. 52 n.1 São Paulo. 2009.

\_\_\_\_\_. *Políticas para Fronteira, História e Identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena*. Mana vol.15 nº. 2. Rio de Janeiro Oct. 2009

FREITAS Bezerra, Edinaldo. *construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia*. Universidade Federal de Rondônia Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 46<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade paulista colonial (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.

GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia. nº 1. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional*. In: WEHLING, Arno (Org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

HARTMANN, Kátia Eliana Lodi. *Um genovês em terras sul-americanas: as viagens de Bartolomé Bossi*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, (Dissertação de História), Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. 2011.

HERBERTS, Ana Lucia. *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. (Dissertação de Mestrado). UNISINOS. São Leopoldo, 1998.

KOSS, Monikavon. *Feminino + Masculino – Uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*. São Paulo: Escrituras, 2000.

KURY, L.: *Viajantes- naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001.

LAGOS, Manoel Ferreira. (1817-1871) *Dados biográficos do segundo zoólogo do museu Nacional*. Revista *Atualidades Ornitológicas* Nº 68, novembro/dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.ceo.org.br/historia/manoel.htm>, acesso em 20/maio/2012.

LE GOFF, Jacques. *A nova história*. In: \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a história: entrevista a Francesco Maiello*. Lisboa: edições 70, 1999.

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1992.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1993

LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Memórias Portuguesas Sobre os Selvagens: Cultura e história nas relações étnicas em Mato Grosso no século XIX*. Congresso Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários, Lisboa. 1999

MALINOWSKI, Bronislaw, *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Tradução Maria Clara Corrêa Dias. Brasília: Ed. UNB. 2.<sup>a</sup> edição. 2008.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo, Edusp. 2007. 304p

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena*. Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 13-17 de julho de 2009.

OLIVEIRA, J. E., *Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. (Dissertação de Mestrado em História), na Área de Concentração em Arqueologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

\_\_\_\_\_. *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976 2ª Edição Revista. 149 p

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (org) *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Editora UFRJ. 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo. A Integração dos Índios Terêna numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PEREIRA, L. M. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Editora UFGD DOURADOS-MS, 2009.

PERROT, Michelle. *Os silêncios do corpo da mulher*. In, MATOS, Maria Izilda S. SOIHET, Raquel (org). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário*. Revista Brasileira de História. São Paulo, Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.

PORTO ALEGRE, Maria Silvia. *Imagem e Representação do índio no Século XIX*. In. GRUPIONI Luís Donisete Benzi (Org.). *Catálogo índios no Brasil*. 1. Edição: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. São Paulo. 1992.

PÓVOAS, Lenine C.. *História da cultura mato-grossense*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1982.

PRATT, Mary Louise. *Humboldt e a Reinvenção da América*. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 04. N.º. 08, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

QUEIROZ, Renato da Silva. *O corpo do brasileiro: estudos de estética e beleza*. Ed. SENAC. São Paulo. 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil* (2a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *O Sertão espiado de fora: os viajantes estrangeiros descobrem o Cerrado Mineiro na primeira metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, n 1 Novembro de 1997

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)*. 2008. 247 fl. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade). – Programa de Pós-Graduação em Historia. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP/Assis. Assis, dezembro de 2008.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 3ª edição aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 5 v.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX*. (Tese Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1997.

\_\_\_\_\_. *Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação*. Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.17 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2010.

SAMARA, E. de M. *Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX*. In: Revista Brasileira de história. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 15, set87/fev88, 1988.



SAMPAIO, Patrícia Melo. *Política indigenista no Brasil imperial*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial - 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.175-206.

SCOTT, Joan. *Historia das mulheres*. IN: BURKE, Peter. *A escrita da historia: novas perspectivas*. 2ª ed. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp 1992

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Pescadores-caçadores-coletores do Pantanal do Mato Grosso do Sul – região de Corumbá*. IN: TENÓRIO, M. C. (org). *Pré-história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.149-156.

SCHWARCZ, Lilia K. M *Os Guardiões da Nossa História Oficial. Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, São Paulo, IDESP, 1989.

SOIHET, R. *História das mulheres*. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

\_\_\_\_\_ ; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VANZOLINI, Paulo Emílio. *A Contribuição Zoológica dos Primeiros Naturalistas Viajantes no Brasil* Revista USP, São Paulo (30): 190 - 238 - junho/agosto 1996.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Política indigenista no Brasil imperial*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial - 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, In Jorge Caldeira (org), José Bonifácio de Andrada e Silva, São Paulo, Ed. 34, 2002.

SILVA, Verone. C. da. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, (Dissertação de História), Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. 2001.

TORRÃO FILHO Amílcar. *Tribades galantes, fanhonos. Militantes: homossexuais que fizeram história*. Apresentação de Ronaldo Vainfas. São Paulo. GLS/Summus, 2000.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Forense, 1999.

## ANEXO I

### Dados sobre as Mulheres Indígenas contidos nas obras dos viajantes

BOSSI, Bartolomé. *Viage Pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, Sn Lorenzo, Cuyabá: y el arino tributário del grande Amazonas. Com la descripción de la provincia de Mato Grosso. Bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales*. Paris: Libreria Parisiense. DUPRAY DE MAHÈRIE. 1865

#### DADOS SOBRE O POVO GUAICURU

##### Região:

“Estas tribus de Guaícurus ocupan las margenes del Chaco en una grande estension, y otra parte de ellas la margen oriental, asi es que puede conceptuarse que una vasta zona, por ambas costas, es de su dominio. — Las primeras Malocas ú rancherías empiezan cerca del Pan de Azucar (pie he hecho notar, y siguen al Norte)”.

“Generalmente esta tribu vive á la orilla de los rios para procurarse pesca, y cuando esta falta muda de domicilio. — Sus malocas ó campamentos os forman divididos en calles rectas; sus ranchos improvisados son muy bajos, y los techos cubiertos de fragiles esteras”

##### Relatos:

“Entre los Guaícurus existe una marcada distincion de clases, que se divide en nobles, plebeyos y esclavos; la mayor distincion se traduce por el numero de esclavos; en esto se cifra su vanidad y su orgullo. — Los Guaícurus son de estatura mas que regular y bien formados. — Su musculatura es fuerte y marcada; su mirada imponente; poltrones por naturaleza. — Comen muchas veces al dia; el yacaré es mi manjar muy preferente para ellos. — Noo se conoce entre los Guaícurus la viruela; son raros los defectuosos; hay algunos ciegos de vejez, pero calvo ninguno. — Conservan los dientes hasta el último dia de su vida, pero irregulares en su colocacion; esto consiste en que siendo muy mimados por sus madres cuando niños, les arrancan los dientes apenas se mueven para producirse el cambio natural”.

“Se pintan la cara y el cuerpo con *Unirá* y *Yenipapn* introduciendo la pintura en la epidermis; los dibujos no carecen de fantastica simetria. - Las mugeres ponen mayor esmero en este indeleble adorno. Estas, hasta que no empiesan á criar sus hijos se mantienen en una grosor moderada, cuando se acercan á la vejez se ponen por lo general disformes. La muger, solo cuando llega á treinta años conserva sus hijos : antes procura siempre abortar, y se sirve de los medios mas crueles y barbaros, haciendose estropear' y pisotear el vientre. - Solo despues de los treinta años comienza á preocuparse de la conservacion de su prole; debiendo notarse (pie esa raza de mugeres son irreprochables desde entonces como madres de familia, por los cuidados y la ternura que consagran á sus hijos”.

“Aunque por lo general las mugeres son muy gruesas, sus piés v manos son muy pequeños. - Generalmente se envuelven en una manta de algodón; sus adornos son hechos de concha perla, y canutos de plata que llevan al cuello y orejas. - Llevan constantemente una mascada de tabaco en la boca entre el labio inferior y la encia, que al iin les pone los dientes negros y repugnantes, pero ese color es un signo de belleza para los Indios, asi como la carencia de cejas, las cuales se arrancan con esmero”.

— Se contentan con la posesion de una sola muger, de la cual les es dado separarse por comun acuerdo. -- Creen en un Ente Creador pero no le rinden culto ninguno manifiesto. - !No tienen idea ninguna de recompensas ó castigos futuros; solo afirman que el alma de los capitanes se transporta á una mansion de delicias continuas; privilegio de que tambien gozan los

pretendidos adivinadores que hay entre ellos, con la denominacion de *Unigenitos*".

"Tambien ejercen la profesion de medicos. - Estos seres privilegiados, especie de sacerdotes, que se dicen interpretes de esc Ente Creador; se sirven de su misteriosa preponderancia para estimular la barbarie y ferocidad de la tribu".

#### DADOS SOBRE OUTRAS ETNIAS

NENHUMA

TAUNAY Alfredo d'Escragnoille. *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

#### DADOS SOBRE O POVO GUAICURU

##### **Região:**

"Os guaycurús habitavão no *Lalima* e perto de *Nioac* e os indomitos e falsos cadiués em *Amagalobida* e *Nabilek*, para os lados do rio Paraguay".

#### DADOS SOBRE OUTRAS ETNIAS

##### **Os Índios do Districto de Miranda:**

"Em dous importantes grupos se divide a raça india, habitante de Miranda: os guaycurtís e os chanés. Os primeiros comprehendem tres tribus: a guaycurú, propriamente dita, que vai desaparecendo pelo contacto immediato com a gente branca, os cadiués que, pelo contrario, conservão-se no estado quasi selvatico, em terrenos proximos aos rios Paraguay e Nabilek, ainda não bem explorados, e os beaquióes que habitão com os cadiués"

"E' tambem commum a todos os indios do districto o habito da mais apurada limpeza: lavão o corpo tres ou quatro vezes por dia; por qualquer tempo que faça, calor ou frio. As mulheres cuidão muito na alvura de seus pannos e procurão sempre andar limpas, exceptas as velhas que dão, com o tempo, de mão a esses cuidados".

##### **Chanés**

"subdividem-se em quatro ramificações: os terenas, que constituem os tres quintos da população aborigene, os laianas, os quinquináos e os guanás ou chooronós, de entre todos, os mais doceis e civilisados".

##### **A Língua**

"é a mesma para todos estes, com algumas alterações que entretanto não lhes impedem a facil comprehensão recíproca".

### **Terena**

”As mulheres são de estatura baixa: tem a cara larga, beiços finos, cabellos grossos e compridos. A's vezes, o seu typo tem um cunho de amenidade que admira, grande regularidade nas feições e expressão de intelligencia. Trazem commummente parte do busto descoberto e uma julata l de algodão cingido abaixo dos seios, com uma das pontas passada entre as coxas e segura na cintura. Raras mulheres sabem fallar o portuguez: todas, porém o comprehendem bem, apezar de fingirem não.

### **Laiana**

“As mulheres geralmente são feias: tem os olhos commummente apertados, a cor dubia: não é o avermelhado franco do corpo da terena nem o amarello, algum tanto macilento, da quinquináo. Entretanto, como em quasi todas as indias chanés, o talho do corpo é elegante e esbelto, as mãos e pés pequenos e delicados”.

### **Quinquináo**

“A mulher quinquináo é bella: pela mistura de raças, fácil n'essa tribu mais relacionada com os brancos e negros e encostada a elles, a côr ou é de um amarello escuro de canella (caburé) ou de um branco ligeiramente amarellado. N'este caso, as faces são delicadamente rosadas; a tez pura, os labios rubros, as gengivas vermelhas. Quasi todas comprehendem o portuguez: fazem esforços para fallal-o apezar do vexame que mostram experimentar”.

### **Guaná**

“No districto, quasi tem desaparecido nas raças branca, india ou negra, que o cercão. Vimos porem uma india, chamada Antonia, filha de pae quinquináo e mãe guaná, que, sobre ser um verdadeiro typo de belleza pela venustade de rosto, pelo delicado da epiderme e elegancia do corpo, tinha summa graciosidade e donaire”.

### **Guaxis**

“Uma tribu, que desapareceu do districto quasi totalmente, é a dos guaxis, da qual se encontram só alguns individuos, confundidos com gente de outra nação. Esta extincção é devida ao habito extraordinariamente immoral da morte dos fetos no ventre das mães, as quaes produzem os vômitos, usando de hervas e raizes apropriadas. Os laianas vão tambem pouco a pouco se extinguindo e, apezar do contacto continuo com os mirandenses, iguaes factos se dão entre quinquináo e terenas”.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

#### DADOS SOBRE O POVO GUAICURU

##### **Região:**

“Pertenciam esses índios à raça dos guaicurús, nação cavaleira, que leva vida errante nas vastas planícies da região próximas a Albuquerque”.

“O aldeamento mais próximo de Albuquerque fica situado perto de uma linda montanha, no meio de um grande bananal; é habitado por uma tribo de índios Guaicurús, conhecida pelo nome de Uaitiadeus. Toda indústria destes índios resume-se em redes e tangas de tecido de algodão, cuja fabricação aprenderam com os brancos”.

“Os tecidos que fazem são tingidos de pardo, ou de cinza, por meio da casca de certas árvores, e as plantas que cultivam são as mesmas dos brasileiros. Na sua maioria, acham-se estes índios convertidos ao catolicismo; andam quase nus, usando apenas, à volta do corpo, um pedaço de pano de algodão. Há nesse aldeamento vinte e cinco casas, todas em forma de barracões sem paredes laterais e cobertas de palha”.

“Estão dispostas em semicírculo, em cujo centro se vê uma cruz, junto à qual são enterrados os defuntos, envoltos numa esteira. As palhoças têm mais ou menos dez metros de comprimento e são sustentadas por troncos de palmeira; há no seu interior e estendido ao longo de todo o seu comprimento, uma espécie de tablado, alto de um metro acima do solo. Este tablado serve de cama e é forrado com esteiras”.

“Pendurados aos esteios do barracão, veem-se as armas pertencentes aos moradores, tais como lanças, arcos, flechas, bordunas, etc., além de grandes balaies de vime e cabaças. A cozinha resume-se num fogão feito de algumas pedras amontoadas no meio da casa. Vimos a pastar nos arredores os cavalos pertencentes à tribo, aliás magríssimos”.

##### **Fisionomia- adornos- tatuagens:**

“Quando chegamos a Albuquerque, achava-se aí de passagem uma outra tribo da mesma nação de que estamos tratando, a dos cadiués, muito mais selvagem do que a precedente. Tinha ela vindo pouco antes do Grão-Chaco, fugindo à perseguição dos inimás, tribo contra a qual haviam praticado alguns atos de hostilidade. Os cadiués pintam o corpo com genipapo, desenhando nele figuras muito regulares, feitas de linhas concêntricas e de bonitos arabescos. Por singular capricho, os cadiués nunca pintam da mesma cor os dois lados do corpo, sendo muito comum verem-se indivíduos com um lado vermelho e o outro branco. Isso lhes dá uma aparência diabólica”.

“É também frequente pintarem as mãos de preto, dando a impressão de estarem de luvas. As mulheres usam mais ou menos os mesmos desenhos, mas as tatuagens de sua pele são indeléveis, nunca mais podendo ser removidas”.

“A mulher do principal da tribo, chamada Etacadauana (a agulhinha) tinha o rosto enfeitado de figuras regulares, mas não incrustadas; o corpo era todo malhado como o da pantera e usava os cabelos presos com um pente muito parecido com os das mulheres espanholas, mas encimado de uma cabeça de cavalo. A maioria das mulheres ostentava no peito

um desenho muito curioso, que também era visto, com grande espanto de nossa parte, nas ancas dos cavalos e nos lados do corpo dos cachorros. Soubemos depois que se tratava da insígnia do chefe da família, o qual a imprime em tudo quanto lhe pertença. Todos os índios dessa tribo traziam no pescoço colares de prata, feitos de cilindros enfiados e produto de roubos cometidos sobre os espanhóis”.

“Os Guaicurús são ótimos cavaleiros, acostumados à vida errante no Grão-Chaco, e refratários à fixação em qualquer morada permanente. Na vastidão do deserto estão eles em contínua movimentação, um minuto bastando para montarem nos cavalos as mulheres e crianças, juntamente com as esteiras, os couros e os próprios cães, e partir logo todo o bando a galope”.

“Alguns Guaicurús possuíam rédeas muito curiosas, feitas com o cabelo das mulheres. Não demonstravam nenhuma estima por estes objetos, vendendo-os em troca de faca”.

### **Mito de Criação**

“Subsiste entre os dessa tribo tradição muito curiosa. Quando criou o mundo, o grande espírito deu a cada povo uma certa particularidade, cabendo aos brancos o gênio comercial e a outros o instinto da agricultura. Os Guaicurús, sentindo-se esquecidos, procuraram então o grande espírito, para levar-lhe as suas queixas; percorreram assim as vastas solidões do Grão-Chaco, interpellando todos os animais e plantas que encontravam pelo caminho. Encontraram finalmente o Caracará, que dirigindo-se a um deles, disse: "Tu te queixas, e entretanto recebeste o melhor quinhão; pois uma vez que nada te coube na partilha, tens o direito de tomar tudo quanto tiverem os outros; foste esquecido, e portanto poderás matar todos que encontrar". Não esperou o Guaicurú para seguir essas instruções, pegando logo de uma pedra e com ela matando o Caracará. Gabam-se os Guaicurús de ter depois daí seguido fielmente aquela lição. Parece que estes índios tiveram sempre a crença na imortalidade da arma; acreditam que a dos chefes, como a dos feiticeiros, uma vez desprendida do corpo, passa a voar em torno da lua, ao passo que a das outras pessoas fica vagando pelas planícies e campos”.

## **DADOS SOBRE OUTRAS ETNIAS**

### **Apiacás**

“O sinal característico desta tribo consiste em três linhas horizontais, feitas com o suco do genipapo e localizadas acima e abaixo da boca, de modo a formar uma espécie de quadrilátero. Obtive do índio a que me refiro os seguintes informes: os apiacás habitam os rios Arinos e Juruena; cultivam a terra, plantam milho, cará, feijão, mandioca, algodão, etc. Quando fazem derrubadas, os homens põem abaixo as árvores, as mulheres fazendo depois as plantações; uma vez aberto o sítio, os homens se limitam a caçar e pescar, conforme é uso em todas as tribos selvagens. Cada homem possui duas mulheres, só aos chefes sendo permitido ter três. O marido pode mandar embora a mulher; mas se nenhum outro homem a quiser tomar por esposa, o antigo companheiro está na obrigação de matá-la”.

“Os velhos se ocupam em fiar algodão, devendo ser alimentados pelos filhos; no caso de não tê-los, serão sustentados pelos membros moços da tribo”.

“Estes índios acreditam num Ente Supremo, e parece mesmo que a este dirigem orações. Admitem a imortalidade da alma, pensando que após a morte ela se vai para os campos,

onde, sem a necessidade de fazer plantações, medrarão sempre bons frutos. Quando morre alguém, faz-se o enterramento dentro da própria casa. Na guerra, os apiacás matam todos os inimigos adultos, deste ou daquele sexo; fazem-lhes depois o corpo em pedaços e o assam”.

“As crianças são feitas prisioneiras e levadas para o aldeamento, onde são criadas com as outras e bem tratadas. Fazem-nas, todavia trabalhar no campo, amarrando-as duas a duas pelo pescoço, com uma corda. Quando dois ou três desses infelizes chegam aos doze ou quatorze anos, faz-se uma grande festa no aldeamento, ouvindo desde a manhã soarem as trompas de todos os lados. Toda a população se veste com os ornatos mais vistosos de penas de arara. Os pequenos prisioneiros são trazidos para o meio de um círculo em que se alinha toda a tribo, ficando atrás deles”.

### **Guató**

“Andam estes índios nus, com um pequeno pedaço de pano amarrado à ilharga; alguns, de chapéu de palha, tinham os cabelos erguidos e amarrados por sobre a cabeça. Vimos diversos com o lábio inferior furado e atravessado por um pedaço de pau. Todos tinham um pequeno penacho atravessado em cada orelha. Os guatós usam bigode e barba comprida; possuem nariz aquilino e olhos direitos; seus traços são geralmente muito bonitos e embora tenham a mesma cor dos outros índios, o seu aspecto lembra o dos europeus”.

“Cada homem possui de duas a quatro mulheres, mas alguns há que têm dez e até mesmo doze. São muito hábeis em manejar o arco. O hábito que tem de viver sempre acorados no fundo das embarcações é sem dúvida a causa de terem as pernas levemente desviadas. Suas canoas são pequenas e estreitas, não cabendo mais do que quatro ou cinco pessoas; para governá-las usam eles, à guisa de remos, varejões muito compridos e de ponta aguçada. Estes índios têm o temperamento muito afável e até mesmo tímido, embora deem a impressão de possuir grande força muscular; a maioria deles fala o português. À noite fomos visitados por vários índios guatós. Um deles, chamado João, tinha onze mulheres. Na escuridão da noite, era espetáculo dos mais curiosos o destes índios, em pé na proa de suas canoas, que habilmente sabiam manobrar por meio dos compridos varejões. De cabeleira revolta, como se fosse uma crina agitada pelo vento, davam às vezes a impressão de sombras saídas do seio das águas”.

“Os Guatós apresentam exemplo raro de um povo sem nenhum liame nacional e que nunca se concentra em povoados; cada família leva vida isolada e constrói a sua moradia nos lugares mais inacessíveis. No meio de vastos pantanais ou de terras inundadas, avista-se uma pequena clareira em plena mata. Ali, sob toco barracão, instala o guató a sua morada; por mobiliário apenas algumas cabaças e peles de onça, animal que abunda na região e é alvo de encarniçada guerra. Não conhecem outra diversão afora a caça deste terrível animal, que é atacado corpo a corpo, por meio de uma comprida lança, que o índio nunca abandona”.

“Passam quase toda a vida em suas canoas, onde se refugiam com a família inteira quando as enchentes lhes alagam os ranchos, forçando-os a passar semanas inteiras sem descer em terra. O ciúme é a paixão que mais atormenta esses selvagens; que vivem constantemente absorvidos com a guarda de suas muitas mulheres. Também, nunca existe mais do que um homem em cada casa, e assim que o filho atinge a puberdade, procura as mulheres com quem passará a levar vida independente. A língua destes índios é extremamente doce, principalmente nos lábios das mulheres. Já vimos que estas estão muito longe de possuir com exclusividade o amor de seus maridos, visto como cada homem possui várias esposas. O número delas em cada família varia de três a doze. São muito bonitas de feições, e é impossível deixar de admirar os longos cabelos pretos que lhes caem livremente sobre os ombros. Há porém em seu semblante uma profunda expressão de melancolia; uma escrava não seria mais triste do que elas”.



## **Guaná**

‘Há na imediata vizinhança de Albuquerque um outro aldeamento, que pertence aos guanás ou uanás. Compõe-se de sessenta casas dispostas em quadrado e contíguas umas às outras, de modo que cada lado do quadrilátero forma uma só construção. No meio do quadrado ergue-se uma casa, de paredes de barro e teto de palha, são entretanto bem feitas; copiam na forma a dos brasileiros e contém razoável mobiliário, como sejam camas feitas de um couro esticado entre paus, cabaças, utensílios de tecelagem, armas, etc’.

‘Os guanás são trabalhadores e ocupam-se da agricultura; plantam cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, feijão, banana, milho, cará e batata doce; constroem engenhocas para moer cana, fabricam rapadura e distilam aguardente em alambiques de barro, com um cano de espingarda servindo de pescoço. Fabricam também vasilhas de barro. As mulheres fiam o algodão, com que fazem lindos ponchos, tingidos com anil ou curcuma. Utilizam ainda uma tinta parda, que tiram da casca de uma árvore chamada maiqué. As outras cores que às vezes se veem nos seus tecidos provêm de panos europeus, desmanchados especialmente para esse fim.

‘Todos os guanás sabem falar o português. Estando desde muito tempo em contato com os brancos, perderam o velho costume de arrancar as pestanas, como fazem várias outras tribos; também deixaram de borrar o corpo com pinturas e tatuagens. Dão inúmeras aplicações ao couro de boi. Muitos possuem escravos, que aliás tratam geralmente com doçura; são prisioneiros de guerra feitos aos xamacocos, tribo selvagem que habita mais abaixo a margem direita do rio’.

## **Casamento- vestimenta-trabalho**

‘O casamento é de uso corrente entre estas diferentes nações; mas, se porventura algum homem se cansa de viver com uma mulher, ele pode abandoná-la, sob a condição de não ter mais de uma ao mesmo tempo’.

‘Não cremos que nenhuma destas nações seja antropófaga; entretanto, os outros índios acusam os inimigos de se entregarem às vezes a essa horrível espécie de banquete’.

‘Desde que esses índios se tornaram cristãos e fixaram moradia junto dos brasileiros, os seus costumes se modificaram muito, aproximando-se bastante dos destes últimos’.

‘Houve também muito cruzamento entre as duas raças; mas como os mestiços preferem geralmente acompanhar os pais a ficar com as suas mães índias, não é por isso menos puro o sangue que corre nas veias dos moradores dos aldeamentos’.

‘Têm os guanás o costume de usar, afóra o pedaço de pano passado à volta da cintura, um poncho muito curto sobre os ombros; além disso, muitos deles usam camisa. Trazem o cabelo amarrado atrás da cabeça, como se fosse uma cauda, e usam um chapéu de palha, alto e pontudo. Suas armas são a seta pequena e a flecha; muitos têm espingarda. Perto do aldeamento ficava o cemitério, onde os defuntos são enterrados na superfície da terra, completamente vestidos e deitados numa esteira. Fecham a sepultura com uma coberta de madeira, erguendo sobre ela uma cruz quando o morto era cristão, como é o caso mais frequente’.

‘As pequenas lavouras que há em torno das habitações não são mais do que jardins, as grandes plantações ficando distantes da aldeia. É grande a criação de carneiros. Os guanás não cristianizados têm muito respeito pelo deus que dizem existir por trás do sol, incumbido de fazê-lo andar; bem maior entretanto é o que têm pela pequena constelação que eles chamam das sete estrelas e cuja aparição em determinado ponto do céu é motivo de uma festa anual’

### **Quiniquinau**

“Três léguas a nordeste de Albuquerque fica a aldeia dos quiniquinaus, tribo pertencente à mesma nação dos guanás, porém menos civilizada do que a destes últimos. Esta aldeia fica assente na borda de uma baía formada pelo Paraguai e é bastante grande; é ela rodeada de dois lados por lindas montanhas e disposta em quadrado, como a dos guanás. No meio do largo fica um espaçoso barracão, que serve de sala de conselho”.

“O aldeamento dos quiniquinaus é composto de setecentas ou oitocentas pessoas. Estes índios são muito laboriosos e entretêm com os brasileiros um grande comércio de farinha de mandioca e de arroz. Suas lavouras são extensas e muito bem plantadas”.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida dum roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoeder. 1869

### **DADOS SOBRE O POVO GUAICURU**

#### **Região:**

“Habitão hoje o gran chaco do Paraguay, onde por vezes os vimos á margem do rio Paraguay”.

#### **Relatos:**

“O Guaycurús, índios cavalleiros, que os hespanhóis denominavão —Mbayas—forão por muito tempo o terror das caravanas que subião As minas de Matto-Grosso, da guarnição de Coimbra e das guardas pai Mguayas. Hoje estão completamente dedicados ao Brasil, conservando odio e rancor aos paragnayos, que mais se deve ser exacerbado depois da invasão. A historia d'estes índios é sanguinolenta”

“Continuarão sempre as repetidas hostilidades por parte dos índios, e ataques das frotas por parte do governo. As mais notaveis carnificinas d'esses aborigenes forão a de 1771, em que matarão muita gente: a de 1775. quando subindo até Villa Maria, matarão e roubarão tambem ; e a ultima em 1781 em frente a Coimbra, quando traiçoeiramente, como em 1743, aproveitando-se do relachamento dos soldados que se namoravão das índias, matarão uns 50, sem que soffressem o menor castigo”.

‘Em 1791 a 30 de Julho foi solemnemente lavrado o acto de paz, celebrado com os Guaycurús, que pozerão termo a suas atrocidades, protestando obediencia ao governo de S. M. Fidelissima, o que tem sido fielmente Cumprido”.

“Desculpamos então a negligencia dos soldados que em 1743 e 1781 em boa fé se tinham deixado seduzir pelos encantos das Guaycurús, cujos maridos, aproveitando-se do seu estado descuidoso, os ferirão traiçoeiramente”.

### **Fisionomia- Vestimenta- Adornos**

“Os Guaycurús são bonitos, de estatura regular, e tem um olhar firme e penetrante. Pintão a cara e o corpo com urucúm e jenipapo, e introduzem estas tintas sob a pelle, formando pinturas burlescas que os tornão curiosos”. Deitamo-nos em um couro de onça que nos tinhão oíferecido, e apresentando o braço a uma Guaycurú, ella no-lo encheu de ridiculas figuras sem significação. Os nossos companheiros fazião outro tanto”.

“Em verdade teem ellas seu tanto ou quanto de amaveis, porém desaparece toda a illusão que possão fazer nascer no coração do homem civilisado, logo que se sen'e o cheiro nauseabundo de seus corpos, devido ao sustento da carne de jacaré, e as tintas que em pregão no corpo para afugentar os mosquitos, e ainda á masca de fumo que usão continua mente trazer no canto da bocca”.

“Os pés e as mãos das Guaycurús são de uma delicadeza a invejar por muitas bellezas dos grande salões. Envolvem-se em uma manta de algodão tecida por ellas, orlada de contas e pennas. Penteão os cabellos, dos quaes fazem duas tranças que amarrão em formula de coroa á volta da cabeça, e algumas os teem raspados na frente”.

“Usão de collares e pulseiras de contas entremeiadas com canudos de prata, e parte d'ellas leva o seu luxo a adereçar os tornozellos com iguaes enfeites. Arrancão com muito cuidado as pestanas e sobancelhas”.

### **Casamento- aborto-maternidade**

“Antes de 30 annos a Guaycurú não se sujeita a um parto natural, não só para envelhecer amamentando o filho, como mesmo porque corre entre essa nação o falso preconceito do quo os filhos não estimão os Paes”.

“Quando uma Guaycurú se resolve a crear o primeiro filho, torna-se então extremosa e dedicada ao último ponto, e zela com muito interesse da creança. Antes d'isto provocão abortos pelos meios mais brutaes, logo que teem consciencia de sua gravidez”.

“Casão-se ainda muito moços, estimão suas mulheres, mas podem separar-se quando lhes convenha. Podem ter apenas uma mulher, de quem não são tão ciosos como os guatós, nem tambem tão despídos de pudor como a maior parte das outras tribus, que vendem-as por qualquer objecto. Separado um casal, podem um e outro casar-se de novo”.

“O nobre não póde casar-se com mulher que não tenha igual nascimento, o se acaso tenta unir-se a uma plebea ,ou escrava, ó banido da raça dos nobres e considerado traidor. Du resto, entre elles, como entre todas as classes da sociedade, ha a falta da iidelidade ú esposa, mas este acto não é tomado como rebaixainento de dignidade, nem a propria mulher sabendo, repudia por isso o marido, ou despresa a escrava”.

### **DADOS SOBRE OUTRAS ETNIAS**

#### **Guató**

#### **Região:**

“As margens dos rios S. Lourenço e Paraguay, continuão a habitar os indios guatós, na sua vida nomada, sem que se queirão sujeilar a formar uma aldeia. As suas habitações, a que dão

o nome de—*moueu*,— são volantes, feitas de esteiras de filamentos das arvores. Vivem da caça e da pesca. Estivemos por vezes entre elles, sendo a penultima no estaleiro dos Dourados antes da invasão paraguaya, onde se achavão cincoenta.casaes”.

#### **Relatos:**

“O guató navega dia inteiro com suas mulheres e filhos dentro de uma pequena canoa, que ao menor desequilibrio se vira rapidamente”.

“O guató ao contrario da maior parte das tribus selvagens, é extraordinariamente cioso de suas mulheres, e estas não se apresentam ao homem civilizado senão com os cabellos cahidos sobre a frente, para que sua belleza—nitou—não possa attrahir as vistas sobre ellas”.

#### **Casamento**

“E' costume entre elles não se casarem sem que tenham morto ao menos uma onça.E' a prova do valor, e de estar apto a defender e susteniar sua mulher.Matando duas onças, o guató tem direito a duas mulheres, e assim vao augmentando o seu—harem ou serralho,—polo numero de onças que consegue abater”.

“Conhecemos entre elles o afamado João Rebanho, cacique bonito e valente, que tinha para cima de 20 mulheres.Vimo-lo navegando em sua canoa com cinco das mais bonitas, circulando-o o restante do suas esposas, em canoas que ellas mesmas puchavão.João Rebanho pidio-nos fumo que prontamente demos, guardo-o, e volveu apontando uma mulher : —Essa é mia muyê Tabi: pita. Demos-lhe mais um pouco de fumo. —Esse outro, mia muyê iãbê pita”.

“João Rebanho de pé em sua piróga, foi apoutando uma por uma todas as suas mulheres, que se conservavão de cócoras, com os cabellos lançados para a frente, cobrindo-lhe o rosto e os seios. Um de nossos companheiros, perguntou a João Rebanho para que queria tantas mulheres, e rematou pedindo-lhe uma.O caboclo não se alterou, e respondeu francamente : —Si ocê trá su muyê pra mi, yo dá muyê pra oce”.

#### **Coroado**

#### **Região:**

“Mais de temer, porém, é a tribu indomita dos Coroados que habitão as cabeceiras de S. Loureço, o errão bravios por todo o sertão, que divide a província de Matto-Grosso da de Goyaz.Até hoje estes indios causão horriveis estragos aos moradores d'essas solidões, e ás caravanas que seguem a estrada, que descreveremos no itinerario de nossa viagem”.

#### **Relatos:**

“Presenciemos a chegada em Cuyabá de duas d'essas bandeiras, que conseguirão bates-los, apreendendo algumas mulheres que apresentavão uma ferocidade incrível. Duas raparigas de 14 a 16 annos despedião olhares tão chamemjantes, que ninguem ousava toca-las. E erão bellas entretanto, assim mesmo ferozes”.

“Recusarão a principio toda a sorte de alimentos; depois forão-se acostumando, e hoje estão lindas e bem civilizadas, empregadas como creadas em casas de familias.Ninguem dirá hoje, ao vê-las bem trajadas e alegres, que são aquellas mesmas que a pouco tempo chegarão a

Cuyabá quase bes:tas ferozes, querendo esmagar tudo quanto vião”.

“Perguntamos-lhes por vezes se querião voltar ao seio de suas familias, ao que mostrarão um horror espantoso, dizendo mais que, se lá fossem, senão mortas pelos seus”.

### **Chamococo**

“Tivemos tambem occasião no Corumbá de conhecer os Chamococos refugiaudo-se dos Cadiuéos, que os tinham atacado. Chegarão ao Corumbá em suas canoas, e levantarão tendas de esteiras por espaço de quinze dias. São robustos e sadios, porém muito poltrões e preguiçosos”.

“Estavão completamente nús, conservando apenas uma pequena tanga, que lhes encobria as partes viris. Sustentão-se de cocos, jacarés que matão á frécha, e de peixes que pescão com anzol. Comem todos os animaes do matto. Não teem, como os Guatós, tanto ciume de suas mulheres, que afinal pouca fidelidade guardão aos maridos”.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 31 de agosto de 2012.

---

Márcia Campos